



Hinc patriam sustinet

**Instituto Superior de Agronomia
Universidade Técnica de Lisboa**

CONTRIBUTO PARA A SALVAGUARDA, VALORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL - CASO DE ESTUDO CASTELO DE NOUDAR-

Maria Francisca Calais Grilo Homem de Melo

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura Paisagista

Orientador: Doutora Ana Luísa Brito dos Santos de Sousa Soares Ló de Almeida

Co-Orientador: Licenciado Nuno Joaquim Costa Cara de Anjo Lecoq

Licenciada Teresa Maria Pires Fevereiro Chambel Filipe Santos

Júri:

Presidente: Doutor Francisco Manuel Cardoso de Castro Rego, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais: Doutora Maria Manuela Cordes Cabêdo Sanchez Raposo Magalhães, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Doutor Luís Paulo Faria de Almeida Ribeiro, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Doutora Ana Luísa Brito dos Santos de Sousa Soares Ló de Almeida, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Licenciado Nuno Joaquim Costa Cara de Anjo Lecoq, Assistente Convidado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, na qualidade de especialista

Lisboa, 2010

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Ana Luísa Soares que, como minha orientadora deste trabalho e como professora durante todos estes anos, sempre me ajudou e confiou em mim, permitindo que eu chegasse onde cheguei.

Ao Professor Nuno Lecoq, pela oportunidade que me deu em desenvolver este tema, pelo que me ensinou durante o curso e pela maneira como me preparou para enfrentar a vida profissional.

À Arquitecta Paisagista Teresa Chambel, pelo apoio e disponibilidade que me ofereceu durante todo este ano.

À PROAP - Estudos e Projectos de Arquitectura Paisagista Lda., pela disponibilidade do projecto do Castelo de Silves.

Ao Engenheiro Francisco Sousa Lobo, Presidente da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, e à Arqueóloga Sofia Macedo, pela dedicação, interesse, ajuda e conhecimento que me transmitiram, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

Aos meus pais e a toda a minha família, por terem aguentado tão bem esta fase importante mas difícil da minha vida, por sempre terem acreditado em mim, e por me terem apoiado em todas as decisões que tomei.

Aos meus amigos, pelas alegrias que passamos juntos, pela amizade que nos torna cada vez mais unidos e pela força que me têm dado ao longo de todos estes anos.

Às “meninas” do ISA, por tudo o que vivemos, pelas dificuldades e facilidades, pelos desesperos e descontrações, pelo apoio que demos umas às outras sem o qual, nunca teríamos sido capazes.

Por tudo e a todos, um enorme obrigado!

SUMÁRIO

A presente dissertação de mestrado de Arquitectura Paisagista pretende abordar a valorização e salvaguarda do património histórico, cultural e natural no mundo actual, os princípios a ter em conta na sua protecção e o papel que este desempenha na nossa sociedade.

Como caso de estudo propõe a recuperação do Castelo de Noudar, Município de Barrancos, pela mais-valia que constitui a sua valorização, não só local como nacional, enriquecendo-o no mundo turístico, introduzindo-o no mundo económico, homenageando a nossa história.

Palavras-chave: Património; Natureza; Cultura; Turismo; Castelo; Recuperação.

ABSTRACT

This dissertation is intended for the fulfillment of a master degree in Landscape Architecture, and studies the valorization and protection of historical, cultural and natural heritage in the modern day, the necessary requirements for its preservation, and the role played by this heritage in our society.

As a case study, the restoration of the Noudar Castle in the Barrancos Municipality is proposed, for the added value that represents its recovery, at national and local levels, giving its potential to enrich the region's touristic appeal, introducing it into the economic sphere, and honouring it's role in our history.

Key words: National Heritage, Nature, Culture, Tourism, Castle, Restoration.

EXTENDED ABSTRACT

The interest for the identification and disclosure of historic heritage has been growing in the last decades. This affirmation is supported by the concept of the heritage - natural, cultural, historical, artistic and linguistic - as the legacy that distinguishes a country, recognizing it as unique and different, going against the trend towards leveling and uniformity in this world that is increasingly globalized.

The first chapter is about the heritage concept history, which has been improved in the last years.

If in the beginning the concept was addressed only to the constructed elements, with the evolution of time, the concept of heritage start to be extended to a whole world, since urban groups, to the sites, cultural and natural landscapes.

Thus, and with their growing importance, this concept felt the need to divide into two branches which, although distinct, are always intertwined: Cultural and Natural Heritage.

The second chapter shows that the increasing of the importance for the protection had positive effects in several layers. This emphasis on protection and preservation of cultural and natural heritage has been increasing over the years, evidenced by the increasing emergence of global bodies, since European to National, with governmental and non-governmental nature.

With this concern for its protection, has also increased the tourist interest in the Cultural Heritage, which is an alternative to common tourism, already so crowded in our society.

The third chapter shows exactly that, the born of a new kind of tourism.

Tourism is an excellent vehicle for cultural transmission, so it works as a powerful means of preserving the heritage.

For this reason, we cannot restrict the Portuguese tourism to our excellent beaches, extensive golf courses and modern hotels. We should open its horizons to the attention of the past of cultures and landscapes, which mark and make it unique.

With the study of the early chapters became the interest of take part in this concern for heritage safeguard. For that, were studied several castles' restore interventions, with a view to recognize successfully cases.

Within these projects stand out Moura, Évoramonte, Palmela and Silves Castles, in Portugal, and the Caernarfon Castle, in Britain, and Sohail Castle, in Spain, where had been proposed

archaeological interventions of conservation and restoration, qualification of public open spaces, as the installation of interpretive centers, as examples of initiatives to exploit this heritage.

The last chapter was reserved for an intervention project in the castle of Noudar which were developed in partnership with the Barrancos Municipal Council and EDIA- Alqueva Infrastructure Development Enterprise, as with a team of architects and archaeologists.

The aim of this intervention concerns, not only in the optimization of Castle Noudar as historic, architectural and cultural heritage, but also in creating a point of tourist attraction that will have an important role in consolidating the region's tourism offer.

With this restoration project for the Noudar Castle and as a conclusion of this dissertation it's aimed to contribute to the promotion, preservation and disclosure of national heritage, emphasizing what's most grandiose in our country, allowing the improvement of public use, as well as its integration into the region's tourist routes, with the intention to respect the medieval heritage, promoting its historical and cultural value as a tourist product of the XXI century.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	2
1. Património Cultural e Natural	2
2. Salvaguarda do Património Cultural e Natural	4
2.1. Entidades competentes	4
2.1.1. Entidades Internacionais	5
2.1.2. Entidades Nacionais	6
3. Turismo Natural e Cultural	11
4. Casos de intervenção na Salvaguarda e Valorização de Castelos e Fortalezas no âmbito Nacional e Internacional	16
4.1. Castelo de Palmela	17
4.2. Castelo de Évoramonte	21
4.3. Castelo de Moura	23
4.4. Castelo de Silves	26
4.5. Castelo de Caernarfon- Grã-Bretanha	28
4.6. Castelo de Sohail- Espanha	30
PROJECTO	33
Estudo prévio	33
1. O Sítio e a Paisagem	33
1.1. Análise geográfica e cultural	33
1.2. Análise histórica	37
1.3. Análise biofísica	38
2. O Castelo de Noudar	45
2.1. História do Castelo	45
2.2. Estrutura do Castelo	47
2.3. Parque de Natureza de Noudar	53
2.3.1. Património Geológico	54
2.3.2. Património Natural	55

Proposta de Intervenção	57
1. Memória Descritiva	57
2. Peças Desenhadas e Perspectivas	69
CONCLUSÕES	70
BIBLIOGRAFIA	71
LEGISLAÇÃO CONSULTADA	76
ANEXOS	78
Anexo I	79
Anexo II	91
Anexo III	92
Anexo IV – Caderno de Encargos	94
Anexo V – Articulado de Medições e Estimativa de Custos	112

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Vista interior do Castelo de Palmela	17
Figura 2 – Ruínas da Igreja de Santa Maria, Castelo de Palmela	18
Figura 3 – Torre de Menagem do Castelo de Palmela	19
Figura 4 – Sinalética do Castelo de Palmela	20
Figura 5 – Plano Geral de intervenção paisagística para o Castelo de Palmela	20
Figura 6 – Vista panorâmica do Castelo de Évoramonte.....	21
Figura 7 – Perspectiva do Castelo de Évoramonte.....	21
Figura 8 – Envolvente do Castelo de Évoramonte necessitada de manutenção	23
Figura 9 – Anfiteatro do Castelo de Moura	23
Figura 10 – Entrada do Castelo de Moura	24
Figura 11 – Torre de Menagem do Castelo de Moura	25
Figura 12 - Castelo de Silves	26
Figura 13 – Interior das muralhas do Castelo de Silves.....	27
Figura 14 – Plano Geral do projecto da PROAP para a encosta do Castelo de Silves.....	28
Figura 15 – Castelo de Caernarfon e sua envolvente.....	29
Figura 16 – Interior do Castelo de Caernarfon.....	30
Figura 17 – Castelo de Sohai	31
Figura 18 – Intervenção paisagística na envolvente do Castelo de Sohai	32
Figura 19 – Localização de Barrancos	34
Figura 20 – Localização do Castelo de Nourar	34
Figura 21 – Figura 21 - Carta da Rede Ferroviária Nacional	80
Figura 22 – Carta do Plano Rodoviário Nacional	81
Figura 23 – Carta Hipsométrica de Portugal Continental.....	81
Figura 24 – Carta da Rede Hidrográfica de Portugal Continental.....	82
Figura 25 – Carta das Bacias Hidrográficas dos Principais Rios de Portugal Continental	82
Figura 26 – Carta Geológica de Portugal Continental.....	83
Figura 27 – Carta Biogeográfica de Portugal Continental.....	84
Figura 28 – Carta de Solos de Portugal Continental.....	85
Figura 29 – Carta de Capacidade do Uso do Solo de Portugal Continental.....	85
Figura 30 – Carta de Índice de Conforto Bioclimático nos meses de Julho e Janeiro em Portugal Continental	86
Figura 31 – Carta de Precipitação Total em Portugal Continental.....	87
Figura 32 – Carta de Precipitação por nº de dias em Portugal Continental.....	87
Figura 33 – Carta de Insolação Média Anual de Portugal Continental	88

Figura 34 – Carta da Temperatura Média do Ar Anual em Portugal Continental	88
Figura 35 – Carta da Intensidade do Vento em Portugal Continental.....	89
Figura 36 – Carta das Zonas Especiais de Protecção da Rede Natura 2000 em Portugal Continental.....	90
Figura 37 – Carta de Sítios de Interesse Comunitário da Rede Natura 2000 de Portugal Continental.....	91
Figura 38 – Antigo Poço da Vila de Noudar	47
Figura 39 - Vista do Castelo de Noudar	48
Figura 40 - Ruínas da Torre de Menagem do Castelo de Noudar.....	49
Figura 41 - Torre de Menagem do Castelo de Noudar, depois do restauro	49
Figura 42 - Porta de Barrancos, entrada principal no Castelo de Noudar	51
Figura 43 - Ruínas da Igreja da Nossa Senhora do Desterro, no Castelo de Noudar.....	52
Figura 44 - Igreja da Nossa Senhora do Desterro, no Castelo de Noudar, após restauro	52
Figura 45 - Antiga habitação da Vila de Noudar	53
Figura 46 - Graptólitos no Parque de Natureza de Noudar.....	54
Figura 47 - Poço Mineiro do Parque de Natureza de Noudar.....	55
Figura 48 – Aterros derivados de escavações arqueológicas no Castelo de Noudar	59
Figura 49 – Troço de Pavimento de xisto a cutelo existente no local	59
Figura 50 - Pavimento do Castelo de Noudar em terra batida.....	60
Figura 51 - <i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi. existente no local.....	61
Figura 52 - <i>Citrus sinensis</i> Pers. existente no local	62
Figura 53 - <i>Ficus carica</i> L. existente no local	62
Figura 54 - Hortícola existente no local	63
Figura 55 - Antiga casa do guarda	64
Figura 56 - Casa próxima da entrada- futura recepção	66

ÍNDICES DE TABELAS

Tabela 1 – Relação Oficial dos Refugiados Espanhóis da Herdade da Coitadinha	38
--	----

INTRODUÇÃO

O interesse pela identificação e divulgação do património tem sido crescente nas últimas décadas. Esta atenção reforça-se ao confirmar o património – natural, cultural, histórico, paisagístico, artístico e linguístico – como a herança que individualiza um país, reconhecendo-o como singular e diferente, contrariando a tendência para o nivelamento e a homogeneidade, neste mundo cada vez mais globalizado.

O crescente número de entidades intervenientes na protecção e salvaguarda do património cultural e natural, a nível mundial, europeu, e nacional testemunha este interesse e preocupação.

O projecto de intervenção aqui apresentado para o Castelo de Noudar, realizado no âmbito desta tese em colaboração com uma equipa multidisciplinar (arquitectura, arqueologia, arquitectura paisagista, etc.) e em parceria com a Câmara Municipal de Barrancos e com a Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva (EDIA), pretende valorizar este património arquitectónico, paisagístico e cultural colectivo, contribuindo, desta forma, quer para a sua preservação, quer para a criação de um ponto de atracção turística, como meio de divulgação do mesmo.

A intervenção paisagística proposta para a recuperação do Castelo de Noudar permitirá a melhoria da sua utilização pública, bem como a sua integração em rotas turísticas da região, com o propósito de respeitar a herança da época medieval, promovendo o seu valor histórico e cultural como produto turístico do século XXI.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1. PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL

Baseando-se todo este trabalho no abrangente conceito de Património, é de grande relevância a sua interpretação, bem como o estudo da sua evolução ao longo dos tempos.

O conceito de património, inicialmente, era um conceito essencialmente historicista, ao qual importava apenas a singularidade e grandiosidade dos edifícios e objectos, ignorando toda a sua envolvente. A valorização dos monumentos passava pela separação destes e da sua envolvente que, segundo os pensamentos da época, apenas perturbava a sua existência (Infante, 2001). Com o evoluir dos tempos, o conceito de património passou a abranger o todo, desde conjuntos urbanísticos, a sítios e paisagens naturais e culturais.

Esta mudança de atitude iniciou-se com o século XIX, quando se começou a considerar a protecção dos monumentos uma questão, não material, mas sim cultural. Desde então que tem havido um constante alargamento do conceito de património (Infante, 2001).

Assim, e com a sua crescente importância, este conceito sentiu a necessidade de se repartir em dois ramos que, embora distintos, estão sempre interligados: Património Cultural e Património Natural.

O património cultural, fonte de estudo crescente ao longo dos tempos, é reconhecido como integrante de todos os bens que, sendo “testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização”¹ tais como os monumentos (*e.g.*, obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, e elementos de estruturas de carácter arqueológico, todos eles com valor histórico, artístico ou científico excepcional), conjuntos (grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência) e locais de interesse (obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico) (UNESCO, 1972).

Este valor cultural excepcional, designadamente histórico, arqueológico, arquitectónico, artístico, etnográfico, científico ou social, exigido aos bens que integram o

¹ Portugal. Lei nº107/2001 de 8 de Setembro de 2001. Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. Diário da República, Lisboa, I Série – A, nº 209, Título I, Artigo 2º, nº1, p.5808.

património cultural, será representado pelos conceitos de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade².

A preocupação pelo futuro do património com a finalidade de enriquecer o conhecimento das novas gerações nasce, em 1999, com a Carta de Burra, a qual refere que o valor cultural se entende como valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras³.

O património natural define-se, paralelamente ao património cultural, e de acordo com a Convenção de 1972, como aquele que abrange os monumentos naturais (formações físicas e biológicas com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico, formações geológicas e fisiográficas, e zonas que constituem *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação) e locais de interesse naturais (com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural) (UNESCO, s.d.).

A conservação deste património natural deve atender a dois factores essenciais: as componentes da paisagem e as actividades humanas realizadas nessa mesma paisagem, pois o seu significado depende não só da preservação do seu padrão espacial e natural, mas também, e quase essencialmente, da preservação das actividades humanas neste exercidas (Ribeiro, 1998).

Esta relação entre património (cultural e natural) é já defendida por Ribeiro Telles, quando este entende a paisagem como resultante da interacção cultura-natureza e consequentemente como expoente máximo da cultura de um povo (Ribeiro, 2001).

Assim, reunindo entidades naturais e culturais, o abrangente conceito de património guarda nele toda a evolução da história, reflectindo assim as diversas identidades, quer regionais, nacionais e internacionais, fazendo, com isso, parte activa da vida moderna (ICOMOS, s.d.).

² Proposta de Lei nº 39/VIII, D.R. II série – A nº59, 15 de Julho de 2000, Artigo 2. A citada Proposta de Lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

³ Carta de Burra, Carta para a conservação dos sítios e bens patrimoniais de valor cultural, ICOMOS, Austrália, Novembro 1999.

2. SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL

O património é actualmente algo tão valioso que deve, além de preservado e valorizado, ser aumentado e transmitido, sendo os benefícios sentidos, não ao nível temporal das famílias, mas das gerações (Infante, 2001).

Para esta preservação e salvaguarda é já aceite o carácter essencial do conceito de autenticidade. Porém, o seu significado não é ainda, de todo, transparente.

Segundo o arquitecto Sérgio Infante (2001), pode-se definir a autenticidade como “uma relação de verdade e sinceridade entre o suporte da mensagem e a mensagem em si mesma”.

Sendo imprescindível em qualquer área, é também diferente em todas elas: na literatura, a autenticidade não obriga à transcrição da peça escrita no suporte original; a música, permite a interpretação da mesma peça por diferentes maestros, sem ferir a sua autenticidade.

Também entre diferentes culturas, o entender da autenticidade é diverso. Mesmo dentro da mesma cultura, este conceito evoluiu com o tempo. No ocidente, a valorização dada à conservação total da forma original, a qual passava por destruir todos os vestígios de evolução provocada, quer pelo Homem, quer pela Natureza, é hoje substituída pelo desejo de definir uma autenticidade global, a qual incluía a mensagem original, não escondendo, porém, a presença da evolução temporal (Infante, 2001).

A evolução do interesse pelo património é notável em todo o mundo, sendo este interesse um misto de emoções que nos transportam às vivências e civilizações passadas. Por essa forte razão deve ser prioridade a salvaguarda de todo e qualquer património, prevenindo a sua destruição ou tratamento inadequado, como possibilidade da perda da ligação ao glorioso passado que nele vive. Deve ser pensamento presente a sua protecção e valorização, tornando-o parte activa das nossas vidas através da possível atribuição de novas funções, sem que estas lhes destruam os seus valores originais (Simcic, 1988; Castel-Branco *et al*, 1999; Castel-Branco *et al*, 2001).

2.1. ENTIDADES COMPETENTES

A importância atribuída à protecção e salvaguarda dos patrimónios cultural e natural tem vindo a aumentar ao longo dos anos, comprovada pelo crescente aparecimento de entidades mundiais, europeias e nacionais, de carácter governamental e não governamental.

2.1.1. ENTIDADES INTERNACIONAIS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO)

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura surge com a função de, segundo a Convenção que a constituiu a 16 de Novembro de 1945, «*contribuir para a manutenção da paz e da segurança, mediante o incremento, através da educação, da ciência e da cultura, da colaboração entre as nações, a fim de assegurar o respeito universal pela justiça, pela lei, pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais que a Carta das Nações Unidas reconhece a todos os povos do Mundo, sem distinção de raça, de sexo, de língua ou de religião*»⁴.

No que diz respeito à cultura, a UNESCO contribui para a conservação e protecção do património mundial, abrangendo este livros, obras de arte e monumentos de interesse histórico e científico.

É esta organização que promove a salvaguarda e diversidade cultural mundial, bem como as relações entre diferentes culturas e civilizações (UNESCO, s.d.)

Portugal adere à UNESCO em 1965, porém, afasta-se desta organização, reentrando definitivamente a 11 de Setembro de 1974 (UNESCO, s.d.)

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) adoptou em 1972, através da Convenção do Património Cultural e Natural, a proposta de colaboração internacional para protecção de dois grandes grupos de património: património natural e cultural. Foi em 1979 que Portugal aderiu a esta Convenção, pelo Decreto-Lei nº. 49/79, de 6 de Junho (UNESCO, 1972).

CONSELHO INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E DOS SÍTIOS (ICOMOS)

O principal consultor da UNESCO no que respeita à conservação e protecção do Património Cultural e Natural Mundial é o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS), fundado em 1965, em Varsóvia, no seguimento do 2º Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos históricos, realizado no ano anterior em Veneza, no qual foi elaborada o seu documento primordial, a Carta de Veneza ou Carta Internacional

⁴ Convenção que constitui a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Celebrada em Londres em 16 de Novembro de 1945 e modificada pela Conferência Geral nas suas 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 12ª sessões.

sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. O principal objectivo desta organização internacional não governamental é o de aconselhar o Comité do Património Mundial e a UNESCO na escolha dos novos bens culturais merecedores de um lugar na Lista do Património Mundial.

A primeira intervenção do ICOMOS no nosso país ocorreu em 1965, aquando da sua tentativa de criação da Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS (CNP). Porém, uma proposta concreta de estatutos nacionais apenas foi aprovada pela Comissão Executiva a 14 de Outubro de 1980 (ICOMOS, s.d.).

Em 1931 ocorreu o Primeiro Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos onde, com a elaboração da Carta de Atenas, foram encontradas soluções de grande importância, como a criação de organizações internacionais na área da protecção legal e da intervenção especializada no património cultural.

Em 1964 ocorreu o Segundo Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos, elaborando a Carta de Veneza e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) o qual criou a definição de Monumento como sendo a “criação arquitectónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção aplica-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas do passado que adquiriram, com a passagem do tempo, um significado cultural” (Carta de Veneza, 1964).

2.1.2. ENTIDADES NACIONAIS

Além das entidades internacionais, que regem a nível mundial, existem também entidades nacionais, mais específicas para cada país.

Em Portugal existem diversas entidades intervenientes na valorização e salvaguarda do património as quais podem ser diferenciadas em dois grupos: as Entidades Nacionais Governamentais e as Não Governamentais.

2.1.2.1. ENTIDADES NACIONAIS GOVERNAMENTAIS

INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO, I.P. (IGESPAR, I.P.)

Este Instituto público, criado no âmbito do programa PRACE (Resolução do Conselho de Ministros nº 124/2005, de 4 de Agosto), pelo Decreto-Lei nº 96/2007, de 29 de Março⁵, integra-se na administração indirecta do estado, sendo apenas dotado de autonomia administrativa e de património próprio.

Fruto da fusão do Instituto do Património Arquitectónico e do Instituto Português de Arqueologia, bem como de parte das atribuições da extinta Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o IGESPAR, I.P. tem como funções primordiais “a gestão, a salvaguarda, a conservação e a valorização dos bens que, pelo seu interesse histórico, artístico, paisagístico, científico, social e técnico, integrem o património cultural arquitectónico e arqueológico classificado do País”⁶.

Entre outras actividades, é responsável pela classificação e inventariação de bens imóveis de interesse nacional e público de valor arquitectónico e arqueológico bem como pela elaboração de programas e projectos de intervenções de recuperação e valorização de imóveis classificados.

MINISTÉRIO DA CULTURA (MC)

O Ministério da Cultura é um organismo governamental que tem como objectivo principal a concretização de uma política global e coerente na área da cultura, bem como tudo que está com esta relacionado, onde se insere a “salvaguarda e valorização do património cultural, o incentivo à difusão cultural, a qualificação do tecido cultural e a internacionalização da cultura portuguesa”⁷.

⁵ Diário da República, 1.a série – N.º 63 – 29 de Março de 2007, Decreto-Lei n.º 96/2007, de 29 de Março, Artigo 1.º, Natureza.

⁶ Diário da República, 1.a série – N.º 208 – 27 de Outubro de 2006, Lei Orgânica do Ministério da Cultura, Capítulo I, Missão e atribuições, Artigo 21.º.

⁷ Diário da República, 1.a série – N.º 208 – 27 de Outubro de 2006, Lei Orgânica do Ministério da Cultura, Capítulo I, Missão e atribuições, Artigo 1.º.

DIRECÇÕES REGIONAIS DA CULTURA (DRC)

As Direcções Regionais da Cultura são serviços do estado, com autonomia administrativa, divididos por diferentes áreas do país, actuando apenas na sua respectiva região: DRC do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve. Têm como funções primordiais: “a criação de condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das actividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelo Ministério da Cultura, o acompanhamento das acções relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património arquitectónico e arqueológico, e ainda o apoio a museus”. É ainda da sua competência propor ao IGESPAR planos de intervenções prioritárias na questão da salvaguarda de património arquitectónico e arqueológico, bem como projectos de conservação, restauro, valorização, assegurando condições de utilização pública destes⁸.

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS (DGEMN)

Apesar de já extinto, não pode deixar de ser referido um dos serviços mais antigos da Administração Pública, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Criada em 1929, pelo Decreto n.º 16791, de 29 de Abril, foi precedida pela Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, criada em 1920, a qual já tinha resultado de uma primeira repartição do então Ministério do Comércio e Comunicações, presente no Decreto n.º 5541, de 9 de Maio de 1919, que continha atribuições acerca de edifícios e monumentos nacionais⁹.

Esta entidade preocupava-se com a salvaguarda e valorização do património, tendo sido por ela recuperados inúmeros monumentos portugueses, entre os quais vários castelos.

Em 1997 são atribuídas ao Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) a salvaguarda e a valorização de bens materiais imóveis que, pelo seu valor histórico, artístico, científico, social e técnico, integrassem o património arquitectónico do País.

⁸ Diário da República, 1.a série – N.º 63 – 29 de Março de 2007, Decreto Regulamentar n.º 34/2007, de 29 de Março, Artigo 1.º e Artigo 2.º.

⁹ Diário da República, 1.a série – N.º 104 – 30 de Maio de 2007, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Decreto-Lei n.º 223/2007 de 30 de Maio.

A actual Lei de Bases do Património Cultural Português foi publicada em 2001, decidindo que integram o património cultural os bens com valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade¹⁰.

Actualmente, em território português, a inventariação e a implementação dos mecanismos de protecção dos monumentos está a cargo do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR, I.P.), o qual foi criado através do Decreto-Lei n.º 96/2007, de 29 de Março, resultando da fusão do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), do Instituto Português de Arqueologia (IPA) e ainda de parte das atribuições da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) correspondentes ao património classificado (Lima, 2008). As competências da DGEMN relativas ao património habitacional não classificado e ao desenvolvimento e gestão do Sistema de Informação para o Património ficaram, através do Decreto-Lei nº 223/2007 de 30 de Maio, sob a responsabilidade do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) (IHRU, Portal da Habitação, 2010).

2.1.2.2. NÃO GOVERNAMENTAIS

Para além de instituições governamentais, existem as não governamentais ou privadas, sem fins lucrativos, as quais têm um papel primordial na conservação, protecção, divulgação e salvaguarda do património.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS AMIGOS DOS CASTELOS (APAC)¹¹

Em termos nacionais, é de realçar a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos que, considerada a maior associação nacional de defesa do património, com já 3900 associados, defende, não só o património arquitectónico construído, como também as suas envolventes e sítios históricos.

A APAC foca-se, essencialmente, na protecção, valorização e salvaguarda do património fortificado português, apoiando o estudo e investigação dos castelos portugueses tendo sido, por isso, base fulcral no desenvolvimento deste trabalho.

¹⁰ Lei N.º 107/01, de 8 de Setembro, Art. 3º.

¹¹ www.amigosdoscastelos.org.pt

Fundada em 1983 foi, em 2003, constituída Organização Não Governamental De Interesse Ambiental pelo Instituto do Ambiente, estatuto que lhe ampliou as possibilidades de intervenção na salvaguarda do Património Natural e Construído. Em 2007 foi considerada Entidade de Utilidade Pública, actuando actualmente através de visitas de estudo a locais históricos como palácios, passeios medievais e pombalinos, grandes viagens de interesse patrimonial, como ao Brasil, Indonésia e Itália, palestras, seminários e exposições, bem como na participação em projectos técnicos de intervenção em monumentos históricos fortificados (APAC, 2010)

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DAS CASAS ANTIGAS (APCA)¹²

A Associação Portuguesa das Casas Antigas é um outro exemplo de associação nacional não governamental de defesa, conservação e valorização de património construído. Fundada em 1977, esta Associação de Utilidade Pública defende o património privado português com interesse artístico e arquitectónico, bem como os interesses dos seus proprietários, junto dos poderes e organismos públicos nacionais e internacionais. Para isso, está inscrita na União das Casas Históricas Europeias, alargando assim as suas relações e possibilidades na concretização dos seus objectivos, entre os quais se podem enumerar “a contribuição para a conservação, valorização, estudo e divulgação dos bens culturais imóveis ou móveis com interesse histórico ou artístico e o seu enquadramento natural”, e a “representação e defesa dos legítimos interesses comuns dos proprietários” (APCA, 2007).

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE JARDINS E SÍTIOS HISTÓRICOS (APJSH)¹³

Deparando-se com a necessidade de defender o património paisagístico português, um grupo¹⁴, formado por profissionais da área e proprietários de jardins históricos criou, em 2003, a Associação Portuguesa de Jardins e Sítios Históricos, com o objectivo de contribuir para o estudo, defesa, preservação e divulgação desse património, conservando e valorizando estes sítios naturais e históricos com interesse científico, cultural, educativo e

¹² www.ap-casas-antigas.pt

¹³ www.jardinhistoricos.pt

¹⁴ A APJSH teve como núcleo de fundadores a Dra. Iole Sala, o Dr. Rogério Moura, as Arquitectas paisagistas Teresa Chambel e Ana Luísa Soares e a Professora Cristina Castel-Branco, presidente da associação aquando da sua constituição.

paisagístico, representando os seus associados e proprietários de jardins históricos perante as entidades públicas e colaborando com estas em programas de restauro de jardins históricos. Trata-se de uma organização não governamental, sem fins lucrativos, constituída para responder à necessidade urgente de preservar e valorizar o rico e diverso património da arte paisagística portuguesa.

Apesar de, contrariamente às associações mencionadas anteriormente, a Associação Portuguesa de Jardins e Sítios Históricos não intervir directamente no património construído, é de relevante importância a sua citação visto, por um lado, a arte paisagística estar na base do presente trabalho e, por outro, os jardins históricos estarem inseridos no conceito de património, sendo considerados “monumentos vivos legados pelos nossos antepassados e obras de arte que admiramos e que devemos defender, compreender e proteger” (APJSH, s.d.).

Além das entidades referidas existem também fundações merecedoras de destaque, as quais gerem o seu património, promovendo acções de inventariação e salvaguarda. São exemplos destas a Fundação Eugénio de Almeida, em Évora, e a Fundação das casas de Fronteira e Alorna, em Lisboa.

Há ainda um outro grupo que tem produzido resultados inovadores na gestão patrimonial: são as empresas privadas, em cujos terrenos existem bens patrimoniais, e que decidem investir na sua investigação e salvaguarda, como é o caso da Finagra, S.A., da Cafés Delta e do Millenium BCP.

3. TURISMO NATURAL E CULTURAL

“O turismo não é só lazer...é um direito do homem moderno, paralelo ao direito à saúde, à educação, à cultura, ao bem-estar e à liberdade...” (Guedes, 1990)

O turismo, gerador de uma grande percentagem de emprego (que, em Portugal, se reflectia, em 2004, em 10,2% da população activa), bem como da riqueza, da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das populações, é actualmente considerado um dos sectores com maior peso na economia em vários países (Governo de Portugal, 2006).

Esta influência tem vindo a ser acompanhada por alguns princípios e ideais essenciais ao seu sucesso, como seja a cada vez mais estreita ligação entre economia e ecologia, ou, por outras palavras, o desenvolvimento e preservação do ambiente (Cavaco, 2003 *in* Santiago, 2009). Esta aproximação é sentida nas estratégias da actividade turística, as quais têm em consideração os impactos que o turismo poderá ter em todos os níveis, ambiental, económico, social e cultural.

Uma importante consequência do turismo é a aproximação da economia entre regiões, visto este influenciar a transferência de riquezas das regiões mais favorecidas para as mais frágeis, através de investimentos em infra-estruturas e equipamentos, do aparecimento de novas actividades, e da renascença das produções artesanais, reforçando assim a identidade local (Almeida, 2004 *in* Santiago, 2009).

Além desta aproximação da igualdade regional, o turismo tem também como contributo o aumento da protecção e gestão do património natural e cultural, tendo a noção que, para isso, é necessária a organização dentro das diferentes áreas, a protecção da natureza e da arquitectura regional e a preservação dos monumentos e tradições (Guedes, 1990).

A história do turismo teve uma evolução vertiginosa, desde o seu aparecimento até aos dias de hoje estando, ainda, em constante crescimento.

O grande salto deu-se no século XVIII, aquando da revolução industrial a qual, através das descobertas tecnológicas, facilitou o acesso ao turismo pelas classes mais abastadas (Pereira, 2008).

Em meados do século seguinte, com a evolução da tecnologia dos transportes, o turismo alargou-se para além das viagens individualizadas das classes altas, passando a abranger também o denominado turismo de massas (Lash *et al.*, 1994 *in* Fortuna, 1999).

Mas foi apenas no século XX, com o final da 2.^a Guerra Mundial e, conseqüentemente, o aumento dos tempos de lazer e do poder de compra, que o turismo se expandiu a toda a população, passando a ter bastante peso no sector sócio-económico. Na segunda metade deste século surge, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da América, a ideia de utilizar o turismo como impulsionador do desenvolvimento das cidades o que, auxiliado pela promoção do património cultural, obteve excelentes resultados (Pereira, 2008; Santiago, 2009).

Todo o progresso inerente a este século, juntamente com o aumento dos tempos livres, o surgimento das férias pagas, a maior facilidade de deslocação, a liberalização do movimento de pessoas entre países capitalistas, toda a publicidade feita em volta do turismo, o crescente interesse pela natureza e a cada vez maior necessidade de descanso perante a agitação da vida urbana, levaram a que o turismo se convertesse num motor económico mundial o qual, segundo Ribeiro Telles refere no Simpósio da IFLA (1990), continuará a ser um fenómeno marcante do Século XXI.

“Não há dúvida que conhecer Portugal é uma fonte inesgotável de enriquecimento cultural” (Oliveira, 1990).

O Turismo em Portugal, tal como no resto do mundo, também tem sentido grandes evoluções, essencialmente nas duas últimas décadas, em que este deixou de ser considerado um subsector da economia.

Em 1920 surgem em Portugal os primeiros organismos locais, municipais, com actuação directa no sector turístico - as Comissões de Iniciativa. Porém, com o nascimento do Estado Novo, este poder é diminuído, sendo estas então substituídas pelas Zonas de Turismo, as quais eram representadas por Comissões Municipais e Juntas de Turismo (ANMP, 2004).

Já em 1980 este poder municipal é transformado em sub-regional, com o aparecimento das Regiões de Turismo (Pereira, 2008).

Com a entrada de Portugal na CEE (posteriormente União Europeia) em 1986, e respectivos apoios financeiros, verifica-se uma grande evolução no sector turístico, acompanhada de um forte enriquecimento da promoção da cultura e do património do país.

A força motivadora do turismo no nosso país é o Turismo de Portugal, I.P., que, integrado no Ministério da Economia e da Inovação foi, pelo Decreto-Lei n.º 141/2007, de 27 de Abril, eleito a Autoridade Turística Nacional responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade da actividade turística, agregando, numa única entidade, todas as competências institucionais relativas à dinamização do turismo como motor de crescimento da economia portuguesa (MEI, Turismo de Portugal, 2006).

Para orientar o Turismo de Portugal, I.P. na concretização das linhas de crescimento sustentado do turismo português nasce, em 2006 e com perspectiva até 2015, o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), como iniciativa do Ministério da Economia e Inovação (MEI, Plano Estratégico Nacional do Turismo, 2006).

Numa escala mais regional, e tendo em conta o tema deste trabalho, é de salientar ainda a Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo - Turismo do Alentejo que, formada em 2004, reunindo os sectores público e privado, e sendo financiada por entidades públicas e empresas turísticas, bem como pelo Turismo de Portugal I.P., promove o turismo alentejano.

Seguindo as linhas do PENT, a Turismo do Alentejo elaborou o Plano de Promoção Externa do Alentejo, o qual coloca nos mercados considerados pelo PENT como prioritários, a marca Alentejo, a sua divulgação e a dos produtos e serviços das empresas turísticas locais (Alentejo, 2008).

É um facto que o turismo continua a crescer e, quando se fala de turismo, fala-se de procura turística, a qual leva, obrigatoriamente, a uma saturação da oferta. Por esse motivo,

é já sentida uma necessidade do aparecimento de novas atracções, paralelas ao binómio sol/praias. Já em 1990, foi referido, no Simpósio da IFLA, que a Secretaria de Estado considerava como temas essenciais para o futuro turístico, além do balnear, os turismos cultural, rural e ambiental, com a respectiva protecção da diversidade natural e a salvaguarda e divulgação do património cultural.

Estas novas tendências derivam de diversas alterações socioculturais registadas nos últimos anos, como a democratização do ensino e o alargamento da escolarização, as quais criaram condições para uma formação cultural maior e mais aberta, que levou a um grande aumento do interesse pela cultura e ambiente (Domingues, 2000 *in* Santiago, 2009).

Além disso, também a vida urbana, cada vez mais agitada, leva à procura de lugares mais calmos, afastados das multidões e, por outro lado, diferentes de todos os outros, tentando assim afastar o mais possível os destinos que, por efeitos da globalização, são aproximados, recorrendo, para tal, aos seus recursos mais genuínos e autênticos, como o património.

Assim, e segundo o PENT, Portugal e mais concretamente o Alentejo, tem todas as possibilidades de crescer no sector turístico, visto ser bastante rico no que respeita a qualidade cultural, ambiental e paisagística. Para tal, o PENT dá linhas orientadoras para que se invista nos pontos fortes de cada região as quais, no caso do Alentejo, passam pela riqueza de património arqueológico e arquitectónico, de paisagens e património, mais especificamente, castelos e fortalezas.

Esta diversificação de procura de destinos turísticos, bem como todo o fundamento deste trabalho, leva-nos a uma necessidade de compreensão de alguns conceitos emergentes desta nova mentalidade, mais cultural e ambiental.

O conceito de Turismo Cultural não é, por si só, um conceito de fácil definição, visto poder ser bastante abrangente. Prova disso é a definição que a Organização Mundial de Turismo lhe confere, como sendo aquele que inclui todos os movimentos de pessoas, satisfazendo a necessidade humana de diversidade (Gonçalves, 2003).

Porém, é de fácil compreensão que o Turismo Cultural tenha duas áreas de intervenção distintas, contudo, conjuntas: uma material ou tangível, que abrange todos os edifícios, monumentos e artes plásticas e visuais que possam ser alvo de interesse turístico, e uma área mais simbólica, intangível, a qual se interessa pelas danças tradicionais, a culinária e os dialectos, bem como todas as manifestações denominadas típicas e folclóricas (Canals, 2005). Além deste factor de distinção há também o factor natural, em que o produto turístico pode ser mais ou menos construído pelo ser humano, e o factor grandeza ou abrangência, visto o produto poder ser algo individual, uma área ou, por vezes, poder abranger todo um país (Gonçalves, 2003).

Acima de todas estas variedades, a actividade turística tem o dever de oferecer toda a calma, contemplação e reflexão necessária como uma pausa à violência e monotonia da vida moderna.

Já nos finais dos anos 70 o Turismo Cultural ganha prestígio com o aumento de viagens específicas para o conhecimento da cultura e património de determinados locais. Porém, só em 1996 é produzido o primeiro documento referente a este tipo de turismo: a Carta do Turismo Cultural, a qual o define como aquele “que tem por objectivo entre outros, a descoberta de monumentos e locais de interesse” (Gonçalves, 2003).

Além da descoberta destes locais, a carta defende a necessidade da criação de uma política que tenha em conta os seus limites de ocupação e intervenção, e que se reja pela preservação do património, bem como da sua autenticidade e diversidade (Pereira, 2008).

Esta necessidade volta a ser defendida na ratificação da carta, em 1999 pelo ICOMOS, onde se cita a importância da relação turismo/ património, através da proposta de utilização das receitas do turismo na intervenção de protecção, salvaguarda e recuperação do património (Pereira, 2008).

Assim se sente que turismo e património têm uma relação de extrema relevância e estreita colaboração: “o património converte os locais em destinos e o turismo viabiliza-os” (Canals, 2005); as receitas do turismo justificam a valorização do património e, essa valorização e investimento resultam na atracção de novos visitantes.

Muitas vezes associado a este tipo de turismo, e porque, em Portugal há, qualquer que seja o local, uma grande riqueza ambiental e paisagística, surge-nos um outro tipo de turismo, cada vez mais presente e em constante crescimento: o Turismo Natural ou Turismo de Natureza que, segundo o Instituto da Conservação da Natureza, “é um produto composto por estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e animação ambiental realizados e prestados em zonas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas”.

Devido à cada vez mais “stressada” e poluída vida citadina, à sobrelotação das praias e à sua extrema sazonalidade, a natureza surge-nos como uma óptima alternativa de descanso ou aventura.

O Turismo é um excelente veículo de transmissão e divulgação cultural funcionando, por isso, como um forte meio de preservação do património. E, por esta razão, não se pode restringir o turismo português às excelentes praias, extensos campos de golfe e modernos hotéis, devendo abrir os seus horizontes ao conhecimento do grandioso passado de culturas e paisagens, que tanto o marcaram e o tornam único.

4. CASOS DE INTERVENÇÃO NA SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DE CASTELOS E FORTALEZAS NO ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL

Os castelos e fortificações portuguesas são símbolos dos valores de uma população, não só valores materiais e físicos, pelo seu significado de sistema de defesa, mas também de valores imateriais, reflectindo em si, a autonomia, identidade, poder e riqueza de uma nação (APAC, 1992). Neles estão registadas as lutas e sacrifícios que os nossos antepassados tiveram que passar para sermos o que somos hoje.

Toda a história das fortificações acusa constantes alterações da sua função e, com isso, da sua estrutura e utilização.

Tendo, inicialmente, a função única de defesa territorial, originaram, dentro das suas calmas muralhas, os pequenos aglomerados urbanos existentes actualmente. Com a evolução do armamento e das técnicas de guerra a construção militar sofre fortes alterações. Por fim, com a pacificação do território, muitas destas edificações se tornam obsoletas, sem qualquer interesse utilitário (APAC, 1990).

Apenas com o Estado Novo se começou a pensar nestas fortificações como testemunhos da nossa História, tendo sido, nos anos quarenta e pelas mãos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), recuperadas dezenas de castelos portugueses, o que salvou grande parte destes da ruína total.

Assim, e integrando a lista de património cultural, estas poderosas construções devem ser mantidas em excelente estado de conservação para que as gerações futuras possam, não só conhecer este testemunho histórico, como vivê-lo, fazendo com que este participe na vida activa das populações, nomeadamente através da escola, que o poderá utilizar para fins pedagógicos, culturais, ou apenas lúdicos, bem como através das próprias autarquias, que poderão utilizá-los para a realização de actividades culturais e turísticas.

Como exemplos práticos da reutilização dos castelos como parte activa nas nossas vidas, defende o Dr. José Manuel da Silva Passos no V Congresso dos Monumentos Militares Portugueses enumeram-se: o ajardinamento acompanhado por equipamentos temporários, como quiosques, esplanadas e restaurantes, como atractivos dos espaços livres; e a criação de núcleos museológicos temáticos e interpretativos, exposições e espectáculos, como atractivos do espaço interior (APAC, 1990).

A execução destes projectos de recuperação no património edificado português tem vindo a crescer, por responsabilidade, anteriormente da DGEMN e do IPPAR, e, actualmente, do IGESPAR, I.P., tendo estes já recuperado inúmeros castelos, entre os quais se salientam os castelos de Palmela, Évoramonte e Moura. Estes têm diversas semelhanças com o Castelo de Noudar, caso de estudo do presente trabalho, não só em termos de

localização, no alto de colinas e mais ou menos afastados das urbanizações, bem como em termos da própria estrutura do castelo, e onde foram propostas intervenções arqueológicas, de conservação e restauro, tanto exteriores como dos próprios edifícios, de qualificação dos espaços exteriores públicos e da instalação de centros interpretativos.

Também o Castelo de Silves, não tendo a mesma estrutura que os anteriores, visto ser um castelo de origem muçulmana, contém nele, bem como nas suas áreas envolventes, bons exemplos de recuperação, tanto arquitectónica como paisagística, das quais se salienta a última, projectada pelo *atelier* de arquitectura paisagista PROAP, para a encosta das muralhas do castelo.

Além de bons exemplos nacionais de recuperação de património também há muito que aprender com o resto do mundo, onde já há bastante tempo se vive a preocupação da recuperação e salvaguarda de património cultural. Caso disso é o Castelo de Sohail, em Espanha, e o Castelo de Caernarfon, na Grã-Bretanha.

Estes dois exemplos, apesar de terem características muito diferentes das dos nossos castelos, não só pelos costumes e técnicas de construção diferentes, mas principalmente pela grande diferença do clima, o que faz com que as intervenções paisagísticas difiram obrigatoriamente, essencialmente na escolha das espécies, são excelentes exemplos de salvaguarda e valorização do património, com intervenções de sucesso que conduzem desde há muito a uma óptima conservação deste legado.

4.1. CASTELO DE PALMELA

Situado a 250 metros de altitude, o Castelo de Palmela possui uma localização privilegiada, com excelentes condições de defesa, e uma visibilidade panorâmica total sobre a baía do Sado, toda a costa atlântica até Sines, os vales da península da Arrábida e as vastas planícies do Ribatejo.

Juntamente a esta qualidade de posto de vigia, outras levaram a que o castelo fosse desde cedo, e durante séculos, ocupado pelo Homem. A abundância de água, desde todo o estuário do Sado a todo o Atlântico, a fertilidade dos solos e a riqueza de recursos minerais e marinhos justificam a contínua presença da humanidade no Castelo de Palmela desde o paleolítico médio-final, até à ocupação cristã (Fernandes, 2004).

O Castelo de Palmela, como muitos castelos portugueses, apresenta duas áreas principais: a cerca, com uma muralha poligonal irregular, alongada, adaptada à topografia do terreno, e a alcáçova, actualmente chamada Praça de Armas, que se encontra rodeada por seis torres: quatro nas extremidades e “outras duas a meio do pano” (Fernandes, 2004).

A vida deste castelo iniciou-se no século III ou IV a.C., na Idade do Bronze. Depois deste o castelo passou por vários poderes até que, em 1147 D. Afonso Henriques conquista o Castelo de Palmela, passando este a ser controlado por forças cristãs. Porém, até à conquista definitiva de Alcácer do Sal, no século XIII, toda esta região esteve sujeita a constantes ataques islâmicos (IGESPAR, s.d.).



**FIGURA 1 – VISTA INTERIOR DO CASTELO DE PALMELA
(FONTE: AUTOR)**

O Castelo de Palmela esteve na posse da Ordem de Santiago, desde a doação da cidade à Ordem, em 1186 por D. Sancho I. Porém, apenas entre 1194 e 1217 a Ordem tem instalada aqui a sua sede religioso-militar (CMP, Castelo de Palmela- Portugal, s.d.).

D. Jorge, o último Mestre eleito da Ordem de Santiago, morre em 1550, passando a ordem a depender do rei. No final do século XVI, início do século XVII iniciam-se as obras no novo convento. Já nos finais do século XVII, mais concretamente em 1698, D. Pedro II amplia a área do castelo, mandando construir as cortinas do sistema abaluartado (CMP, Castelo de Palmela- Portugal, s.d.).



**FIGURA 2 - RUÍNAS DA IGREJA DE SANTA MARIA, CASTELO DE PALMELA
(FONTE: AUTOR)**

Obras de reedificação e consolidação vão ocorrendo até ao século XIV, tanto das muralhas da alcáçova como da cerca, bem como a construção de novas torres. Em 1510 constata-se a construção de várias casas dentro das muralhas, as quais, em 1534, bem como em 1565, sofrem obras de reparação (Fernandes, 2004).

Apesar do terramoto de 1755, o qual danificou grande parte do castelo e destruiu a Igreja de Santa Maria, as iniciativas de intervenção desde sempre tomadas permitiram a manutenção do castelo até aos dias de hoje, actualizando sempre as suas funções. Ainda no século XIX houve a reparação das muralhas, tendo, nos anos 30 e 40 do século seguinte, sido restaurados, sob a responsabilidade da DGEMN, certos edifícios. Já aqui o Castelo de Palmela estava classificado como Monumento Nacional, pelo Decreto-Lei de 16 de Junho de 1910 (IGESPAR, s.d.).

Foi na década de 70, mais precisamente em 1979, que a função turística prevaleceu no Castelo de Palmela, aquando da transformação do convento em unidade hoteleira, a qual foi acompanhada pela construção de uma piscina e de um bar de apoio a esta (Fernandes, 2004).

Seguindo este ciclo de preservação, recuperação e rentabilização do Castelo de Palmela, a Câmara Municipal de Palmela iniciou, em 1984, a exploração artística no castelo, através de exposições e espectáculos musicais, inaugurando, em 1985, a iluminação festiva do Castelo (CMP, 1990).



**FIGURA 3 - TORRE DE MENAGEM DO CASTELO DE PALMELA
(FONTE: AUTOR)**

Em 1990 ocorreu a elaboração do PRAC - Programa de Recuperação e Animação do Castelo, o qual serviu para transcrever todos os métodos de intervenção, bem como os projectos de animação propostos para o castelo. Nesse mesmo ano iniciou-se a recuperação das Galerias da Praça de Armas e a Casa do Guarda, tendo, 5 anos mais tarde, sido iniciada a zona comercial e o Posto de Turismo. Além de todas estas atracções que o Castelo de Palmela oferece, bem como o Espaço de Transmissões Militares do Núcleo Museológico do Castelo e a Sede do Gabinete e Estudos sobre a Ordem de Santiago, para que seja vivido pelas populações actuais, apresenta também toda uma rede de percursos, de sinaléticas e de painéis explicativos, para que o visitante se interesse e aprenda a história de um monumento com tanta vida, como o Castelo de Palmela.



**FIGURA 4 - SINALÉTICA DO CASTELO DE PALMELA
(FONTE: AUTOR)**

Segundo o IHRU, foi, em data desconhecida, projectada uma intervenção paisagística para o Castelo de Palmela, a qual demonstra o interesse, a importância e a melhoria de utilização há muito defendida por um enquadramento paisagístico confortável.

O Castelo de Palmela encontra-se actualmente em excelente estado de conservação, possuindo todos os factores necessários para uma boa utilização pública, os quais incluem um centro de apoio turístico, facilitando e interessando a visita do turista.

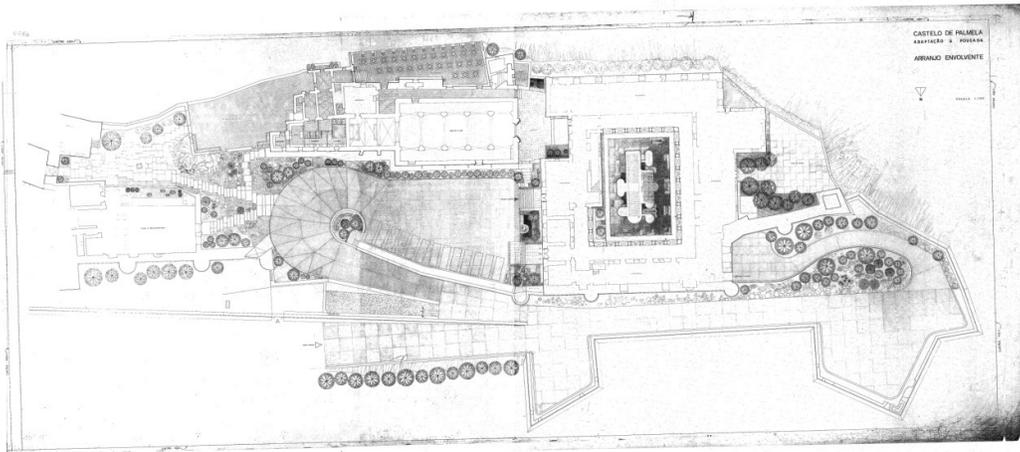


FIGURA 5 - PLANO GERAL DE INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA PARA O CASTELO DE PALMELA
(FONTE: [HTTP://WWW.MONUMENTOS.PT/MONUMENTOS/FORMS/002_C2.ASPX?CoHa=2_C](http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_C2.aspx?CoHa=2_C), SETEMBRO 2010)

4.2. CASTELO DE ÉVORAMONTE

Situado num dos pontos mais altos da Serra d'Ossa, o Castelo de Évoramonte domina uma extensa planície que se prolonga até ao Castelo de Estremoz. Esta sua posição privilegiada proporcionou, desde cedo, o estabelecimento do Homem no local, sendo um ponto estratégico e seguro.



FIGURA 6 - VISTA PANORÂMICA DO CASTELO DE ÉVORAMONTE
(FONTE: [HTTP://OLHARES.AEIQU.PT/](http://olhares.aeiou.pt/), JULHO 2010)

Apesar do território de Évoramonte ser já habitado desde tempos remotos, havendo vestígios da presença humana desde o Paleolítico Superior, é apenas no século XII, mais precisamente em 1160, que a localidade é conquistada aos Mouros, passando a ter domínio português. Porém, o castelo apenas foi construído no mandado de D.Dinis, em 1306 (Castelos de Portugal, 2001; CME, 2007).



FIGURA 7 - PERSPECTIVA DO CASTELO DE ÉVORAMONTE
(FONTE: [HTTP://WWW.SKYSCRAPERCITY.COM/SHOWTHREAD.PHP?T=569207](http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=569207), JULHO 2010)

As imperiais muralhas do Castelo de Évoramonte, cuja forma lembra a de um triângulo, mantêm as quatro portas de entrada originais: a Porta do Freixo, a Sul, protegida por dois torreões cilíndricos; a Porta do Sol, a Este, bastante parecida com a primeira; a Porta de São Brás, provida de suportes de canhões e orientada para a Ermida de São Brás; e a Porta de São Sebastião, com ligação directa à ermida do santo que lhe deu o nome (CME, 2007).

Em 1531 há um enorme terramoto na zona, o qual destrói grande parte do castelo, tendo este sido prontamente reconstruído, devido à sua grande importância (Castelos de Portugal, 2001).

A 24 de Outubro de 1855 o concelho de Évoramonte é extinto e o seu território repartido pelos concelhos vizinhos de Estremoz, Évora, Arraiolos e Redondo, ficando o Castelo na posse de Estremoz (CME, 2007; IGESPAR, s.d.).

Já no século seguinte, em 1910, o Castelo de Évoramonte é classificado como Monumento Nacional, pelo Decreto-Lei de 23 de Junho, iniciando-se o interesse pela sua valorização. (IGESPAR, s.d.).

No seguimento da recuperação feita no castelo após o terramoto de 1531, várias intervenções de manutenção foram feitas, para que o castelo nos chegasse aos dias de hoje nas condições que apresenta. Entre os anos 60 e 90 foram várias as intervenções de restauro, tendo sido, entre 2000 e 2002, pelas mãos do ainda IPPAR, sujeito a um grande plano de intervenção, com vista à conservação, reabilitação de estruturas, arranjos exteriores, produção de sinaléticas e operações de divulgação e animação do Castelo de Évoramonte (IGESPAR, s.d.).

Estando numa zona de Portugal em que o clima é, na maioria do ano, quente e seco, a decisão de revestir toda a área envolvente do castelo com prado deveria estar “protegida” por uma boa rede de rega ou uma rega manual periódica assegurada, de forma a conseguir manter esta extensa área de prado saudável e interessante.

Porém, talvez devido a falta de coordenação entre deveres e obrigações, visto ser património do IGESPAR, mas encontrar-se em território da Câmara Municipal de Estremoz, o Castelo de Évoramonte reflecte uma insuficiente gestão e manutenção, principalmente nas áreas envolventes, encontrando-se estas, actualmente, em mau estado de conservação.



FIGURA 8 - ENVOLVENTE DO CASTELO DE EVORAMONTE NECESSITADA DE MANUTENÇÃO
(FONTE: [HTTP://WWW.FLICKR.COM/PHOTOS/LILIANOP/2722932652/](http://www.flickr.com/photos/lilianop/2722932652/), SETEMBRO 2010)

4.3. CASTELO DE MOURA

No topo de uma elevação sobranceira a toda a vila, numa posição inter-fluvial entre a Ribeira de Brenhas e a Ribeira de Lavandeira, encontramos o Castelo de Moura, numa zona há muito ocupada pelo Homem. Actualmente no centro da cidade, ocupa uma privilegiada situação, estando no ponto mais alto das redondezas, dominando uma paisagem infundável.



FIGURA 9 - ANFITEATRO DO CASTELO DE MOURA
(FONTE: [HTTP://WWW.CM-MOURA.PTP_L_CASTELO.HTM](http://www.cm-moura.pt/p_l_castelo.htm), JULHO 2010)

Moura tem um passado recuado desde a época pré-histórica, tendo estado sob domínio romano e finalmente sob ocupação islâmica.

A primeira conquista cristã data de 1166, por D. Afonso Henriques. Porém, após trocas de poder entre cristãos e mouros, apenas em 1232 o domínio cristão se tornou definitivo (Mouca, 2003).

D. Dinis manda reconstruir o castelo no início do século XIV, juntamente com a Torre de Menagem ou Torre Salúquia, assim conhecida desde o reinado de D. Afonso Henriques.

Também este castelo tinha uma estrutura primitiva típica de castelo medieval português, dividido em duas áreas distintas: a alcáçova, à qual se tem acesso por um porta em cotovelo, orientada a Sudoeste, e a cerca, a qual é reforçada por torres quadrangulares e circulares¹⁵.

A vila ia crescendo e, consigo, a necessidade de expansão das muralhas. É assim construída uma segunda cerca muralhada, limitante da então crescida vila, no reinado de D. Fernando, século XV (IGESPAR, s.d.).

Já no decorrer da Guerra da Restauração, em pleno século XVII, é construída uma nova muralha do Castelo de Moura, constituída por baluartes que lhe conferem uma forma estrelada e por um muro em alambor que, na época era rodeado por um fosso o qual, actualmente, se encontra coberto. Esta evolução na forma da fortaleza demonstra uma preocupação na adequação do castelo às novas técnicas militares, que distinguem bastante bem o castelo medieval do castelo da época moderna. Porém, mudanças como esta apenas conheceram maior expressão na fronteira com Espanha aquando da pressão da Guerra da Restauração pois, durante os anos anteriores, esta preocupação em renovar a defesa militar

¹⁵ Ver Anexo III.

apenas se tinha sentido nas fortificações marítimas, as quais mereceram maior atenção durante vários anos (Lobo, 2003).

Apesar destas preocupações, no século XVIII, mais precisamente em 1707, com a invasão do Duque de Ossuna, o castelo foi destruído por explosão (Lobo, 2003), tendo o terramoto de 1755, bem como o final da militarização do castelo, acelerado a sua ruína.



FIGURA 10 - ENTRADA DO CASTELO DE MOURA
(FONTE: [HTTPWWW.PANORAMIO.COM](http://www.panoramio.com), EM JUNHO 2010)

Em 1944 o Castelo de Moura é classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto-Lei de 27 de Março. Com isto iniciam-se, na década de 50, as intervenções de restauro por parte da DGEMN. Desde então os trabalhos arqueológicos dão-nos informações sobre o local, auxiliando na recuperação e salvaguarda do monumento, conjuntamente com intervenções várias, como as ocorridas entre 1982 e 1986.

Em 2002 foram feitas grandes intervenções na área circundante do castelo, que visaram a valorização paisagística do local, aumentando as condições de utilização, contribuindo assim para uma maior valorização turística do Castelo de Moura.



FIGURA 11 - TORRE DE MENAGEM DO CASTELO DE MOURA
(FONTE: [HTTP://WWW.PANORAMIO.COM](http://www.panoramio.com), JUNHO 2010)

4.4. CASTELO DE SILVES

No topo de uma elevação sobranceira à cidade junto da qual corre o rio Arade encontra-se, majestoso, o Castelo de Silves, um dos melhores exemplos de fortificação muçulmana existente em Portugal.

A sua estrutura, tipicamente árabe, é formada por duas zonas distintas: a alcáçova, defendida por diversas torres e contendo no seu interior uma cisterna com 10 metros de altura, e a medina, a qual tinha ligação com a anterior através de uma porta ladeada por duas torres protectoras. Esta, rodeando quase toda a cidade, tinha três portas principais das quais apenas a porta de Loulé resistiu até aos dias de hoje (IGESPAR, s.d.).



FIGURA 12 - CASTELO DE SILVES

(FONTE: [HTTP://BR.OLHARES.COM/CASTELO_DE_SILVES_FOTO1496305.HTML](http://br.olhares.com/castelo_de_silves_foto1496305.html), SETEMBRO, 2010)

Foi em 1189 que, auxiliado por tropas inglesas e alemãs, D. Sancho I fez cerco ao Castelo de Silves, conquistando-o no Verão desse ano, mantendo-o na posse portuguesa até 1191, quando Portugal, invadido pelos mouros, perdeu todos os seus territórios a Sul do Tejo, à excepção de Évora.

Assim, entre conquistas e derrotas, o Castelo de Silves apenas se tornou definitivamente português em 1253, sob o reinado de D. Afonso III, o qual iniciou, logo de seguida, obras de recuperação e de reforço das suas muralhas.

Tal como diversos castelos de Portugal, o Castelo de Silves foi classificado como Monumento Nacional em 1910, pelo Decreto – Lei de 16 de Junho. Com o peso desta classificação cresce o interesse pela sua salvaguarda e valorização, o qual é sentido nas diferentes intervenções que têm sido efectuadas ao longo do tempo.

É no século XX, nos anos 30 e 40, que a DGEMN efectua uma grande obra de restauro no castelo, com a finalidade de desobstruir os panos das muralhas e reconstruir as torres que se encontravam em mau estado de conservação (Castelos de Portugal, 2001).



FIGURA 13 - INTERIOR DAS MURALHAS DO CASTELO DE SILVES
(FONTE: [HTTP://JP.ZOOMR.COM/Z/PHOTOS/ZOOM/8413962/SIZE-32/](http://jp.zoomr.com/z/photos/zoom/8413962/size-32/), SETEMBRO 2010)

Já no ano de 2003 nasce, pela autoria da PROAP- Estudos e Projectos de Arquitectura Paisagista Lda., um notável projecto paisagístico para o exterior das muralhas do castelo, o qual, através da hierarquização de percursos, consegue a interpretação do público de diferentes áreas, públicas e de acesso condicionado pela sensibilidade arqueológica do local, jogando com as vistas e com os seus íngremes declives, criando zonas de possíveis exposições e dinâmicas culturais ao ar livre, tornando-o um atractivo turístico de grande qualidade em Portugal.



**FIGURA 14 - PLANO GERAL DO PROJECTO DA PROAP PARA A ENCOSTA DO CASTELO DE SILVES
(FONTE: CEDIDO POR PROAP, 2010)**

4.5. CASTELO DE CAERNARFON- GRÃ-BRETANHA

Como para todos os castelos, a localização do Castelo de Caernarfon não foi escolhida ao acaso: situado entre o norte do País de Gales e Anglesey, encontra-se próximo do mar, e precisamente na península formada pelo estuário do Rio Seiont e o Estreito de Menai, tem uma situação estratégica pelo rápido acesso entre as costas norte e oeste de Gales, bem como pelo controlo do tráfico, essencial naquelas épocas de invasões (Viagens e Imagens, s.d.; Castles of Wales, 2010).

O Castelo de Caernarfon começou a ser construído, sobre ruínas romanas, em 1090, tendo sido, paralelamente, aumentado e destruído por ataques, ao longo de vários anos. Foi em 1330, nas mãos de Eduardo I, que o castelo ficou concluído, com o aspecto que tem actualmente (Castles of Wales, 2010).

Porém, Eduardo II não teve o mesmo interesse pela fortaleza chegando esta, em meados do século XIV, a resumir-se ao depósito de armamentos de outros castelos do país.

Em 1646, final da Primeira Guerra Civil Inglesa, o Castelo de Caernarfon foi tomado pelas forças parlamentares as quais o deixaram ao abandono, tendo este sido reparado apenas no final do século XIX.

Com a condecoração do Príncipe Eduardo (futuro Eduardo VIII) como Príncipe de Gales, em 1911, o castelo ganha nova vida, alcançando, por fim, a fama mundial em 1969, aquando da condecoração do Príncipe Carlos como Príncipe de Gales (Castles of Wales, 2010; WAG, s.d.).

O Castelo de Caernarvon é, arquitectonicamente, um dos mais impressionantes castelos de Gales sendo, como a maioria deles, constituído por duas partes: o castelo, propriamente dito, ou seja, a alcáçova, a qual continha duas entradas defendidas por dois portões principais, e a cerca, rodeada pelas muralhas, com sete torres de aproximadamente 20 metros de espessura formando uma planta invulgar, assemelhando-se à forma de uma ampulheta (Castles of Wales, 2010).



FIGURA 15 - CASTELO DE CAERNARFON E SUA ENVOLVENTE
(FONTE: [HTTP://WWW.CASTLEWALES.COM/CAERNARF.HTML](http://www.castlewales.com/caernarf.html), JUNHO 2010)

Como meio de divulgação, permitindo o usufruto dos turistas e cidadãos, o Castelo de Caernarfon alberga uma série de exposições informativas nas suas torres, bem como um museu permanente e visitas ao interior do castelo, de forma a que os seus visitantes sintam a realidade da altura, fomentando o seu interesse.

Incluído no projecto de recuperação e salvaguarda do Castelo de Caernarfon foi feita uma feliz intervenção paisagística, tendo também sido construído um parque de estacionamento para uso dos turistas, bem como apoios sanitários, guias e loja de lembranças (WAG, s.d.).



FIGURA 16 - INTERIOR DO CASTELO DE CAERNARFON
(FONTE: [HTTP://WWW.CASTLEWALES.COM/CAERNARF.HTML](http://www.castlewales.com/caernarf.html), JUNHO 2010)

4.6. CASTELO DE SOHAIL- ESPANHA

O Castelo de Sohail situa-se em Fuengirola, rodeado por uma paisagem exuberante e estrategicamente localizado, no alto de um monte de 38 metros de altura, entre o mar e a foz do rio que dá o nome ao Município (Castillos, s.d.).

Não se sabe ao certo qual a época da primeira construção desta fortaleza visto que, a construção que hoje existe, uma fortaleza árabe dos tempos da invasão da Península Ibérica, mais concretamente, na época do califa Abderraman III, está construída sobre uma antiga fortaleza romana.

A construção existente é actualmente propriedade da Câmara Municipal de Fuengirola. Este castelo sofreu diversas intervenções, as quais alteraram fortemente a sua arquitectura ao longo dos anos.

Estas alterações deveram-se essencialmente à sua proximidade com o mar, o que o levou a sofrer constantes ataques. Já em 1485, aquando da conquista do castelo pelos cristãos aos mouros de Granada, começaram as alterações arquitectónicas do edifício. No reinado do Rei Carlos I foi mandado construir o fosso que circunda o castelo, devido aos sucessivos ataques piratas (Castillos, s.d.).

O recinto poligonal do castelo contém inúmeras torres, estreitas e altas, nas suas esquinas. Porém, nenhuma destas tem as características de torre de menagem, havendo, no entanto, uma torre, no centro do edifício, com maior altura.

A torre da entrada, datada do século XVI, é a maior e, por ter características essencialmente defensivas, é antecedida por uma rampa íngreme e equipada com vários elementos de defesa.

Sob protecção desde 1949, pelo Decreto de 22 de Abril, foi em 1974 que se iniciaram os primeiros trabalhos arqueológicos no castelo, tendo, em 1978, sido declarado Monumento Histórico- Artístico e, em 1985, Património Histórico Espanhol, pela Lei 16/1985.



FIGURA 17 - CASTELO DE SOHAI
(FONTE: [HTTP://WWW.CASTILLOSNET.ORGPROGRAMSCASTILLOSNET.PHPTIP=VIS&DAT=MALAGAMA-CAS-015&FOT=0&NUM=24](http://www.castillosnet.org/PROGRAMSCASTILLOSNET.PHPTIP=VIS&DAT=MALAGAMA-CAS-015&FOT=0&NUM=24), JUNHO 2010)

Em 1995 sofreu uma grande adaptação, tendo sido convertido em auditório sendo, desde então, comemorado no recinto interior do castelo o Festival Anual da Cidade de Fuengirola, bem como As Noites do Castelo, desde 2000. Para esta adaptação houve intervenções a nível do recinto interior, bem como nos seus acessos.

Finalmente, no ano 2002, houve um enorme investimento no Castelo de Sohail, para que este se integrasse, ainda mais, nas vidas das populações. Assim, foi executado o projecto do Parque do Castelo, do qual fez parte a remodelação total da sua envolvente, com a construção de mais de 60.000 metros quadrados de espaços verdes, bem como parques de estacionamento e sítios arqueológicos, enriquecendo assim o património cultural de Espanha e do mundo (Castillos, s.d.).

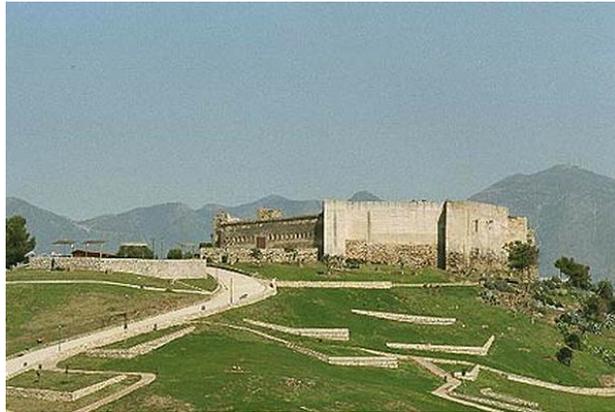


FIGURA 18 - INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA NA ENVOLVENTE DO CASTELO DE SOHAI
(FONTE: [HTTP://WWW.CASTILLOSNET.ORG/PROGRAMS/CASTILLOSNET.PHP?TIP=VIS&DAT=MALAGA/MA-CAS-015&FOT=0&NUM=1](http://www.castillosnet.org/PROGRAMS/CASTILLOSNET.PHP?TIP=VIS&DAT=MALAGA/MA-CAS-015&FOT=0&NUM=1), JUNHO 2010)

PROJECTO

(CASTELO DE NOUDAR- BARRANCOS)

O projecto proposto para o Castelo de Noudar é composto por peças escritas e peças desenhadas.

As primeiras incluem um Estudo Prévio, a Memória Descritiva, o Caderno de Encargos (Anexo V), o Articulado de Medições e Estimativa de Custos (Anexo VI).

As peças desenhadas (Anexo IV) incluem as plantas de projecto: Área de Intervenção; Plano Geral; Modelação; Planimetria; Pavimentos; Plano de Plantação de Árvores e Arbustos; Plano de Plantação de Herbáceas e Sementeira; Plano de Mobiliário; Plano de Iluminação; Cortes; Pormenores; Perspectivas.

ESTUDO PRÉVIO

1. O SÍTIO E A PAISAGEM

1.1. ANÁLISE GEOGRÁFICA E CULTURAL

O Castelo de Noudar encontra-se no território do município de Barrancos, o qual é limitado, a Sul e Oeste, pelo município de Moura, a Norte pelo município de Mourão e pela província espanhola da Extremadura e a Este pela província espanhola da Andaluzia, pertencendo ao distrito de Beja, à sub-região do Baixo Alentejo e à região do Alentejo.

É dos poucos municípios portugueses constituídos apenas por uma freguesia e a sua única localidade, a vila de Barrancos, cujo casario branco se encontra implantado a uma altitude de 318 metros e encaixado num terreno irregular, é extremamente isolada, distando 21 Km da localidade portuguesa mais próxima, Santo Aleixo da Restauração. Moura encontra-se já a 50 Km, a sede de distrito, Beja, a 110 Km e Lisboa, a capital, a 250 Km. Este isolamento deve-se, em parte, ao fraco investimento viário existente nesta região.

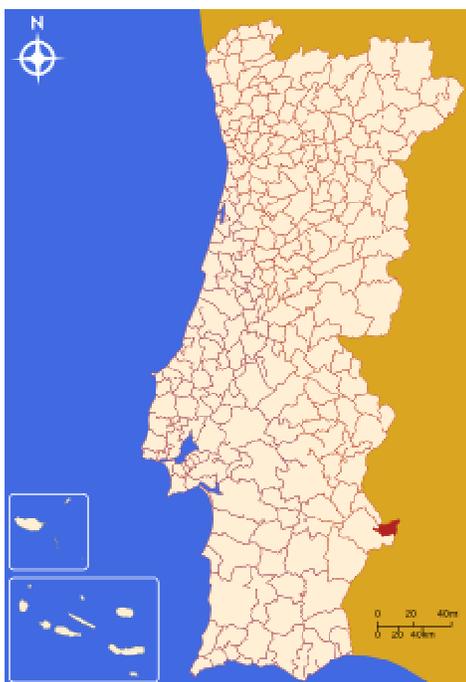


FIGURA 19 - LOCALIZAÇÃO DE BARRANCOS
 (FONTE:
[HTTP://UPLOAD.WIKIMEDIA.ORG/WIKIPEDIA/COMMONS/6/65/LOCALBARRANCOS.SVG](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/65/LOCALBARRANCOS.SVG))



FIGURA 20 - LOCALIZAÇÃO DO CASTELO DE NOUDAR
 (FONTE: [HTTP://PORTUGAL-HOTELS.COM/COM/CHEGAR.PHP?C=251&LG=PT](http://portugal-hotels.com/com/cheGAR.php?c=251&lg=pt))

Segundo a rede viária nacional, Barrancos é apenas intersectado, em termos rodoviários, por uma Estrada Nacional (EN) e uma Estrada Municipal (EM), sendo, em termos ferroviários, totalmente esquecido (Ver figuras 21 e 22 em Anexo I).

Por outro lado, atravessando a fronteira encontramos Encinasola, a povoação espanhola mais próxima de Barrancos, a 9 Km, tendo a vila em estudo também grande relação com as localidades de Oliva de la Frontera, a 29 Km, Fregenal de la Sierra, a 32 Km e Zafrá, a 72 Km. Este facto demonstra que o município de Barrancos tem uma ligação tão forte com Portugal, por a ele pertencer, como com Espanha, por tão grande proximidade geográfica.

O município de Barrancos tem uma área total de 168,4 Km², sendo esta ocupada por uma população de 1748 habitantes (INE, 2008), o que resulta numa densidade populacional de 10,3 hab/km².

Mas esta densidade não tem sido constante ao longo dos tempos. Tal como muitos municípios alentejanos, também Barrancos tem vindo a perder população, devido ao êxodo rural, tendo esta diminuído de 3429 habitantes, em 1960, para 1825, em 2004 (INE, 2008).

Esta perda de população em meio rural deve-se ao inexplicável desprezo que este tem vindo a sofrer há já muito tempo, bem como à evolução e modernização dos processos agrícolas, ao “emparcelamento” de terras e à florestação industrial, que levaram ao abandono dos campos (Guedes, 1990).

Contudo, apesar de ter vindo a perder população, Barrancos está longe de perder a sua cultura e tradições, causas da sua tão forte identidade.

A sua já referida proximidade com Espanha, é, não só geográfica, como cultural. Assim, influenciado pelo país vizinho, o município de Barrancos é conhecido pela sobrevivência das touradas com touros de morte, que se realizam no final de Agosto, sendo das únicas festas à espanhola que se realizam em Portugal (Rego *et al*, 2006).

Devido à sua localização fronteiriça, Barrancos foi também, desde muito cedo, local eleito de práticas de contrabando, as quais foram uma constante durante e após a guerra civil espanhola, até à década de 70 do século XX.

O contrabando, considerado como sendo a prática ilegal do transporte e comercialização de mercadorias e bens de consumo de venda proibida por lei pode, em Barrancos, ser entendido de duas formas: como uma prática de resistência, quando este era praticado pela sobrevivência económica, ou como prática de enriquecimento, pois, para alguns, este significou uma nova fonte de riqueza (Simões, 2007).

Outra característica única da região, também esta influenciada pela proximidade espanhola, é o dialecto falado em Barrancos. O denominado dialecto barranquenho, ou fala barranquenha, estudado pela primeira vez por Leite de Vasconcelos, resulta de uma mistura confusa entre a língua portuguesa e muitas influências espanholas, e, apesar de actualmente leccionado nas escolas locais, não é reconhecido nem protegido pelo estado português.

Um grande exemplo, e entendido por todos, da influência do espanhol neste dialecto é a abolição da letra V, tendo esta sido substituída pelo B, tal como na pronúncia espanhola (Vasconcelos, 2000).

Salomão e o rapaz

Quando Çalamom êhtaba na cama, para murrê, pediu uma braza de lumi, que um rapá le troce na palma da mão sobre uma pouca de cinza, para nã çe quêmá.

*U belhu, au bê fazer ithu, diçe: Muurendu i aprêndêndu.*¹⁶

Entre outras tradições locais referem-se ainda várias festas e romarias, tais como o baile da Pinha, na altura do Carnaval, a romaria do Dia das Flores, na Páscoa, as festas da padroeira de Barrancos, Nossa Senhora da Conceição, no Verão, e a fogueira feita no largo da vila, na noite de Natal.

Ao falar de culturas tradicionais, não se pode esquecer de mencionar os produtos regionais. Em primeira e destacada posição está o presunto de Barrancos, com Denominação de Origem Protegida, que é feito apenas com porcos da Raça Alentejana, exclusiva da região. Também o artesanato é aqui tradicional, mais precisamente a cestaria que há mais de cem anos utiliza o vime, o choupo, o aloendro, o salgueiro e o buínho para fazer, entre outras peças, cadeiras, bancos e butacas.

Barrancos é pois um município cheio de tradições, histórias e património, os quais formam um conjunto de grande interesse turístico.

Encabeçando a lista está, obviamente, o Castelo de Noudar, do qual Júlio Gil (1984) dizia que “apenas se conserva a torre de menagem, de grossa cantaria, e alguns panos amuralhados”, bem como a sua Igreja de Nossa Senhora do Desterro, edifício de extrema imponência que contém uma torre sineira exterior, e que foi construído no século XVII, sobre o local de outra que, no século XVI, se denominava Igreja de Entre Ambas-as-águas, por se situar na Herdade da Coitadinha, entre as ribeiras da Múrtega e Ardila (Coelho, 1999).

“Situado na vertente sudoeste de um outeiro sobranceiro à ribeira da Múrtega” (Almeida, 2008) está aquele que, no seu conjunto, é um belo exemplar do património barranquenho: o aglomerado urbano, o qual é estruturado pela sua praça central, onde se situam os principais edifícios públicos, religiosos e civis, e onde ocorrem as principais festas comunitárias.

Com toda a sua riqueza patrimonial, Barrancos supõe um destino turístico perfeito. Assim o indica o investimento feito pelo município, em termos culturais que, em 2008, foi de 1340.000€ (INE, 2008).

Já em termos ambientais o investimento não é assim tão grande. No ano de 2008, o município apenas gastou 104.000€ em termos ambientais, dos quais 48.000€ foram em gestão de resíduos e 57.000€ na protecção da biodiversidade e da paisagem, visto o seu vasto património natural estar abrangido pela Rede Natura 2000 (INE, 2008).

¹⁶ Pequena história escrita em dialecto barranquenho (Vasconcelos, 2000).

1.2. ANÁLISE HISTÓRICA

A vila de Noudar tem sido habitada desde tempos remotos, datados da pré-história, tendo tido posteriormente a ocupação de povos Romanos, Visigodos e Muçulmanos.

A partir da época da Reconquista Cristã, mais precisamente em 1167, a região, cuja sede de concelho se situava na vila de Noudar, é conquistada por Gonçalo Mendes da Maia para o reino de Afonso Henriques, sendo a sua repovoação ordenada por D. Sancho I, em 1200 (Coelho, 1999).

Em 1283 a povoação recebe foral do rei Afonso X de Castela, fazendo esta parte do dote da sua filha D. Beatriz, ao casar-se com D. Afonso III, juntamente com outras localidades, tais como Serpa e Moura.

Posteriormente, e no seguimento do Tratado da Guarda, em 1295, no qual se estabelecia a paz entre D. Dinis e Fernando IV de Castela, a povoação passa para a posse da Coroa Portuguesa. Ainda nesse mesmo ano a povoação recebeu novo foral do rei, tendo sido, posteriormente (1303) doada à Ordem de Avis, com a condição da reconstrução do castelo, o qual estaria terminado em 1308.

Tempos mais tarde a povoação esteve de novo na posse das tropas espanholas, durante o longo período existente entre a Guerra da Restauração da independência portuguesa e a Guerra de Sucessão de Espanha, em 1707.

Apenas a 6 de Fevereiro de 1715, com o segundo Tratado de Utrecht, o distrito de Noudar foi restituído a Portugal. Este tratado, tal como todos os outros tratados assinados nesta cidade dos Países Baixos, teve como finalidade pôr um ponto final à Guerra da Sucessão Espanhola, a qual durou desde 1701 a 1714.

Em 1825 dá-se a extinção da Vila de Noudar e o seu despovoamento, obrigando assim a uma mudança da Sede Municipal para a vila de Barrancos (Coelho, 1999). É provável que esta migração se tenha dado devido à falta de comodidade e à salubridade das habitações, bem como às fortes características climáticas e aos constantes ataques das pestes ao longo do tempo.

Já no século seguinte, ocorre, entre 18 de Julho de 1936 e 1939, a Guerra Civil Espanhola, durante a qual Salazar, e com ele todo o país, apoiou a rebelião Nacionalista, iniciando com isso uma temporada bastante violenta, principalmente no concelho de Barrancos por se situar próximo da fronteira com Espanha, origem da guerra, e por Portugal ter sido o destino de fuga eleito de mais de mil pessoas (Simões, 2007).

A terrífica guerra que marca a vida de Espanha entre 1936 e 1939 é, indubitavelmente, um acontecimento horrível que marca igualmente o nosso país e, em particular, os territórios que definem a fronteira entre os dois países.

Assim, a Herdade da Coitadinha transforma-se num abrigo de fugitivos espanhóis, vindos de cidades como Jerez de los Caballeros, Oliva de la Frontera, Villanueva del Fresno, Higuera la Real, Colaraço, Valencia del Mombuey, Santos e Alconchel.

TABELA 1 - RELAÇÃO OFICIAL DOS REFUGIADOS ESPANHÓIS DA HERDADE DA COITADINHA (FONTE: SIMÕES, 2007)

Local de Origem	Militares Carabineiros	Mulheres e Crianças	Homens Civis	Total
Jerez de los Caballeros		10	330	340
Oliva de la Frontera		20	274	294
Villanueva del Fresno		19	49	68
Higuera la Real		-	8	8
Colaraço		2	10	12
Valencia del Mombuey		3	5	8
Santos		-	5	5
Alconchel		-	6	6
Total	32	54	687	773

Esta solidariedade para com os espanhóis tem grande significado e importância para os barranquenhos, que sentiram bastante as consequências da Guerra Civil Espanhola, representando uma grande interação social entre todos os grupos sociais (Simões, 2007).

A 15 de Agosto de 1936 os territórios mais fracos situados próximos da fronteira são invadidos, através de Badajoz, iniciando-se um período de terror.

Enquanto a guerra se desenrolava no país vizinho, em Portugal, na Herdade da Coitadinha e na Almofadinha criam-se, entre Agosto e Outubro de 1936, dois campos de concentração, ou de refugiados, nos quais mais de mil espanhóis tentam salvaguardar a sua segurança.

1.3. ANÁLISE BIOFÍSICA

“A paisagem é marcada por relevo vigoroso, sulcado por curtos troços do rio Ardila e da ribeira da Múrtega, cada um deles materializando um pequeno segmento de fronteira internacional. O coberto vegetal é dominado pelo montado de azinho, bastante denso, e por matos que recobrem as encostas mais declivosas. O povoamento encontra-se concentrado no único aglomerado urbano presente neste território, Barrancos, sede de concelho”. (Almeida, 2008).

1.3.1. RELEVO

Segundo Lautensach (1991) “São os processos tectónicos e vulcânicos, ou forças endógenas, que criam as diferenças de altitude originais à superfície dos continentes”.

No caso de Barrancos houve bastantes processos deste tipo, o que levou a que o seu relevo viesse a ser naturalmente elevado, situando-se entre as linhas hipsométricas dos 200 e dos 400 metros de altitude (Figura 23, Anexo I).

1.3.2. HIDROGRAFIA

Para estudar a evolução da rede hidrográfica é necessário ter em conta os factores que a definiram: a tectónica, o clima e as oscilações do nível de base. Assim, os rios do Sul, mais especificamente, o Guadiana, como descreveu Orlando Ribeiro “correu ao rés da planície ou apenas levemente embutido nela”, coincidindo a sua origem com o início do Quaternário (Lautensach, Geografia de Portugal - O Ritmo Climático e a Paisagem, 1988).

O território de Barrancos encontra-se integrado na bacia hidrográfica do rio Guadiana, da qual dois dos cursos de água, o rio Ardila e o rio Múrtega, delimitam as vertentes Norte, Noroeste e Sul do Parque de Natureza de Noudar.

O rio Guadiana, um dos onze rios principais de Portugal, corre para Sul-Sudoeste, numa extensão de 801 Km, dos quais 150 Km estão situados em território nacional, pertencendo o restante ao território espanhol (Lautensach, Geografia de Portugal - O Ritmo Climático e a Paisagem, 1988) (Figura 24 e 25, Anexo I).

1.3.3. CONSTITUIÇÃO GEOLÓGICA

Num esquema morfoestrutural nacional é possível observar que toda a área em estudo se insere no Maciço Antigo, o qual, representando dois terços do território português, compreende essencialmente terrenos Precâmbrios e Paleozóicos (Leite *et al*, s.d.).

Neste maciço predominam as aplanções, desniveladas por vezes por um complexo sistema de falhas (Lautensach, Geografia de Portugal - A Posição Geográfica e o Território, 1991).

Segundo a carta geológica de Portugal Continental, a área que abrange Barrancos é constituída por faixas intercaladas de dois tipos de rochas do Paleozóico: quartzitos, xistos e vulcanitos, pertencentes ao ordovícico (O); e quartzitos, xistos, raros calcários e turbiditos, pertencentes ao devónico inferior (D1). Dentro deste segundo grupo existem ainda uma sub-

classe, da mesma idade, de xistos, grauvaques, filitos e vulcanitos ácidos e básicos (S-D1) (Figura 26, Anexo I).

1.3.4. CONSTITUIÇÃO GEOMORFOLÓGICA

Em Portugal, a geomorfologia deve ter em conta diferentes pontos, como as superfícies de erosão mais importantes e as suas deformações tectónicas, os vales fluviais e seus terraços, as formas litorais, incluindo as praias antigas e as restingas, e as formações da idade do gelo, como as formas glaciárias da Serra da Estrela (Lautensach, Geografia de Portugal - A Posição Geográfica e o Território, 1991).

Segundo a Direcção-Geral de Geologia e Minas (1982), Barrancos situa-se na Peneplanície do Baixo Alentejo, que balançada para Noroeste, termina numa escarpa na base da qual corre o rio Chança. Esta superfície encontra-se bem conservada, apenas tendo vindo a ser afectada pela erosão regressiva do rio Ardila.

A erosão diferencial característica da zona fez com que o local fosse constituído por diferentes relevos: uns de maior dureza, com composição quartzítica e psamítica, e outros com menor resistência, como é o caso das formações xistentas e grauvacóides (Perdigão *et al.*, 1982).

1.3.5. CONSTITUIÇÃO BIOGEOGRÁFICA

O município de Barrancos, biogeograficamente, insere-se na Região Mediterrânica, Sub-região Mediterrânica Ocidental, Super-província Mediterrânica Ibero-Atlântica, Província Luso-extremadurensis, Sector Mariânico-monchiquense, Subsector Araceno-pacense e Superdistrito Aracense, o qual se diferencia dos vizinhos pela presença de *Armeria linkiana*, *Campanula transtagana*, *Daucus setifolius*, *Dianthus crassipes*, *Erica andevalensis*, e *Scabiosa stellata*. Dominando a paisagem estão o esteval *Genisto hirsutae-Cistetum ladaniferi cistetosum monspeliensis*, e o espargueiral/zambujal/carrascal *Asparago albi-Rhamnetum oleoidis*, havendo também predominância dos azinhais termomediterrânicos de *Myrto communis-Querceto rotundifoliae* S.

O Castelo de Noudar encontra-se num outro Superdistrito: o Alto Alentejano. Este caracteriza-se por ser praticamente plano, intersectado apenas por algumas serras de pequena altitude. A paisagem é aqui dominada pelos montados de *Pyro-Quercetum rotundifoliae* e sobreirais de *Sanguisorbo-Quercetum Suberis* (Costa *et al.*, s.d.) (Figura 27, Anexo I).

1.3.6. SOLOS

Barrancos encontra-se essencialmente sobre solos denominados Litossolos ou Solos Esqueléticos, os quais são caracterizados por serem pedregosos, muito pouco espessos e evoluídos, e estabelecidos sobre rochas-mãe duras. A sua espessura efectiva é normalmente inferior a 10 cm, não apresentando horizontes definidos (Figura 28, Anexo I).

1.3.7. CAPACIDADE DE USO DO SOLO

Toda a área em estudo se situa na Classe E, a qual se caracteriza por ter uma capacidade de uso muito baixa, com bastantes limitações e grandes riscos de erosão. Por estes motivos não são aconselháveis usos agrícolas, pastagens, explorações de matas ou florestas não sendo, em muitos casos, susceptíveis de qualquer utilização económica, podendo destinar-se apenas a vegetação natural ou floresta de protecção ou recuperação (Figura 29, Anexo I).

1.3.8. CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA

O clima do Alentejo tem contrastes tanto maiores quanto mais para Este nos encontramos, havendo maior concentração de chuvas no Inverno, temperaturas e secura mais elevadas no Verão, mostrando, estas fortes amplitudes, a grande influência continental aqui presente.

Assim, o Alentejo Interior é caracterizado por um clima bastante continental, onde o ar quente do Verão é transportado para Portugal pela larga abertura do Guadiana (Lautensach, Geografia de Portugal - O Ritmo Climático e a Paisagem, 1988).

O conforto bioclimático varia, como se pode verificar na carta do Instituto Geográfico Português, entre verões quentes e secos, e invernos frios moderados a frescos (Figura 30, Anexo I).

PRECIPITAÇÃO

A precipitação no interior alentejano é reduzida, situando-se entre os 500 e 600 mm anuais, sendo maior ou igual a 1mm apenas entre 80 a 90 dias por ano (Figuras 31 e 32, Anexo I).

INSOLAÇÃO

Por sua vez, a insolação é das maiores existentes em Portugal, sendo de 2800 a 2900 horas de sol por ano (Figura 33, Anexo I).

TEMPERATURA

Suzanne Daveau divide o Verão português em três tipos diferentes: a faixa oceânica, fresca, o Norte, onde alternam vales e montanhas frescas, e a planície quente a Este da Estremadura (Lautensach, Geografia de Portugal - O Ritmo Climático e a Paisagem, 1988), onde se situa Barrancos, tendo das temperaturas médias anuais mais elevadas do país, compreendida entre 16 e 18 °C. No Verão esta temperatura aumenta significativamente, situando-se entre 22 e 40 °C (Figura 34, Anexo I).

VENTO

A intensidade do vento é das menores do país, estando entre os 3m/s e os 3,5 m/s (Figura 35, Anexo I).

1.3.9. VEGETAÇÃO

Barrancos, pertencendo ao Alentejo interior, é representado por uma vegetação nitidamente mediterrânica a qual, para sobreviver à secura, insolação e altas temperaturas, características da zona, desenvolveu estratégias que a incluem na categoria de vegetação xerófila.

Segundo Lautensach (1988), o Baixo Alentejo tem, como tipo de paisagem dominante, as formações com descanso estival perceptível, tendo o seu desenvolvimento máximo na Primavera e início do Verão e, no Inverno, quase apenas campos cerealíferos.

Estes campos cerealíferos, mais conhecidos por Estepe Cerealífera Mediterrânica, caracterizam-se “pela ausência de árvores e arbustos substituídos por espécies herbáceas, anuais ou perenes e com um sistema radicular bem desenvolvido - raízes pastadeiras (gramíneas) ou com órgãos de reserva subterrâneos (bolbos)” (Lecoq, 2002).

Em segundo lugar estão as denominadas “formações sempre verdes do subtipo a”, as quais correspondem às de folhas coriáceas e às coníferas com flores pouco numerosas, onde se agrupam as matas de pinheiros, os montados de azinheiras e sobreiros, e ainda as oliveiras e alfarrobeiras (Lautensach, Geografia de Portugal - O Ritmo Climático e a Paisagem, 1988).

O montado é um grande representante da actuação do homem na natureza. Através de cortes e queimadas com fins lucrativos das terras, bem como extracções de madeiras, o montado foi reduzido ao que hoje se nos apresenta: uma exploração de cortiça (sobreiros),

lenha (sobreiro e azinheira) e frutos (de ambos), bem como de pastagem sob-coberto (Lecoq, 2002).

Em menor abundância existem as formações sempre verdes com flores abundantes, onde se incluem, entre outros, os matagais e pomares de citrinos, e, por fim, as formações com nítido descanso estival com desenvolvimento máximo no Outono (Lautensach, Geografia de Portugal - O Ritmo Climático e a Paisagem, 1988).

Os matagais, formados por vegetação autóctone e adaptada às rígidas condições edafo-climáticas, são essenciais nestas paisagens pois impedem a erosão dos solos, facilitam a infiltração de água e aumentam a quantidade de matéria orgânica e nutrientes no solo (Lecoq, 2002).

A existência de linhas de água de regime torrencial na sub-bacia hidrográfica do Rio Ardila traz, a si associada, vegetação ripícola, a qual, através das suas raízes, vai permitir uma coesão das margens dos rios, atrasando assim a sua erosão.

Uma descrição florística mais pormenorizada será feita adiante, no capítulo do Parque de Natureza de Noudar.

1.3.10. UNIDADES DE PAISAGEM

Segundo Alexandre Cancela d'Abreu *et al.* (2004), a vila de Barrancos insere-se na Unidade de Paisagem 113 - Barrancos, a qual abrange uma área de 260 Km² ao longo do Baixo Alentejo e tem como principal centro urbano, Barrancos.

Esta unidade de paisagem é caracterizada por ter pouca densidade populacional e, nas áreas mais despovoadas ocorre a ocupação por montados densos, que protegem o solo (essencialmente esquelético de xisto) dos agentes erosivos.

Em zonas de montado abandonadas, o sistema passa de agro-silvo-pastoril a florestal, sendo dominado pelo azinho, e contendo todos os estratos vegetais, formando matos extensos e densos, com uma fauna diversificada.

É possível defender que esta paisagem tem um coerente ordenamento e gestão, visto estar integrada em diversas figuras de ordenamento do território, como os PDM's dos concelhos de Moura e Barrancos, no PROT da Área Envolvente da Barragem do Alqueva, e em figuras referentes à conservação da natureza, tais como o Sítio Natura 2000 de Moura/Barrancos e a ZPE de Mourão/ Moura/ Barrancos (Cancela d'Abreu, 2004).

Alexandre Cancela d'Abreu *et al.* (2004) defendem, porém, que devem ser tomadas em conta certas orientações para a gestão sustentável deste território e, para isso, este deve ser avaliado e diagnosticado "a priori".

Após uma análise geral, pode-se observar que esta paisagem tem uma grande identidade devido a factores, tanto culturais, como todo o património humano que nela se encontra, como biofísicos, a sua localização, que leva a um elevado grau de isolamento, o qual pode causar sensações diversas pois, se a uns se reflecte como calma, quietude e tranquilidade, a outros causa alguma insegurança, e ainda a outros transmite fascínio e atracção. Tal isolamento tem vindo a acentuar-se visto esta zona ter uma elevada tendência para o decréscimo e envelhecimento da população, estando cada vez mais despovoada.

Contudo, esta região tem uma enorme riqueza biológica devida à elevada biodiversidade e aos diferentes *habitats* nela existentes. Juntamente com este facto, e influenciando ainda mais a biodiversidade aparecem as grandes e densas extensões de montado de azinho, o qual revela uma grande coerência entre os usos dominantes e as características biofísicas da região. Outro exemplo do bom aproveitamento económico baseado nos recursos existentes, e que deve ser preservado, é a produção do presunto de Barrancos, tal como de outros produtos de porco preto, animal tão característico e abundante da região.

Toda esta riqueza deve assim ser mantida e, para isso, é necessária uma boa gestão da paisagem, estando, em principal destaque, a valorização e melhor regulamentação dos usos do montado e dos seus produtos, mantendo-o ou convertendo-o num sistema multifuncional. Quanto ao montado, sendo este um sistema de tão elevada importância, deve-se ainda incentivar e investir em novas instalações industriais, permitindo que a sua exploração económica seja estendida para além da unidade de paisagem de Barrancos.

Como já foi referido, uma forte, e negativa, característica desta unidade de paisagem, é a reduzida densidade populacional. Assim, é essencial a existência de apoios a estas populações para que não diminuam mais e para que, aproveitando as potencialidades locais, consigam manter o mosaico da paisagem.

1.3.11. LEGISLAÇÃO

A zona de Barrancos encontra-se dentro da Rede Natura 2000, na Zona de Protecção Especial Mourão/ Moura/ Barrancos PTZPE 0045, que abrange uma área de 77632 ha (Figura 36, Anexo I).

Criada em 1999, pelo Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro, as ZPEs visam proteger uma área essencial à existência de diversas espécies de aves, incluindo as de rapina (ICN, s.d.).

Por outro lado é também considerada, dentro do âmbito da Rede Natura 2000 PTCO 0053, como Sítio de Interesse Comunitário, abrangendo este apenas Moura/Barrancos, com 43309 ha (Figura 37, Anexo I).

2. O CASTELO DE NOUDAR

Castelo de Noudar

Tu és nosso encanto.

O Rei D. Dinis

Foi assim que quis

Coroar Barrancos.

Coroar Barrancos

Qu' é a nossa terra.

De mato cercado,

Estás situado

No alto da serra.

No alto da serra,

E ninguém te ganha.

Sózinho e isolado,

Sem ser habitado

Olhando p'ra Espanha.

(recolha do folclore no Cantar Alentejano de Barrancos, *in* (Coelho, 1999).

2.1. HISTÓRIA DO CASTELO

Situado na Herdade da Coitadinha, o Castelo de Noudar, elemento marcante da região, encontra-se num outeiro que, segundo investigações arqueológicas feitas desde 1989, se encontrou habitado desde o Calcolítico até ao século XIX (Rego M. L., 1994).

Actualmente, e desde 1910, as suas ruínas são classificadas como Monumento Nacional, através do Decreto – Lei de 16 de Junho (IGESPAR, s.d.).

Concluída a passagem oficial para a mão da coroa portuguesa, através da doação de Afonso X à sua filha D. Beatriz (1283), Noudar é doado, em 1303, à Ordem de Avis, com a condição de ali se construir um castelo, construção essa que se iniciou logo nesse ano. Seguindo-se várias mudanças de posse, entre Portugal e Castela, o castelo passou definitivamente para a coroa portuguesa em 1385.

Após vários restauros feitos pelos reis D. Fernando, D. João e D. Manuel, o castelo atinge o seu auge no início do século XVI. Porém, a localização raiana do castelo levou a que este tivesse uma história de sucessivos ataques, primeiro com a Guerra da Restauração, depois com a Guerra da Sucessão Espanhola e por fim com as Invasões Francesas (Almeida, 2008).

A história do Castelo segue a par com a história da Herdade da Coitadinha.

A actualmente conhecida Herdade da Coitadinha nasce em 1893, aquando da arrematação da vila pelas mãos de Juan Barroso Dominguez, formando assim uma propriedade agrícola com mais de 1000 hectares.

Em 1907 é comprada pela família Fialho, na qual permanece até 1976¹⁷.

Porém, tal como grande parte das herdades portuguesas, também a Herdade da Coitadinha foi expropriada, a 15 de Maio de 1974, tendo sido das últimas propriedades a serem devolvidas aos seus antigos donos, apenas a 19 de Outubro de 1990.

Depois desta fase, e devido sobretudo à reiniciação da exploração da mina de Apariz, do surto de emigração e da guerra colonial, a necessidade de emprego diminuiu, sofrendo assim a herdade algumas alterações. A par da produção agro-pecuária, de gado bovino e caprino, de olivais e cereais, nasce, em 1981, um projecto do Campo Arqueológico de Mértola em Noudar, o qual devolve à Herdade da Coitadinha a vida que nela existia, transformando-a em local de estudo de investigadores e estudantes universitários.

Por fim a Herdade da Coitadinha acaba por ser comprada aos herdeiros de D. Maria das Dores Blanco Fialho Garcia pela Empresa de Desenvolvimento de Infra - Estruturas do Alqueva (EDIA), em 1997.

¹⁷ Ver Anexo II



**FIGURA 38– ANTIGO POÇO DA VILA DE NOUDAR
(FONTE: AUTOR)**

O Castelo de Noudar tem vindo a ser alvo de sucessivas obras de restauro, obras essas que se iniciaram há já bastante tempo, desde que os ataques inimigos o exigiam.

Foi no início da década de oitenta, orientado pelo professor Cláudio Torres do Campo Arqueológico de Mértola, que ocorreu um profundo projecto de investigação arqueológica no Castelo de Noudar o qual, pela grande importância do objecto de estudo, se alargou para outras áreas. Já em 2006 é citado, na obra de Miguel Rego “Encontros com Barrancos”, a reanimação da fortaleza “como infra-estrutura turística do concelho de Barrancos”.

Assim, e como defende José Corrêa Guedes, da Direcção-Geral do Turismo, o grande peso que o turismo hoje em dia tem, tanto a nível social, como económico, cultural e ambiental, faz com que haja grandes implicações ao nível da paisagem, induzindo à necessidade da intervenção do Arquitecto Paisagista na valorização, protecção e recuperação desta, valorizando as potencialidades turísticas da zona em questão (Guedes, 1990).

2.2. ESTRUTURA DO CASTELO

“Num dos pontos mais orientais do território português, lá para as bandas do Guadiana, entre as ribeiras de “Murtiga” e de “Ardila”, jaz numa elevação sensível de terreno, defrontando como sentinela adormecida a raia de Espanha, uma ruína notável de

arquitectura militar do século XIV. É Noudar!” (Sequeira *in* “Album Alentejano” *in* Coelho, 1999)



FIGURA 39 - VISTA DO CASTELO DE NOUDAR
(FONTE: AUTOR)

A localização do castelo não é por acaso. Encabeçando uma elevação escarpada entre as ribeiras de Múrtega e Ardila, a cavaleiro das mesmas, garante assim o máximo de segurança, indispensável na altura, devido ao relevo e à protecção dos rios. As linhas de água permitem ainda o fácil acesso aos produtos básicos, bem como a captação de alimentos, sendo de destacar a abundância de peixe neles existente. Outras características do local que o levaram a ser o eleito à implantação do castelo são a proximidade à Fonte da Figueira, uma nascente de água, os excelentes terrenos de regadio nos aluviões e de terrenos de textura média, perfeitos para a agricultura, os extensos montados para o pastoreio e as excelentes flores para produção do mel, produção esta ainda muito comum na região (EDIA, s.d.). Também a sua localização invulgar, isolado do resto da vila, tem uma razão de ser, estando certamente relacionado com a sua função de couto de homiziados (Lobo, 2001).

O Castelo de Noudar tem uma tipologia mista apresentando uma função militar e uma função civil, estruturando-se a partir da torre senhorial, com perfeito domínio sobre as terras circundantes, bem como os acessos fluviais (Coelho, 1999). Os seus 11500 metros quadrados de área encontram-se distribuídos numa planta hexagonal (embora um pouco irregular, devido à configuração do terreno), com eixo longitudinal Noroeste-Sudeste, onde se identificam duas zonas distintas: a alcáçova e a cerca da vila (Ver figura 36 em Anexo).

A alcáçova era o local onde residiam as autoridades civis ou eclesiásticas da povoação sendo por isso, bem protegidas. Esta, especificamente, estava bastante bem

defendida: “A alcáçova, desenvolvida em torno de uma vasta praça de armas, era defendida por uma barbacã, três torres e uma imponente torre de menagem¹⁸” (Almeida, 2008).



FIGURA 40 – RUÍNAS DA TORRE DE MENAGEM DO CASTELO DE NOUDAR
(FONTE: [HTTP://WWW.MONUMENTOS.PT/MONUMENTOS/USERCONTROLS/IMAGEMAXIMIZED.ASPX?IMAGENAME=&TABLEID=H80000139&RRN=207394&ODNUMBER=74&PAGENUMBER=11&DocRRN=22737](http://www.monumentos.pt/Monumentos/UserControls/ImageMaximized.aspx?ImageName=&TableID=H80000139&RRN=207394&ODNumber=74&PageNumber=11&DocRRN=22737))



FIGURA 41 - TORRE DE MENAGEM DO CASTELO DE NOUDAR, DEPOIS DO RESTAURO
(FONTE: AUTOR)

A Torre de Menagem do Castelo de Noudar tem uma planta quadrangular, coroada por ameias, com 11 metros de lado e cerca de 15 metros de altura, “14 varas e um pé”,

¹⁸ Em Arquitectura Militar a Torre de Menagem é a estrutura central do castelo medieval, sendo o seu principal ponto de poder. Geralmente é mais alta que as restantes torres, permitindo assim, o tiro directo para o exterior das muralhas, a maior visibilidade e o comando da fortaleza.

segundo Duarte d'Armas. Contém quatro pisos distintos, cada um com sua função. A partir do último piso é possível alcançar o caminho de ronda, a partir do qual se tem uma vista quase infinita, indispensável ao controlo da vila e à defesa do castelo.

O terceiro piso era utilizado como cisterna, a qual recebia as águas da chuva que caíam pelo terraço do quarto piso. O segundo piso, o qual tinha ligação com o exterior através de uma escadaria do lado leste, fazia a ligação entre o resto da alcáçova, os restantes pisos, e a cisterna. Por fim, o primeiro piso, o piso térreo, era a zona de armazenamento, que tinha ligação com a alcáçova, e que apenas estava ligado ao piso superior por uma simples escada de madeira (Coelho, 1999).

Já a barbacã, segundo a obra de Duarte d'Armas, "Livro das Fortalezas", de 1509, foi construída na época de D. Manuel I, entre 1495 e 1521. Estas são estruturas típicas do século XV, presentes do lado exterior das muralhas, mais baixas que estas e protectoras do fosso da fortificação e da entrada do castelo.

No caso do Castelo de Noudar a barbacã, que protegia, não o fosso, mas o escarpado íngreme onde se situa o castelo, está totalmente destruída, notando-se apenas vestígios do arranque do que outrora havia sido um contínuo protector com duzentos metros de comprimento (Coelho, 1999).

Ainda dentro da alcáçova existem duas cisternas. Estas eram essenciais nesta época pois armazenavam a água das chuvas e do degelo da neve, depois aproveitada para alimentação, limpeza e irrigação dos campos. Era essencial à sobrevivência dos defensores da povoação, aquando de um ataque inimigo ou em caso de cerco.

Uma das cisternas, como já foi referido, situa-se no interior da Torre da Menagem, tendo quase 5 metros de altura e 2 de largura, "tem de vão 4 varas e dois pés", segundo Duarte d'Armas. A outra é subterrânea e encontra-se no centro da alcáçova.

A planta hexagonal da cerca da vila apresenta muros com 8 metros de altura, 471 metros de perímetro, uma largura média de 2,5 metros, e é pontuada por doze torres, circundando a vila de Noudar. Esta barreira abre-se junto à alcáçova, através de várias portas, as quais são defendidas por cubelos¹⁹ quadrangulares adossados, segundo Duarte d'Armas, com sete varas de altura.

¹⁹ Em Arquitectura Militar entende-se por cubelo um torreão de planta quadrangular, que reforça a muralha numa cerca ou num castelo.

A cerca da vila tem assim quatro portas principais, cada qual com a sua orientação e função. A Porta de Moura, na muralha Oeste da vila, é protegida por um pequeno torreão, abrindo-se depois num terreno plano, de fácil acesso. Este facto é devido à não função de protecção desta porta. Esta foi apenas construída com a intenção de ligação, já que desemboca no milenar caminho de Moura.

A porta virada a Norte dá acesso à abrupta margem esquerda do Rio Ardila, tendo, hoje em dia, ligação com o caminho de Valencia de Mombuey e de Oliva de la Frontera.

Esta porta, tendo função de porta de serviço da vila, pode ser confundida com uma porta das sortidas. Porém, a verdadeira porta falsa do castelo, tem exposição Sudeste (Coelho, 1999) e permite a ligação à ribeira de Múrtega e ao caminho de Moura.

Por fim, a Porta de Barrancos, virada a Nascente, constitui a ligação principal à vila e, por isso, a melhor defendida, não só pelo caminho ziguezaguado e declivoso de acesso à porta, como pela presença do torreão e o afunilamento existente na chegada a esta (EDIA, 2006).



**FIGURA 42 - PORTA DE BARRANCOS, ENTRADA PRINCIPAL NO CASTELO DE NOUDAR
(FONTE: AUTOR)**

No interior da vila encontra-se a grandiosa igreja de Nossa Senhora do Desterro, a qual, até ao século XVII, teve a denominação de Nossa Senhora de Entre Ambas-as-Águas, provavelmente por o castelo se situar entre os rios Ardila e Múrtega. Esta igreja tem vindo a ser restaurada desde 1984, até quando permaneceu em avançado estado de ruína (Coelho, 1999).



FIGURA 43- RUÍNAS DA IGREJA DA NOSSA SENHORA DO DESTERRO, NO CASTELO DE NOUDAR
(FONTE: [HTTP://WWW.MONUMENTOS.PT/MONUMENTOS/FORMS/002_C2.ASPX?CoHa=2_C](http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_C2.aspx?CoHa=2_C))



FIGURA 44- IGREJA DA NOSSA SENHORA DO DESTERRO, NO CASTELO DE NOUDAR, APÓS RESTAURO
(FONTE: AUTOR)

O antigo casario da vila está em bastante mau estado. Porém, no passado, era estruturado por duas ruas paralelas, a Rua de Ardila e a Rua de Múrtega, direccionadas a Norte, as quais organizavam toda a Vila de Noudar (Coelho, 1999).



**FIGURA 45 - ANTIGA HABITAÇÃO DA VILA DE NOUDAR
(FONTE: AUTOR)**

Actualmente, um tanto isolado e, talvez por isso, pouco preservado, o Castelo de Noudar pertence à empresa EDIA a qual, criada em 1995, tem tido como principais objectivos construir e explorar o EFMA- Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, e como projecto central a Barragem do Alqueva, promovendo o desenvolvimento da sua área de intervenção, a qual abrange o Alto e Baixo Alentejo (EDIA, s.d.).

A construção desta barragem levou à perda de diversos ecossistemas, como montados, galerias ripícolas e matagais mediterrânicos. Assim, e como forma de compensação, ao adquirir a Herdade da Coitadinha, em 1997, a EDIA desenvolveu o Parque de Natureza de Noudar, o qual, juntamente com outros Parques Naturais da vizinha Espanha, forma um *continuum naturale* bastante rico e, por isso, compensatório (EDIA, 2006).

2.3. PARQUE DE NATUREZA DE NOUDAR

Este parque tem diversas actividades, desde centros de interpretação e apoio, a percursos pedonais e cicláveis e guias digitais, tendo também programas de visitas de grupos, campos de férias e possibilidade de alojamento, provando, assim, a possibilidade de conjugação da biodiversidade com o turismo e, por isso, com a economia local (Simões, 2007).

Esses percursos, através dos quais é possível percorrer todo o Parque estão divididos em três “trilhos”, cada um com a sua rota temática: o Trilho Geológico - Mineiro, que nos dá a conhecer esse património que se iniciou aquando da época áurea da extracção de cobre, há 444 milhões de anos; o Trilho “O Monte”, o qual nos remonta à agricultura do século XX e a sua proximidade com a agricultura sustentável, através de hortas biológicas e o próprio Monte da Coitadinha; e o Trilho “A Estrada” o qual, serpenteando junto da Ribeira da Múrtega, nos dá a conhecer o património florístico e histórico da herdade onde domina, por entre as diversas espécies mediterrânicas, o imponente Castelo de Noudar (EDIA, 2006). O Parque de Natureza de Noudar tem assim uma vasta colecção de património, tanto geológico como natural.

2.3.1. PATRIMÓNIO GEOLÓGICO

O Parque de Natureza de Noudar tem uma grande riqueza geológica dividida em exemplares de natureza litológica, paleontológica e mineira.

Quanto ao património litológico são de referir as rochas pertencentes à era Paleozóica, com idades entre 495 e 390 milhões de anos, tais como xistos, quartzitos, calcários, grauvaques, liditos e rochas vulcânicas, ácidas e básicas.

O património paleontológico é constituído por valiosos fósseis de Graptólitos, em xistos e liditos do Silúrico, com idades compreendidas entre 443 e 416 milhões de anos.

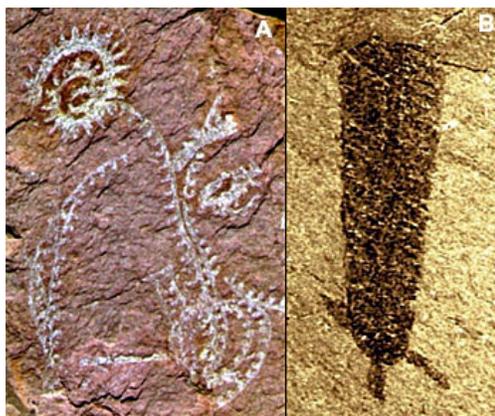


FIGURA 46 - GRAPTÓLITOS NO PARQUE DE NATUREZA DE NOUDAR
(FONTE: [HTTP://WWW.PARQUENUODAR.COM/PT/MODULES/SMARTSECTION/ITEM.PHP?ITEMID=71](http://www.parquenuodar.com/pt/modules/smartsection/item.php?itemid=71))

Além do património litológico e paleontológico existem também vestígios da exploração de minas de cobre onde se podem encontrar 5 poços mineiros com profundidades variáveis entre 3 e 6 metros (EDIA, 2006).



FIGURA 47 - POÇO MINEIRO DO PARQUE DE NATUREZA DE NOUDAR
(FONTE: [HTTP://WWW.PARQUENODAR.COM/PT/MODULES/SMARTSECTION/ITEM.PHP?ITEMID=71](http://www.parquenoudar.com/pt/modules/smartsection/item.php?itemid=71))

2.3.2. PATRIMÓNIO NATURAL

O Parque de Natureza de Noudar tem uma admirável riqueza natural, tanto florística como faunística, atestada pelos respectivos inventários.

No que diz respeito à fauna, os grupos mais abundantes desta área fazem parte da avifauna, composta por cerca de 200 espécies, e da ictiofauna.

Dentro das aves, e dependendo dos seus hábitos, podem-se identificar voadores compulsivos, como *Milvus milvus* (Milhafre real), espécies florestais ecléticas, como *Parus caeruleus* (Chapim-azul), as quais frequentam vários biótopos florestais, e também espécies condicionadas pelo coberto arbustivo, como *Turdus merula* (Melro-preto) e *Carduelis carduelis* (Pintassilgo) (EDIA, 2006).

Nos rios que atravessam o Parque de Natureza de Noudar, Múrtega e Ardila, é possível encontrar 14 espécies diferentes de peixes, entre as quais *Squalius alburnoides* (Bordalo) e *Lepomis gibbosus* (Perca-sol.) (EDIA, 2006)

Além das variadas espécies de aves e peixes, este parque, integrado na Rede Natura 2000, é também conhecido por ser abrigo de morcegos cavernícolas de várias espécies, de lontras, nos cursos de água presentes, e do Lince- ibérico (*Lynx pardinus*), cuja presença, apesar de actualmente ameaçada, tem, nesta zona, grandes condições de recuperação ou reintrodução (ICN, s.d.).

A existência de tal biodiversidade deve-se à grande variedade de *habitats*, diferentes ecossistemas, com diferentes características, como o relevo, a hidrografia, e a intervenção humana, factos que levam a que este parque tenha, além da diversidade faunística, uma significativa variedade florística.

Nalguns locais do Parque de Natureza de Noudar ainda se mantém um coberto vegetal próximo do que seria o original, como se nunca tivesse havido qualquer intervenção humana.

Caso disso são as diversas encostas existentes que, dependendo da sua exposição, contêm diferentes espécies. Porém, todas elas são dominadas pelo zambujeiro, sendo por isso denominadas Zambujais.

Outro *habitat* muito característico encontra-se nos afloramentos rochosos, caracterizados por uma vegetação muito esparsa, com ausência de árvores, devido ao pouco solo nele existente. Nestes o domínio arbustivo pertence, entre outros, ao *Ulex argenteus* (Tojo).

Também particulares são os *habitats* existentes próximo das ribeiras, com elevados níveis de água no Inverno e leitos quase secos no Verão. Nestes, o estrato arbóreo é muito raro, sendo apenas representado pelo *Fraxinus angustifolia* (Freixo) e pelo *Salix salviifolia* (Salgueiro). Também os arbustos estão presentes em pequeno número, encontrando-se, entre outros, *Nerium oleander* (Loendro) e *Tamarix spp.* (Tamargueiras) (EDIA, 2006).

Todo este mundo natural ao qual a beleza e riqueza pertencem, não abunda no Parque de Natureza de Noudar, visto a presença humana ser uma constante.

“Dois terços do Parque estão ocupados por azinheira. Onde o homem quis e a topografia o permitiu, os antigos bosques de azinheira foram convertidos na forma de savana, mais conhecida por montado” (EDIA, 2006).

Estes montados são representados por um extenso relvado ou prado composto por diversas herbáceas, pontuados por dispersas azinheiras.

A contínua agricultura e o pastoreio são práticas que empobrecem o solo, favorecendo o domínio de anuais e reprimindo a evolução de arbustos e árvores. Este facto, juntamente com um certo abandono das actividades humanas verificado nos últimos tempos, originam uma série de alterações constituintes da sucessão ecológica.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

1. MEMÓRIA DESCRITIVA

O Castelo de Noudar, não se inserindo numa cidade histórica, visto estar isolado do aglomerado urbano, constitui, ele próprio, um local histórico, devendo proporcionar aos seus visitantes “uma escala humana, o livre direito de circular a pé, a possibilidade de estabelecer relações sociais, de usufruir dos equipamentos necessários, de respirar ar puro e de se restabelecer em espaços onde seja possível o contacto com a natureza” (Magalhães, 2001).

Trata-se de um lugar privilegiado pois o contacto com a natureza é, por si só, a grande riqueza da sua localização sendo o papel do Arquitecto Paisagista, juntamente com a Arquitectura e Arqueologia, apenas o de facilitar o seu acesso, utilização e divulgação, valorizando-o como património histórico, arquitectónico e cultural, em sintonia com a paisagem envolvente.

Para permitir a concretização deste objectivo, foi elaborada uma proposta de intervenção paisagística para o Castelo de Noudar, de forma a integrá-lo no programa turístico já existente da Herdade da Coitadinha e, assim, no Parque de Natureza de Noudar.

A equipa para esta proposta, constituída por arquitectos, arqueólogos, arquitectos paisagistas, e em parceria com a Câmara Municipal de Barrancos e com a Empresa de Desenvolvimento de Infra-estruturas do Alqueva, proprietária do Castelo de Noudar, tem trabalhado em conjunto no sentido de concretizar um plano de intervenção que valorize o Castelo de Noudar nos mais diversos campos, tornando-o assim de elevado interesse patrimonial e turístico.

Tratando-se o castelo de um monumento com elevada carga histórica, é essencial preservar ao máximo esse valor. Nos últimos tempos o Castelo de Noudar tem sido alvo de diversos estudos arqueológicos dos quais sobejaram consideráveis quantidades de terra devido às escavações, terras essas que se encontram amontoadas em pequenos aterros, dentro e fora das muralhas, conferindo-lhe um aspecto pouco cuidado.



**FIGURA 48 – ATERROS DERIVADOS DE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO CASTELO DE NOUDAR
(FONTE: AUTOR)**

Assim, e evitando ao máximo escavações desnecessárias que poderiam pôr em risco objectos arqueológicos possivelmente enterrados neste local, a regularização do terreno, incluindo o tapar de escavações, será feita com estes aterros, bem como as modelações de maior escala.

As escavações, por seu lado, serão cingidas à abertura de caixas para pavimento e à construção de suaves patamares na entrada do castelo, permitindo uma melhor acessibilidade. Certamente, a terra excedente desta modelação será também utilizada nos aterros e nivelamentos.

Como já foi descrito, a Vila de Noudar era estruturada por duas ruas principais, em redor das quais se situavam as habitações. Actualmente no caminho que segue desde a entrada do castelo até à muralha Norte, atravessando a antiga vila, existem a descoberto pequenas zonas com xisto a cutelo que se mantêm intactas, dando a entender que seria este o seu pavimento original.



**FIGURA 49 – TROÇO DE PAVIMENTO DE XISTO A CUTELO EXISTENTE NO LOCAL
(FONTE: AUTOR)**

Assim, de forma a dar sentido à sua identidade, e permitindo a melhoria da circulação dos visitantes, é proposta a reconstrução deste mesmo caminho, uniformizando-o e revestindo-o a xisto colocado a cutelo.

Numa análise prévia ao local constataram-se diversas dificuldades de circulação existente quer dentro, quer fora das muralhas, o que condiciona à partida a sua visitação pelo público. Não só o terreno é muito irregular, como é todo coberto por terra, o que o torna ainda mais seco, quente e desprotegido.



**FIGURA 50 – PAVIMENTO DO CASTELO DE NOUDAR EM TERRA BATIDA
(FONTE: AUTOR)**

Com vista a combater esta adversidade é estabelecido um sistema de percursos pedonais e cicláveis constituídos por passadiços de madeira, colocados imediatamente sobre o solo, de forma a permitirem um percurso confortável e evitando as escavações.

Esta rede tem uma hierarquia clara, evidenciando-se o percurso central do castelo que funcionará como uma circular, passando entre certas construções, e percorrendo um circuito contínuo ao longo de toda a área, e um conjunto de percursos secundários que permitem o acesso directo a pontos estratégicos, de vistas e de histórias: um caminho linear que atravessará todo o Castelo de Noudar, da muralha Norte à Sul, fazendo uma ligação directa entre a Porta Norte e a Alcáçova; uma pequena ligação entre o caminho central e a Porta de Moura, e outra entre este e uma outra torre da muralha.

Através destes percursos secundários alcançam-se ligações com o antigo caminho de ronda que, a partir destes pontos e por troços mais ou menos compridos, está intacto e de possível circulação, oferecendo vistas inesquecíveis da paisagem natural envolvente.

Toda esta rede de caminhos, dimensionada no plano de pavimentos, bem como na sua implantação planimétrica, será redimensionada em obra, em conformidade com os arqueólogos e arquitectos, bem como com o orçamento disponível.

Situando-se o castelo no alto de uma colina é naturalmente uma zona mais ventosa que as áreas de cota inferior. Isto juntamente com o facto de toda a área interna das muralhas estar coberta com terra batida, leva a que a estadia possa ser desconfortável, visto a terra batida ser leve e facilmente levantada pelo vento.

Pensando neste facto, bem como na decisão de mínima intervenção ao nível do solo, todo a área onde não haja intervenção ou alteração será coberta por saibro, de modo a que este funcione como estabilizante do solo. Assim a circulação é possível e permitida em toda a área, sendo escolha do visitante fazer percursos mais directos e organizados, ou partir à aventura fugindo às linhas orientadoras, descobrindo assim novas vistas, novos materiais, novos recantos com história.

Como referido anteriormente, o Castelo de Noudar situa-se numa zona muito difícil, quer climaticamente, com Verões muito quentes, quer litologicamente, dominada por litossolos, o que dificulta a instalação de espécies vegetais.

É certamente por esta razão, e pelo castelo estar sem qualquer tipo de manutenção, que este se encontra quase desprovido de vegetação, no que diz respeito à quantidade de espécies, quer arbóreas, quer arbustivas, e ainda mais herbáceas. Actualmente, apenas encontramos no local uma laranjeira (*Citrus sinensis Pers.*), duas figueiras (*Ficus carica L.*) e três pimenteira-bastarda (*Schinus terebinthifolius Raddi.*) uma *Agave americana L.* e pequenas hortícolas numa zona que parece um dia ter sido uma horta.



FIGURA 51- SCHINUS TEREBINTHIFOLIUS RADDI. EXISTENTE NO LOCAL
(FONTE: AUTOR)



**FIGURA 52 – CITRUS SINENSIS PERS. EXISTENTE NO LOCAL
(FONTE: AUTOR)**



**FIGURA 53 – FICUS CARICA L. EXISTENTE NO LOCAL
(FONTE: AUTOR)**



FIGURA 54 – HORTÍCOLA EXISTENTE NO LOCAL
(FONTE: AUTOR)

Para o projecto de intervenção do Castelo de Noudar, digno de reconhecimento público mundial, e estando a trabalhar precisamente nessa direcção, será imprescindível um bom plano de plantação, tanto mais diversificado quanto a natureza do local o permitir, criando sombras essenciais ao bem-estar dos utilizadores, e jogando com ângulos e vistas, proporcionando o factor surpresa.

É assim estabelecido um plano de plantação que visa a existência de vegetação em qualquer troço dos passadiços, se bem que descontínua, dando a confiança de estarmos sempre acompanhados pela natureza, bem como pela sombra que esta nos traz. Estas áreas são constituídas por vários estratos vegetais, desde herbáceas acompanhando os percursos, a arbustos e árvores limitando-as.

Todas as espécies foram criteriosamente escolhidas, através do estudo das espécies abundantes do local. Assim, como espécies arbóreas foram seleccionadas a *Olea europea L. var sylvestris* e o *Quercus Suber L.*, como arbustivas o *Nerium oleander L.*, *Arbutus unedo L.* e *Tamarix africana Poir.*, e diversas herbáceas aromáticas adaptadas à secura do local.

O projecto de recuperação do Castelo de Noudar visa a sua valorização, não só como Monumento Nacional, mas também como ponto de atracção turística. Para tal, é necessária a construção de infra-estruturas estratégicas que influenciem a utilização do mesmo.

É então proposto um anfiteatro implantado no terreno através da modelação do mesmo, junto à muralha Oeste, com bancos corridos de madeira, o qual será utilizado, não só para descanso dos visitantes, mas também para conferências e espectáculos culturais, os quais poderão ter lugar no palco que será construído na base do anfiteatro.

Este palco terá um pavimento permeável, constituído por gravilha com agregante do tipo *Terraway*, rematado com um lancil em aço inox. Enquadrando-o e ensombrando-o, de forma a também os seus utilizadores sentirem conforto, estabelece-se uma orla arbóreo-arbustiva diversificada, fechando as vistas para o interior do castelo, direccionando-as, a partir do alto do anfiteatro, para a soberba vista exterior, tomando esta o papel de pano de fundo.

Outrora funcional mas actualmente um pouco abandonada existe uma casa onde morou um guarda que vigiava e cuidava do castelo. Futuramente está prevista a recuperação desta, bem como das suas funções, sendo recuperada para habitação de um guarda que aí irá viver e assim proteger o Castelo de Noudar.



**FIGURA 55 – ANTIGA CASA DO GUARDA
(FONTE: AUTOR)**

Assim, mantendo a identidade do passado e respondendo às necessidades futuras, é também proposta uma horta para o local, junto à muralha Norte, onde serão plantadas árvores de fruto e hortícolas para utilização do guarda o que, de alguma forma, acaba por recriar uma situação que já existiu.

Com este plano de plantação contribui-se para o conforto climático dos visitantes, através da criação de zonas de sombra, bem como o conforto visual, através da redução do impacto exercido pelos painéis foto-voltaicos existentes no lado Norte da Igreja.

Inicialmente foi pensado revestir toda a área interior ao passadiço central com prado. Porém, perante o clima árido característico do local, seria uma solução inviável, quer em termos naturais, pois o prado dificilmente iria resistir, quer em termos financeiros pois, na tentativa de o manter saudável, seria necessária uma elevada quantidade de água.

Além do mais, do ponto de vista arqueológico seria uma situação delicada visto que para a implantação do prado seria necessário fazer várias escavações para enchimento com terra vegetal, o que, provavelmente interferiria com peças arqueológicas possivelmente enterradas.

Assim, optou-se pelo estabelecimento de uma área razoável de prado natural, restringida apenas ao lado Este do caminho de xisto, zona circundante das habitações e, por isso, provavelmente mais utilizada.

No interior das muralhas do Castelo de Noudar habitava uma população, da qual faziam parte, homens, mulheres e crianças. Estes, por seu lado, certamente teriam o seu pequeno gado, com o qual trabalhavam e do qual se alimentavam.

Lembrando sempre a nossa história e tentando enquanto possível, recriá-la, a zona de prado será mantida, não só pelo guarda que terá a tarefa, entre outras, de regar e manter toda a área plantada do castelo, mas também pelo auxílio de algumas cabras/ ovelhas, as quais estarão concentradas num redil futuramente construído perto da horta.

Passear pelo castelo, conhecer a sua história, descobrir os seus encantos e desfrutar das suas vistas, tudo isto é desejado quando visitamos o Castelo de Noudar. Mas, quem não gosta de parar, relaxar e viver a calma daquele local, com toda a tranquilidade que ele suscita? Para tal são propostos um conjunto de bancos corridos, sempre acompanhados por papeleiras, dispostos criteriosamente ao longo dos caminhos, de modo a que estejam sempre acompanhados por vegetação, quer herbácea, apenas lembrando que estamos numa paisagem natural, quer de maior porte, dando-nos o privilégio da sua sombra. A sua disposição tem também em conta as vistas, estando sempre direccionados para locais de interesse, não só arquitectónico e histórico, no caso da Igreja, da Torre de Menagem e das habitações, mas também de interesse natural, como é o caso de todas as vistas exteriores à muralha.

Acompanhando este projecto, como já foi mencionado, está também um projecto de arquitectura, que visa recuperar a Torre de Menagem, alguns panos da muralha e as antigas habitações, dando-lhes novas funções: uma das casas será a casa do guarda, a igreja

funcionará como centro de interpretação, e a outra casa será transformada em recepção, albergando também um bar/cafetaria e respectivas instalações sanitárias.



**FIGURA 56 – CASA PRÓXIMA DA ENTRADA- FUTURA RECEPÇÃO
(FONTE: AUTOR)**

O bar funcionará não só como local de refeição, mas também como local de repouso. Assim, nada melhor que a possibilidade de esse repouso se fazer ao ar livre, desfrutando de tudo o que os ares alentejanos têm para nos dar. Para tal, será dimensionada uma esplanada no lado Oeste do edifício, a qual fará assim a ligação entre o caminho de xisto e o bar. A esplanada, cadeiras, mesas e papeleiras, serão também em madeira, mantendo assim a harmonia de materiais, e o seu aspecto rural, característico do local.

O plano de plantação foi pensado no bem-estar dos visitantes, incluindo por isso um grupo de exemplares arbóreos (*Olea europea L. var sylvestris*), e arbustivos (*Nerium oleander L*) em redor da esplanada, para assim criar sombras essenciais aos turistas que nela se encontrem.

Neste projecto de recuperação, salvaguarda e valorização do Castelo de Noudar, tendo como objectivo a melhoria da sua utilização pública, é de extrema importância não esquecer, não só o bem-estar dos seus utilizadores, mas também, e essencialmente, a sua segurança.

Na zona da alcáçova existem diversas construções perigosas à circulação pública, tais como cisternas e poços, actualmente abertos. Porém, são estruturas representantes do

nosso passado e da história do castelo. As cisternas, nessa época, podiam ter um papel fulcral na sobrevivência da população. Caso houvesse um cerco ao castelo, estes depósitos continham quantidades de água suficientes para manter viva a população durante algum tempo. São, portanto, objectos de elevado interesse arqueológico e histórico, que despertam a atenção dos turistas.

Assim, e para garantir a segurança destes, deverão ser colocadas, em redor dos poços, umas grades de segurança, e, sobre as cisternas, uma qualquer estrutura metálica móvel, que permita a visibilidade para o interior desta.

Devido ao passar do tempo, e influenciado pelos estudos arqueológicos que se têm feito no Castelo de Noudar, os poços encontram-se descuidados, também eles rodeados de pequenos aterros resultantes das escavações, devendo por isso ser limpos, ganhando assim a expressão que merecem.

Porém, esta etapa dependerá das conclusões da arqueologia, pelo que não consta no presente projecto.

Cumprindo as suas funções de protecção e vigia, o Castelo de Noudar encontra-se no alto de um outeiro, tal como a maioria dos castelos portugueses.

Mas, se esta situação no decorrer da história foi vantajosa, pois dificultava o acesso dos inimigos e facilitava a sua descoberta, nos dias que correm já não tem a mesma função. Hoje em dia, a sua localização é sim positiva pois nos confere sempre bonitas vistas, tão largas e abrangentes que nos fazem sentir poderosos como os nossos antepassados que ali viveram.

Mas como “não há bela sem senão”, os difíceis e íngremes acessos aos castelos, que tanta mais-valia deram no passado, são actualmente parte “negativa” da sua visita.

O Castelo de Noudar tem um acesso particularmente difícil, principalmente nos acessos à entrada, visto o terreno, em terra batida, estar muito irregular, dificultando o acesso e estacionamento de viaturas.

Para melhorar este acesso é dimensionado um parque de estacionamento no exterior das muralhas, com capacidade para doze viaturas. A proposta deste parque inclui, antes de tudo, um nivelamento do terreno, acabando com as maiores irregularidades do pavimento. Serão feitas as mínimas escavações necessárias, tendo em conta o local arqueológico de que se trata.

Para tal, estas apenas ocorrerão em situações de nivelamento de terreno, mantendo-se assim o pavimento original, a terra batida, evitando a abertura de caixas para eventuais novos pavimentos.

Os lugares de estacionamento serão marcados. Para tal são propostos apenas uns pequenos remates nos cantos limitantes de cada lugar, fazendo assim a separação sem grandes alterações do terreno. Estes apontamentos serão construídos com xisto colocado a cutelo, prolongando assim o modelo de materiais do interior das muralhas.

Por fim uma rede de iluminação será disposta de modo a que as visitas que se possam prolongar até mais tarde sejam feitas na máxima segurança. E para além disso para possibilitar a organização de espectáculos, bem como para realçar durante a noite este forte património.

Assim é proposta a colocação de luminárias no interior dos canteiros, fazendo realçar a vegetação de uma forma simples e ténue, bem como outras ao longo dos passadiços, encastradas no pavimento, pontuando e orientando o caminho.

Também serão colocados projectores no exterior das muralhas, fazendo-as sobressair na paisagem com todo o seu esplendor. Todos estes elementos de luz serão alimentados pelos painéis solares já existentes no recinto.

Deste modo se atingirá o objectivo da segurança no interior do castelo, através de iluminação ténue para que a mística do lugar não seja perdida, bem como de salientar o castelo para o exterior, dando-o a conhecer, suscitando interesses, criando curiosidades.

Ao visitarmos um castelo, bem como qualquer monumento, quer seja ele histórico ou actual, interessa-nos sempre aprender algo sobre ele: quando foi construído, quem o construiu, que função tinha no início e se essas funções se alteraram com o tempo...quanto mais soubermos a cerca de qualquer coisa, mais nos interessamos por ela.

Por esta razão, é de extrema importância a proposta de sinalética informativa dos pontos mais importantes do castelo, bem como dos mais úteis ao turista, ajudando-o a interessar-se cada vez mais por este legado que os antepassados nos deixaram.

Para tal propõe-se, apesar de não constar do presente projecto pois terá de ser debatido em conjunto com as outras equipas do projecto, uma rede de sinalética ao longo dos percursos, orientando e informando os utilizadores. A sinalética incluirá as indicações do Parque de Estacionamento e da Entrada, ainda no exterior, da Recepção, bem como do Bar

e Instalações Sanitárias, da Igreja e do seu Centro de Interpretação, da Torre de Menagem e de certas peças arqueológicas, como os poços e as cisternas.

Complementando estas indicações poderão também haver informações a cerca do que existe nas redondezas do castelo, como a Herdade da Coitadinha, onde este se insere e os trilhos temáticos do Parque de Natureza de Noudar, como Trilho “A Estrada”, o qual passa pelo Castelo.

Além deste tipo de sinalética geral, aproveitando a riqueza natural que envolve o castelo, tanto geográfica, como florística e faunística, como já foi visto anteriormente, seria de grande interesse a implementação de painéis de interpretação da paisagem ao longo dos caminhos, perto dos acessos dos caminhos secundários ao caminho de ronda, do qual se alcança as vistas exteriores, ou mesmo nos próprios troços do caminho de ronda.

Estas mesas interpretativas seriam constituídas por um desenho esquemático da paisagem vista da respectiva mesa, com a identificação de, por exemplo, os rios que essa paisagem contém, a vegetação abundante nessa área, os animais que nela habitam, bem como possíveis construções existentes. Desta maneira, os visitantes do castelo teriam, não só informação sobre ele próprio, mas também ficariam a conhecer toda a sua envolvente que, tal como o Castelo de Noudar, tanta história tem para contar.

2. PEÇAS DESENHADAS

Todas as Peças Desenhadas estão orientadas a Norte.

LEGENDA

— Limite da Área de Intervenção

PORTAS

- P1 - Porta de Barrancos- Entrada
- P2 - Porta Norte
- P3 - Porta de Moura
- P4 - Porta da Traição

ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS

- E1 - Recepção/Bar/Inst. Sanitárias
- E2- Casa do Guarda
- E3- Casa do Governador ou da Câmara
- E4- Igreja de Nossa Senhora do Desterro/ Centro de interpretação
- E5- Torre de Menagem
- E6- Forno

ESTRUTURAS HIDRAÚLICAS

- H1- Poço
- H2- Cisterna
- H3- Depósito de água



Contributo para a Salvaguarda, Valorização e Divulgação do Património Cultural
Castelo de Noudar

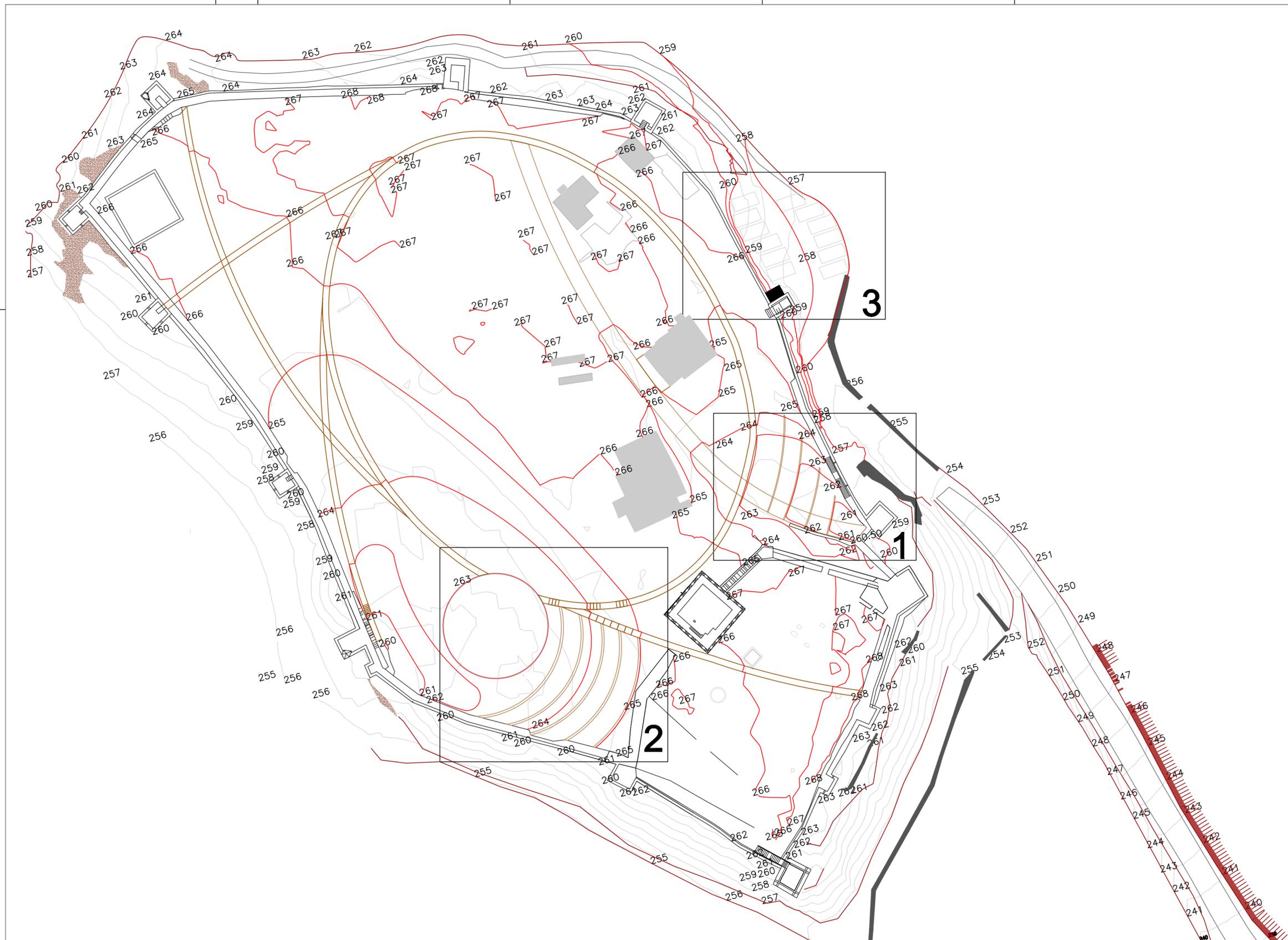
ESC. 1/500	Área de Intervenção	1
Data: Set. 2010	Instituto Superior de Agronomia Dissertação de Mestrado em Arq. Paisagista Maria Francisca Homem de Melo	



- LEGENDA**
- Árvores existentes
 - Árvores propostas
 - Arbustos propostos
 - ▨ Prado sujeito a pisoteio
 - ▨ Salbro com areia
 - ▨ Xisto a cutelo
 - ▨ Passadiço de madeira
 - ▨ Gravelha com agregante "Terraway"
 - ▨ Malhada
 - ▨ Edifício existente

- PORTAS**
P1 - Porta de Barrancos- Entrada
P2 - Porta Norte
P3 - Porta de Moura
P4 - Porta da Traição
- ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS**
E1 - Recepção/Bar/Inst. Sanitárias
E2- Casa do Guarda
E3- Casa do Governador ou da Câmara
E4- Igreja de Nossa Senhora do Desterro/ Centro de interpretação
E5- Torre de Menagem
E6- Forno
- ESTRUTURAS HIDRAÚICAS**
H1- Poço
H2- Cisterna
H3- Depósito de água

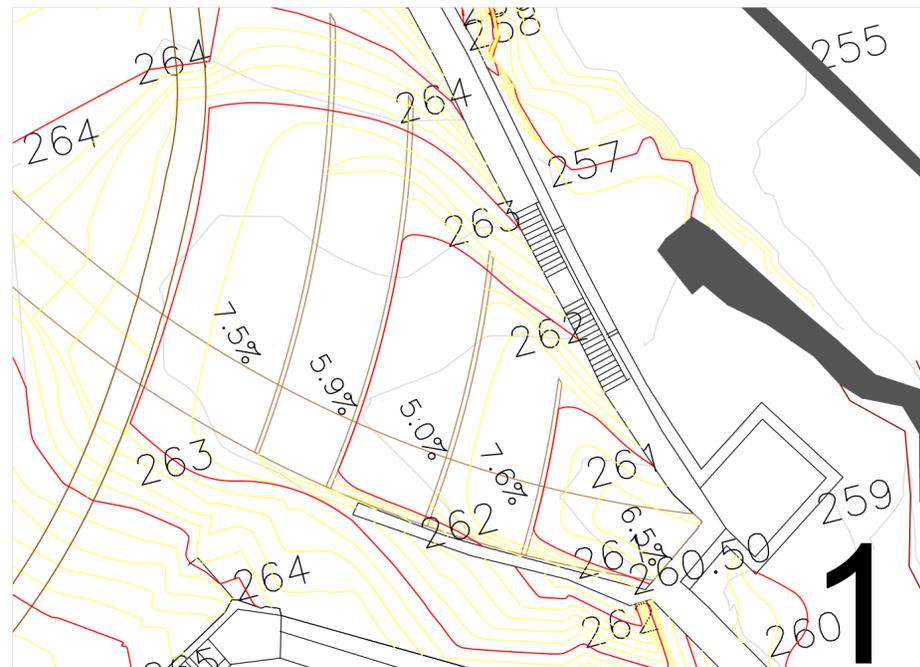
Contributo para a Salvaguarda, Valorização e Divulgação do Património Cultural Castelo de Noudar		
ESC. 1/500	Plano Geral	2
Data: Set. 2010	Instituto Superior de Agronomia Dissertação de Mestrado em Arq. Paisagista Maria Francisca Homem de Melo	



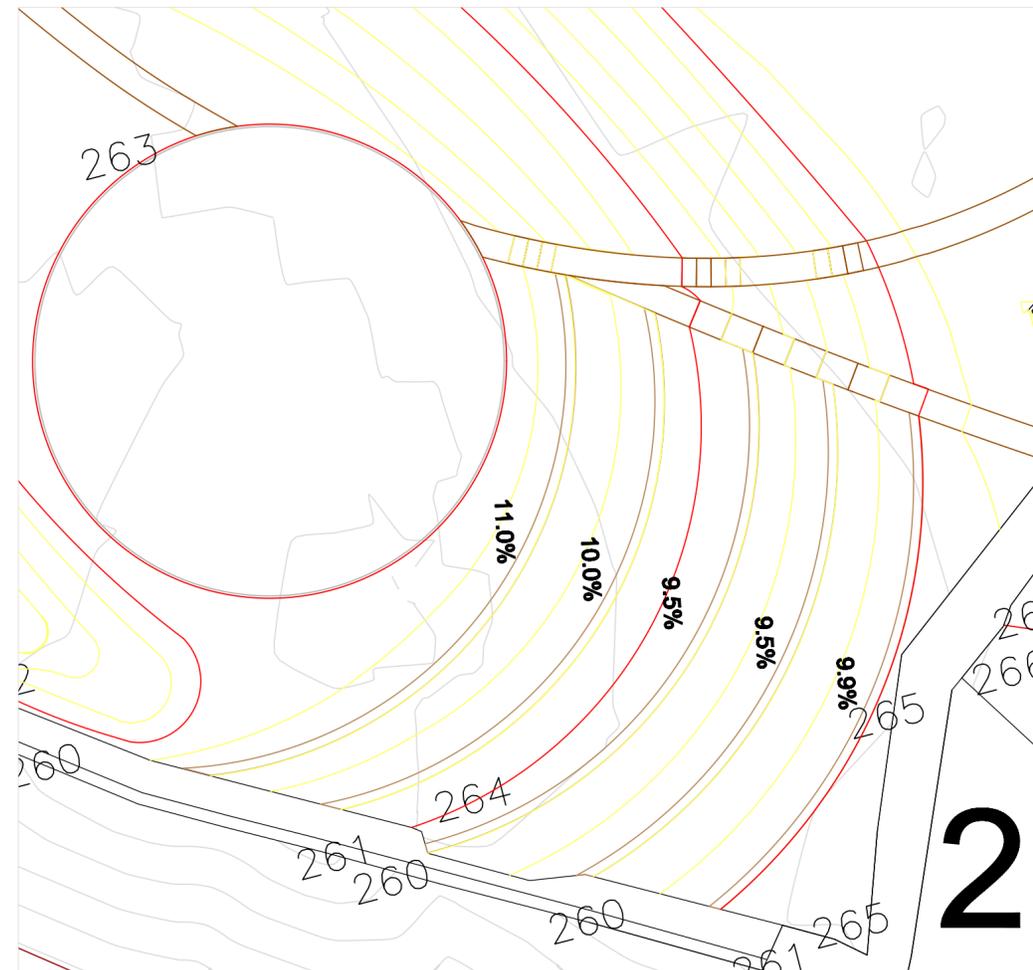
LEGENDA

—	Curvas de nível propostas
—	Curvas de nível existentes
000	Cotas

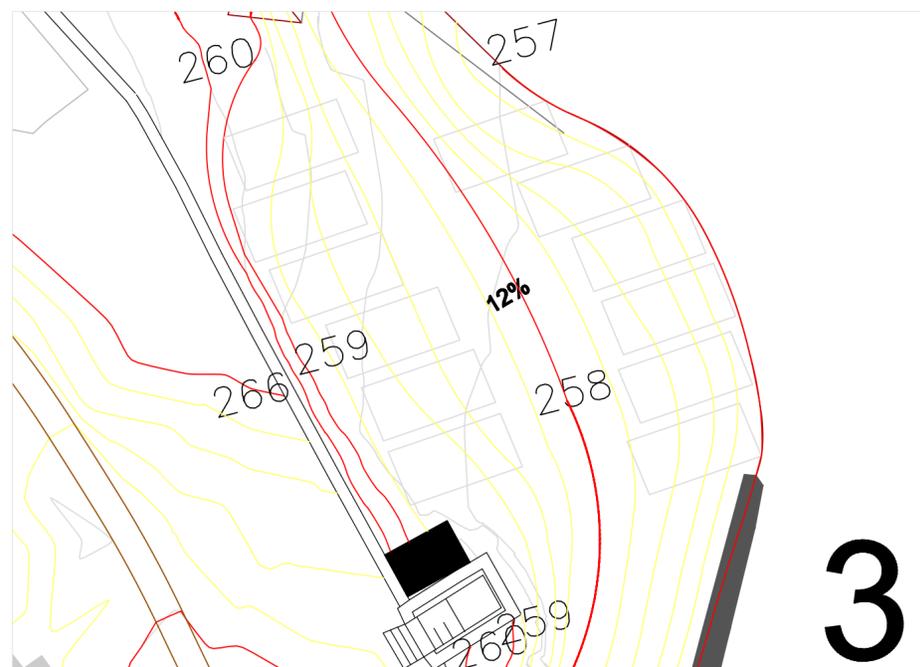
Contributo para a Salvaguarda, Valorização e Divulgação do Património Cultural Castelo de Noudar		
ESC. 1/500	Plano de Modelação do Terreno	3
Data: Set. 2010	Instituto Superior de Agronomia Dissertação de Mestrado em Arq. Paisagista Maria Francisca Homem de Melo	



1



2



3

LEGENDA

- Curvas de nível principais propostas
- Curvas de nível intermédias propostas
- Curvas de nível existentes
- 000 Cotas
- 00,0% Declive

Contributo para a Salvaguarda, Valorização e Divulgação do Património Cultural
Castelo de Noudar

ESC. 1/200	Plano de Modelação do Terreno Pormenores	4
Data: Set. 2010	Instituto Superior de Agronomia Dissertação de Mestrado em Arq. Paisagista Maria Francisca Homem de Melo	



- LEGENDA**
- Árvores**
- Oes *Olea europaea var sylvestris* - 35
 - Qs *Quercus suber* - 7
- Árvores de fruto**
- Cs *Citrus sinensis* - 7
- Arbustos**
- Au *Arbutus unedo* - 12
 - No *Nerium oleander* - 42
 - Ta *Tamarix africana* - 18

28

Contributo para a Salvaguarda, Valorização e Divulgação do Património Cultural Castelo de Noudar		
ESC. 1/500	Plano de Plantação de Árvores e Arbustos	5
Data: Set. 2010	Instituto Superior de Agronomia Dissertação de Mestrado em Arq. Paisagista Maria Francisca Homem de Melo	



LEGENDA

Herbáceas

Aromáticas

La Lavandula angustifolia - 272
 Ll Lavandula luisieri - 288
 Sr Santolina rosmarinifolia - 276

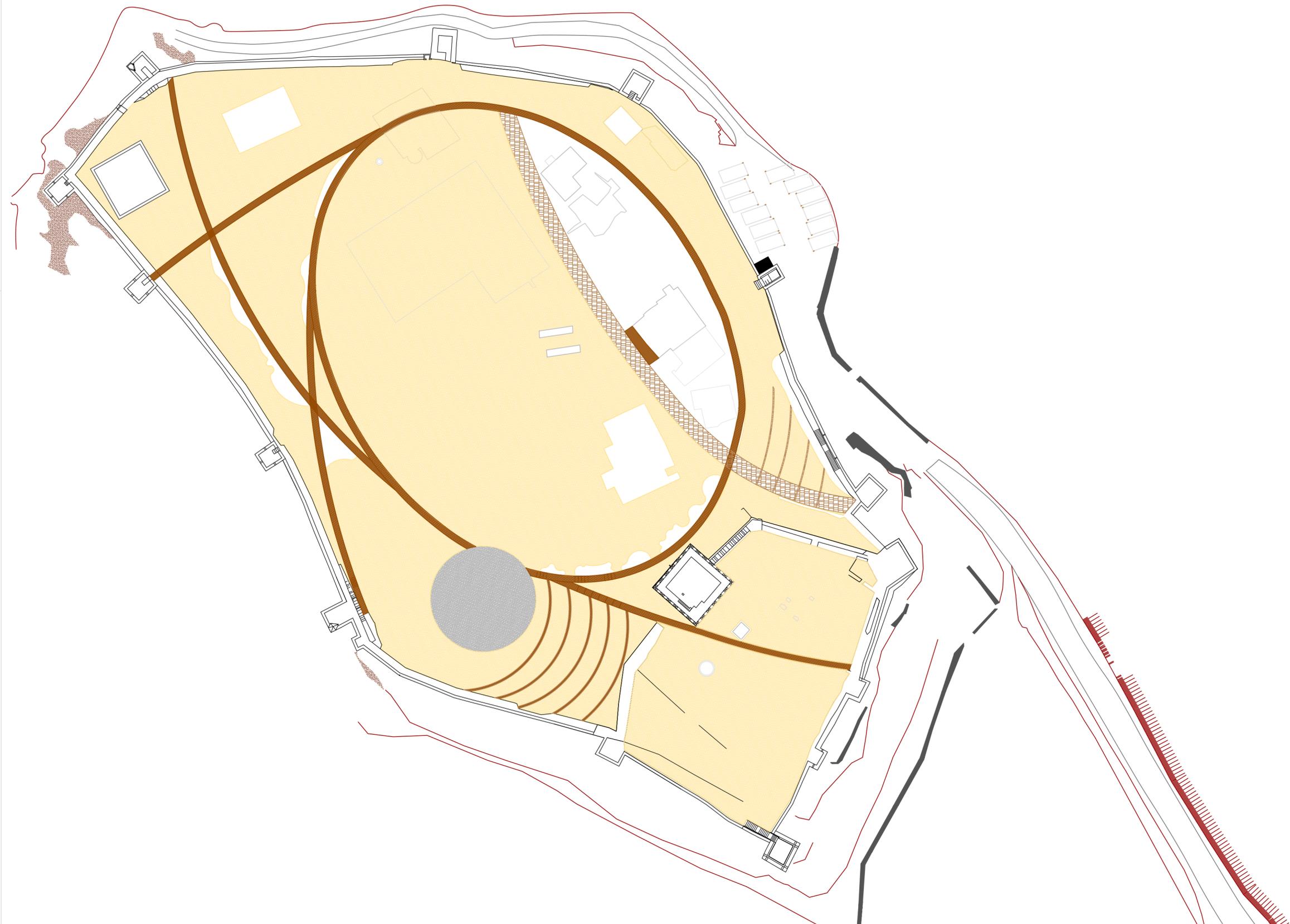
Hortícolas

Bo Brassica oleracea - 160
 Eo Espinacia oleracea - 128
 Ly Lycopersicon lycopersicum - 128

Prado- 5311 m2
 10% Bellis perennis
 40% Festuca arundinacea
 20% Lolium perene
 30% Trifolium repens

Contributo para a Salvaguarda, Valorização e Divulgação do Património Cultural
 Castelo de Noudar

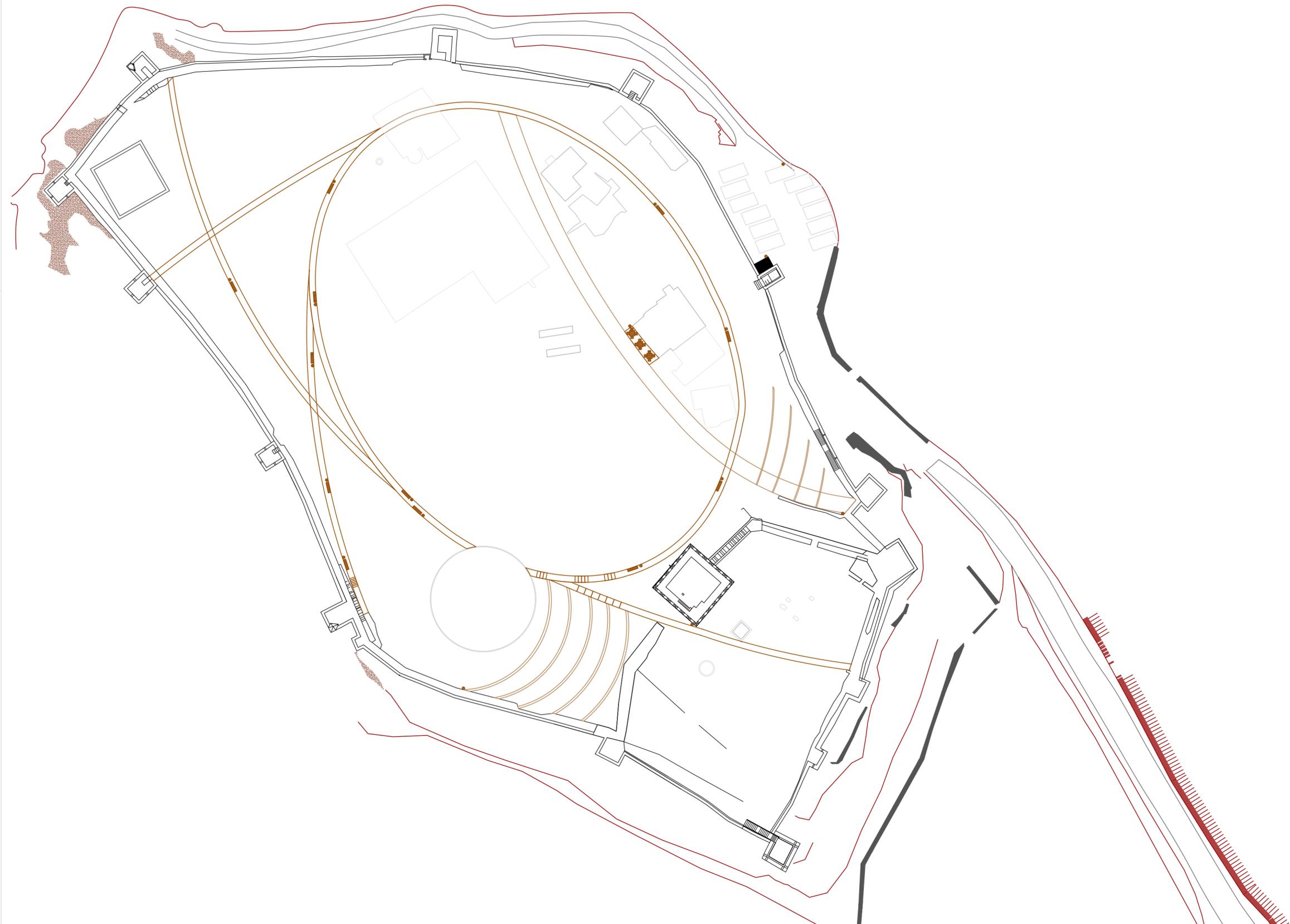
ESC. 1/500	Plano de Plantação e Sementeira de Herbáceas	6
Data: Set. 2010	Instituto Superior de Agronomia Dissertação de Mestrado em Arq. Paisagista Maria Francisca Homem de Melo	



- LEGENDA**
-  Saibro com terra
 -  Gravilha com agregante "Terraway"
 -  Estrado de Madeira
 -  Xisto a cutelo
 -  Lancil de Aço escovado
 -  Placas de Xisto c/ 10x10cm

Contributo para a Salvaguarda, Valorização e Divulgação do Património Cultural
Castelo de Noudar

ESC. 1/500	Plano de Pavimentos	7
Data: Set. 2010	Instituto Superior de Agronomia Dissertação de Mestrado em Arq. Paisagista Maria Francisca Homem de Melo	



- LEGENDA**
-  Bancos de Madeira
 -  Papeleiras de Madeira
 -  Módulo Mesa e Cadeiras de Madeira

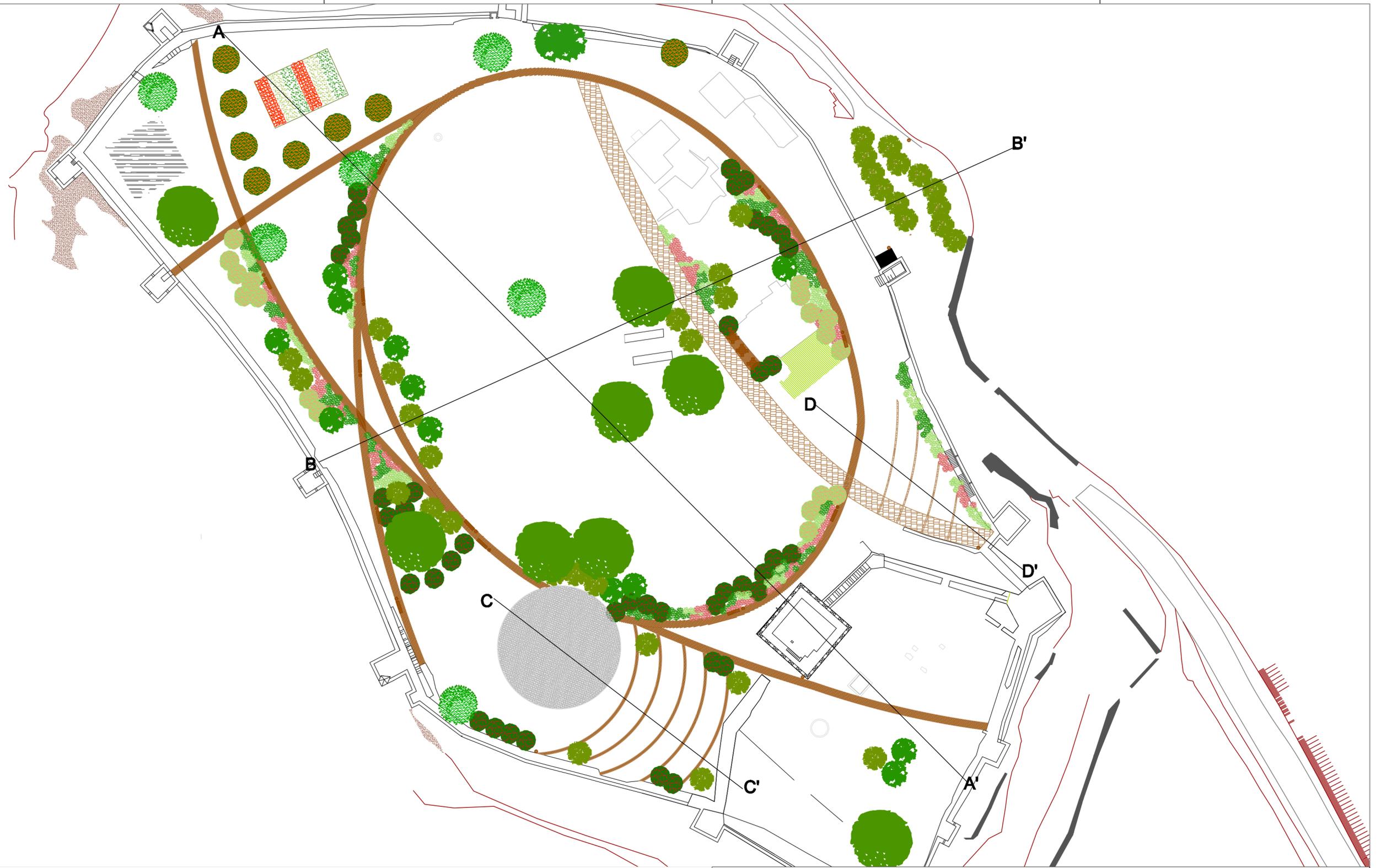
Contributo para a Salvaguarda, Valorização e Divulgação do Património Cultural Castelo de Noudar		
ESC. 1/500	Plano de Mobiliário	8
Data: Set. 2010	Instituto Superior de Agronomia Dissertação de Mestrado em Arq. Paisagista Maria Francisca Homem de Melo	



- LEGENDA**
- ⌋ Focos de luz de pé
 - Focos de luz de chão
 - Focos de luz de pé para o exterior da muralha

Contributo para a Salvaguarda, Valorização e Divulgação do Património Cultural
Castelo de Noudar

ESC. 1/500	Plano de Iluminação	9
Data: Set. 2010	Instituto Superior de Agronomia Dissertação de Mestrado em Arq. Paisagista Maria Francisca Homem de Melo	



Contributo para a Salvaguarda, Valorização e Divulgação do Património Cultural
Castelo de Noudar

ESC.
1/600

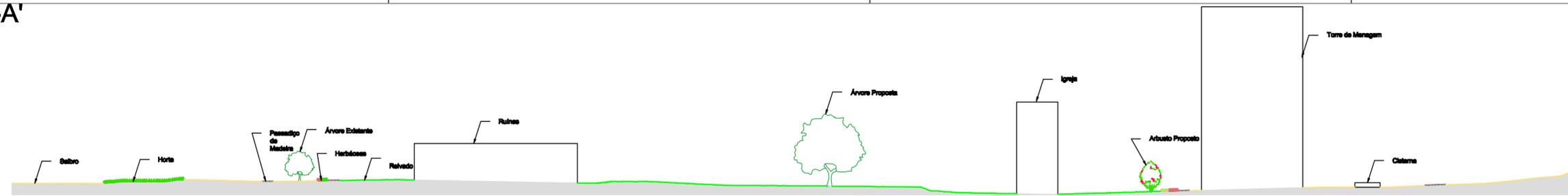
Plano de Cortes

12

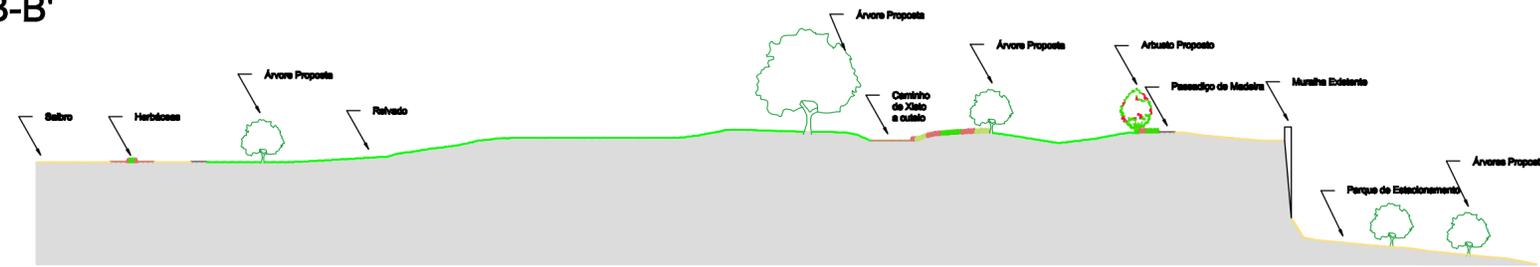
Data:
Set. 2010

Instituto Superior de Agronomia
Dissertação de Mestrado em Arq. Paisagista
Maria Francisca Homem de Melo

Corte A-A'



Corte B-B'



Corte C-C'



Corte D-D'



Contributo para a Salvaguarda, Valorização e Divulgação do Património Cultural
Castelo de Noudar

ESC.
1/500

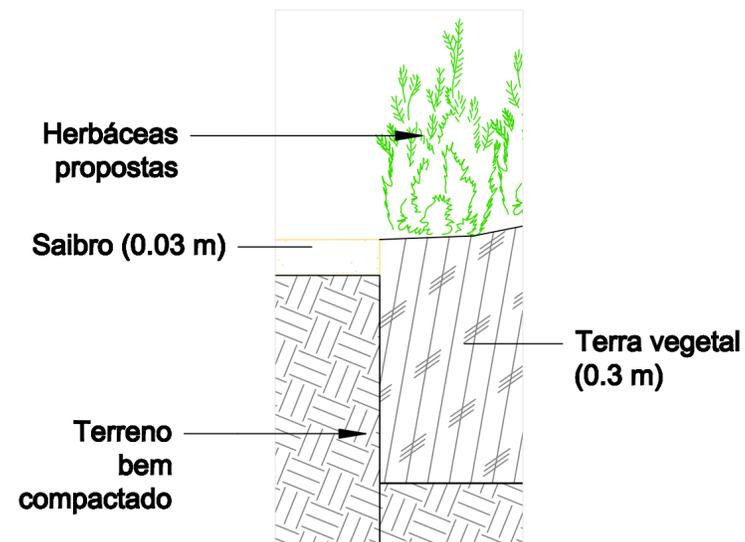
Cortes

13

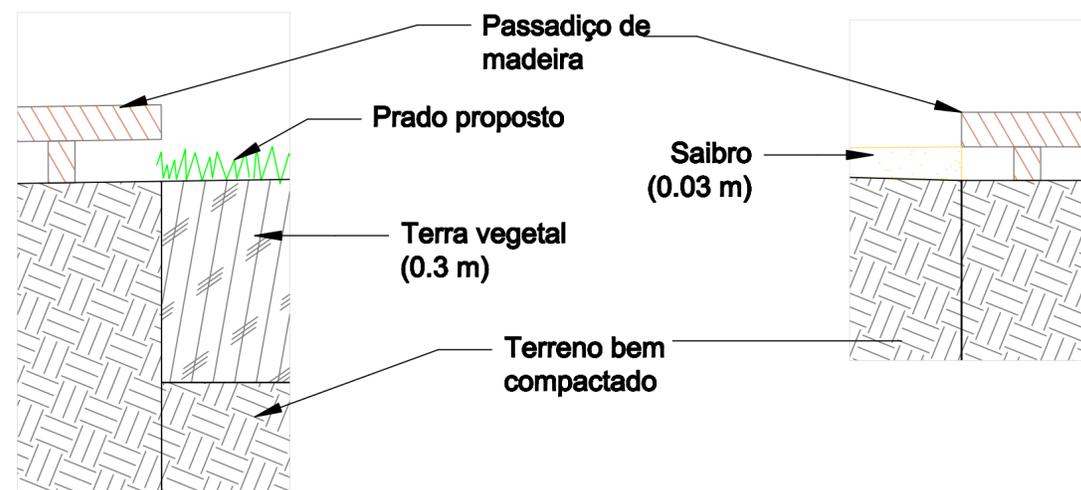
Data:
Set. 2010

Instituto Superior de Agronomia
Dissertação de Mestrado em Arq. Paisagista
Maria Francisca Homem de Melo

1- Transição Saibro - Zona vegetal

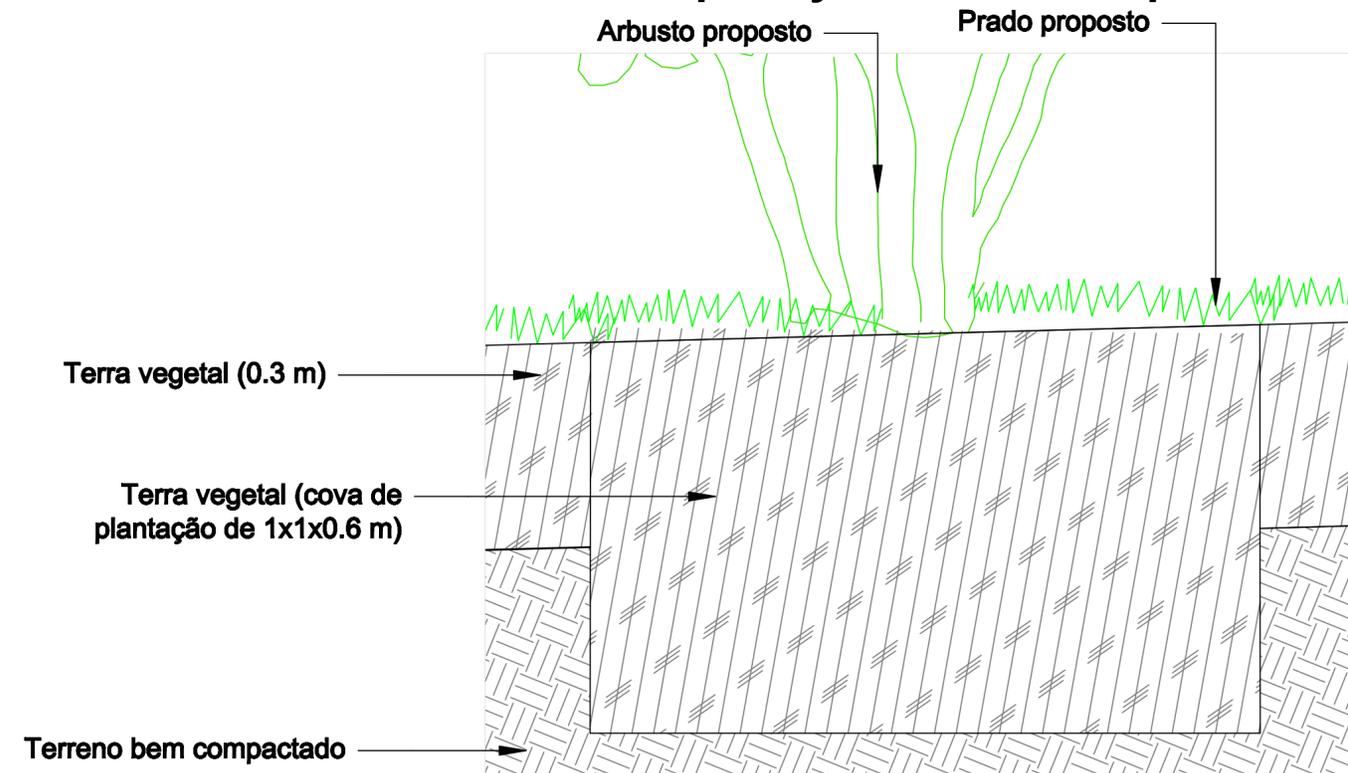


2- Transição Passadiço - Prado

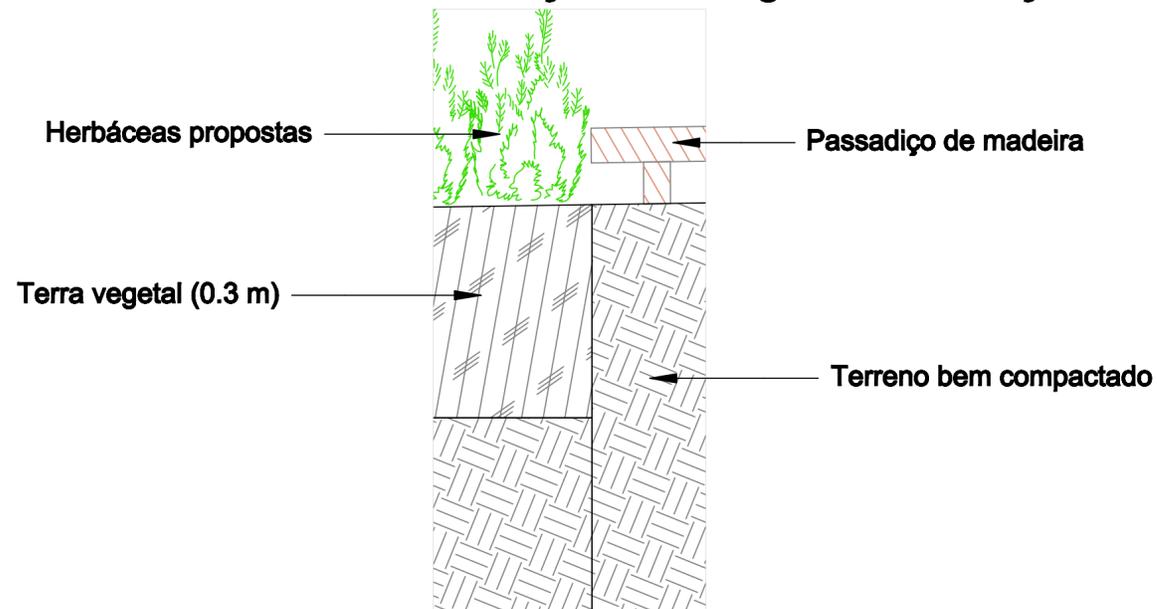


3- Transição Saibro - Passadiço

5 - Cova de plantação de arbusto em prado



4- Transição Zona vegetal - Passadiço



Contributo para a Salvaguarda, Valorização e Divulgação do Património Cultural
Castelo de Noudar

ESC.
1/10

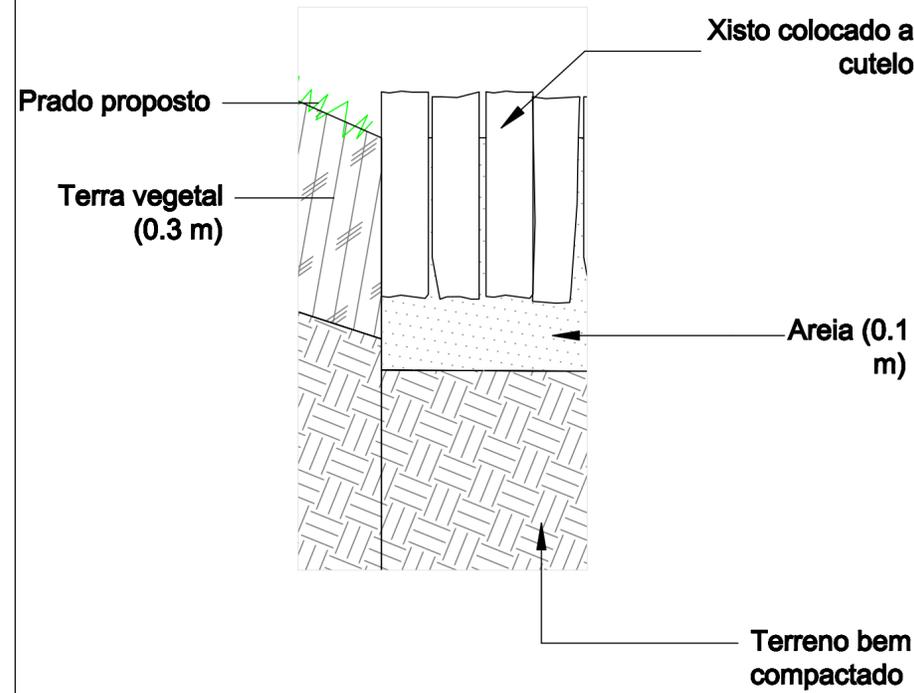
Pormenores de Construção

14

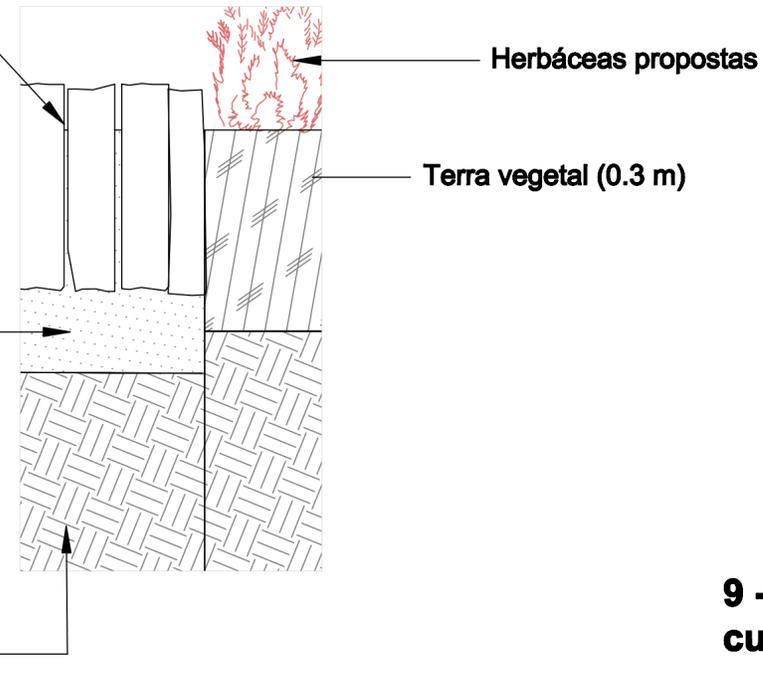
Data:
Set. 2010

Instituto Superior de Agronomia
Dissertação de Mestrado em Arq. Paisagista
Maria Francisca Homem de Melo

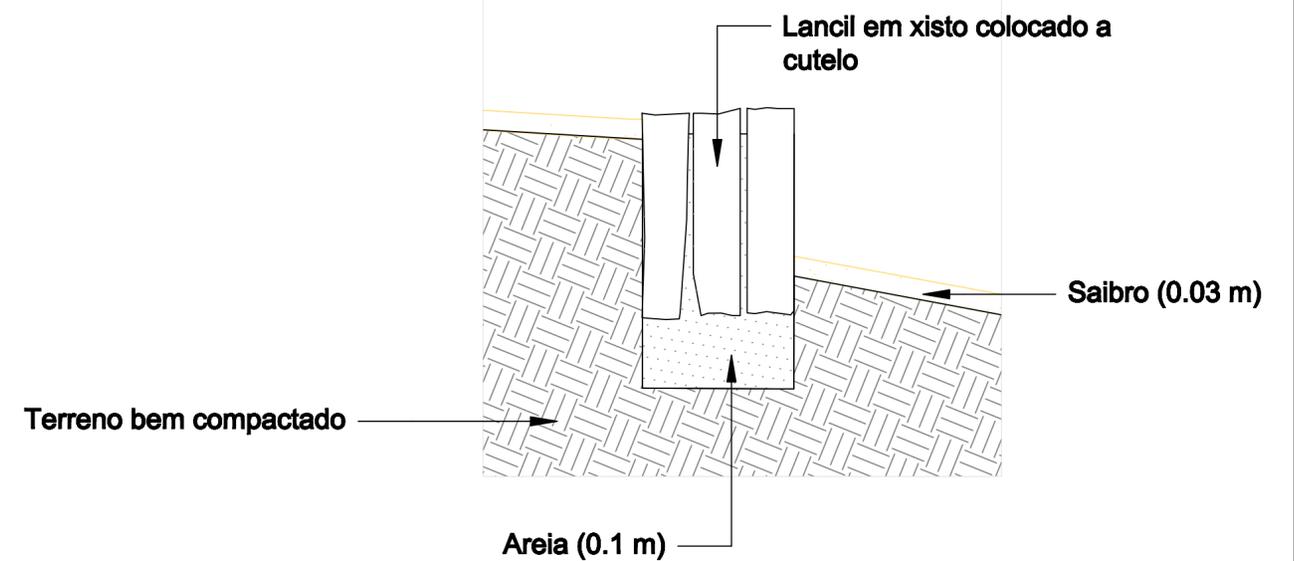
6 - Transição prado - Xisto a cutelo



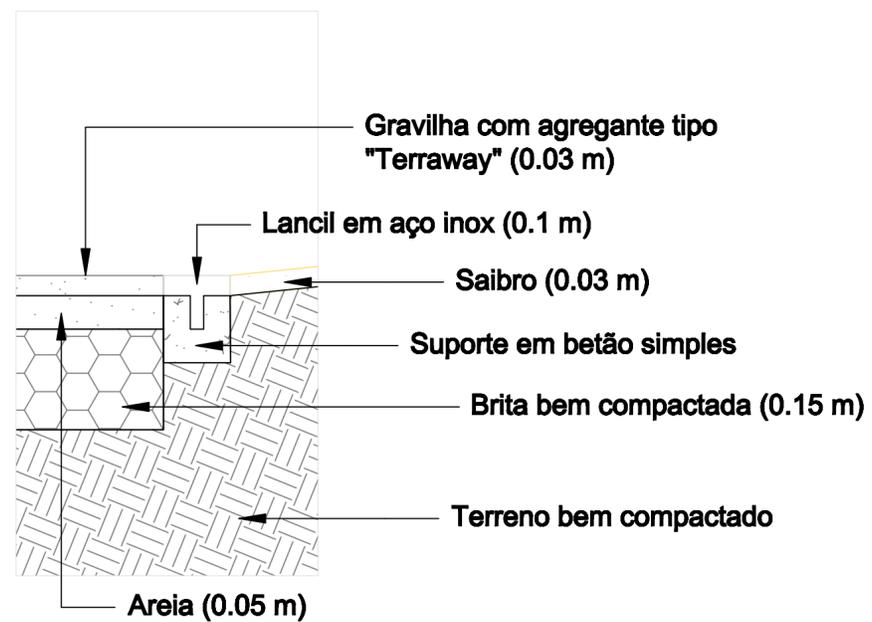
7 - Transição Xisto a cutelo - Zona vegetal



9 - Transição Saibro - Lancil em xisto a cutelo



8 - Transição Gravelha - Lancil - Saibro



Contributo para a Salvaguarda, Valorização e Divulgação do Património Cultural
Castelo de Noudar

ESC.
1/10

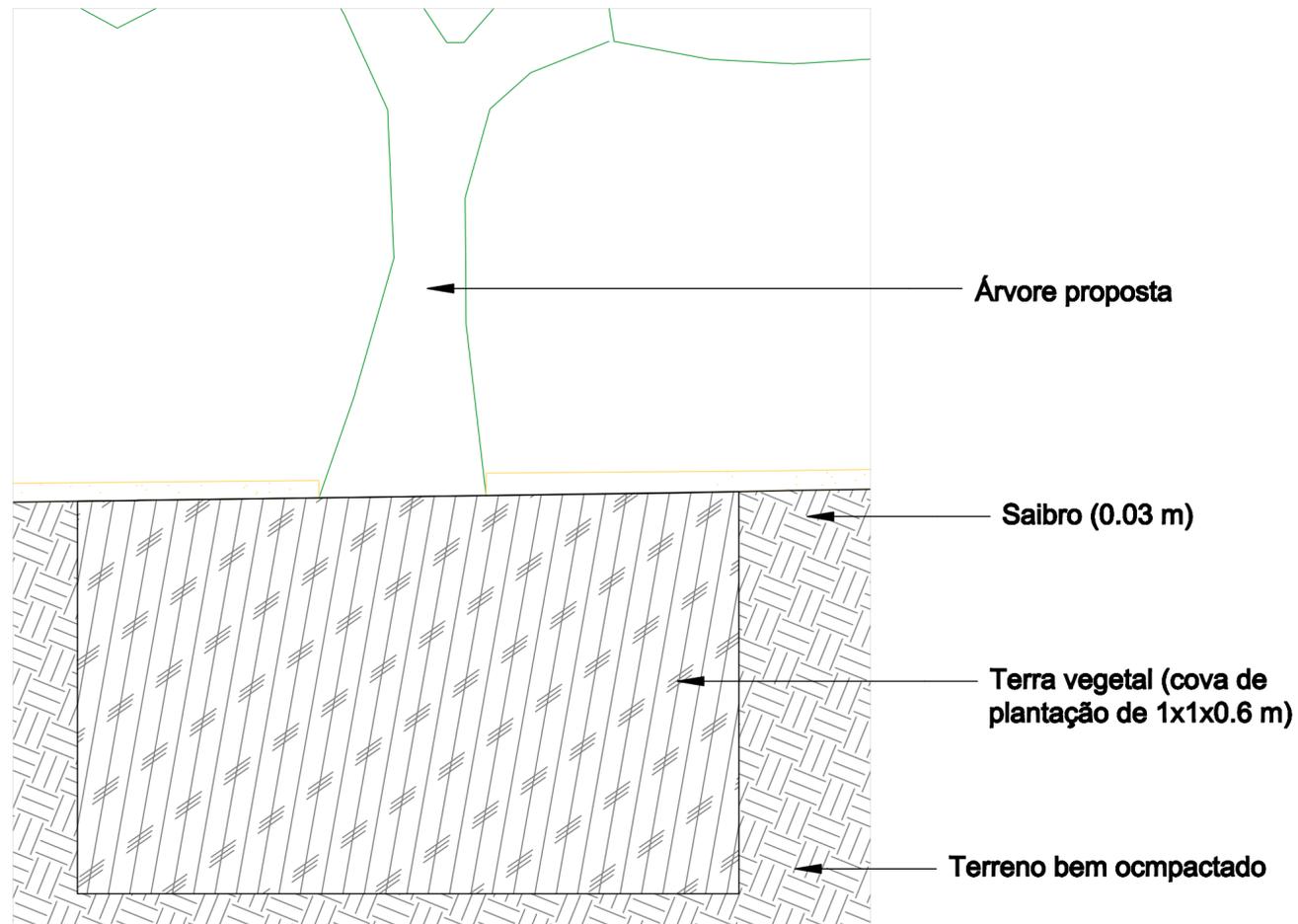
Pormenores de Construção cont.

15

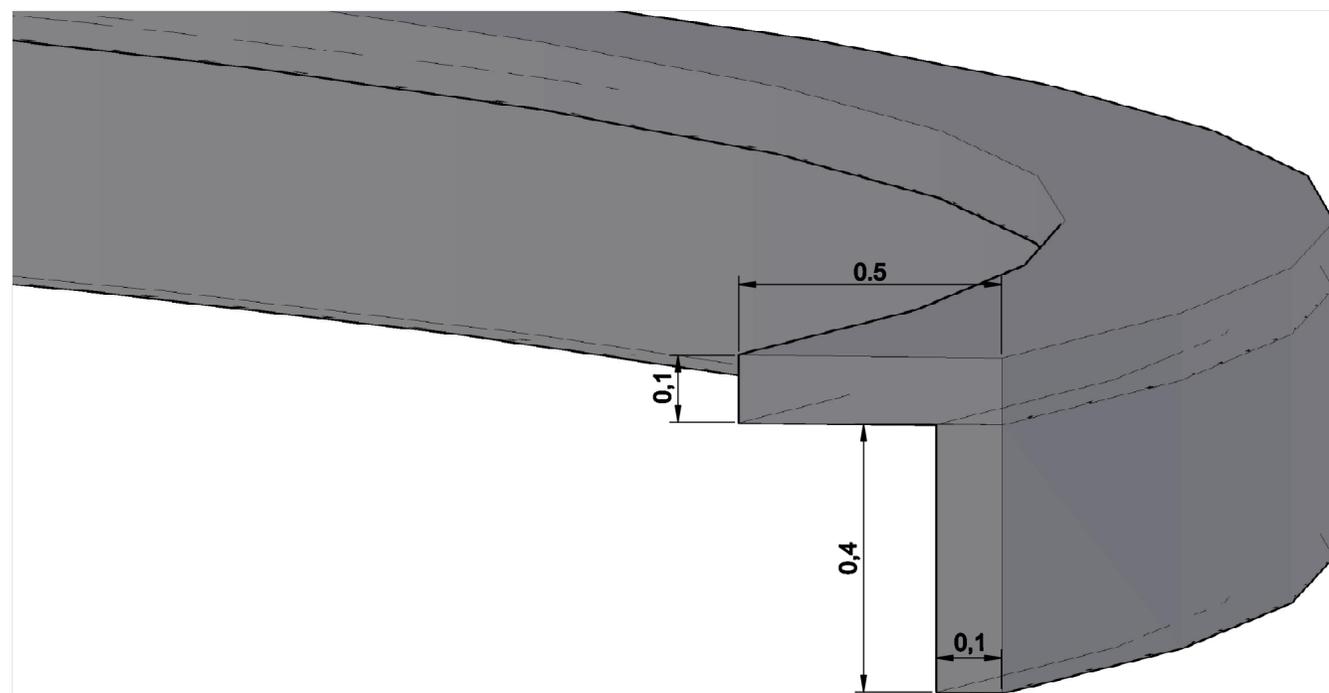
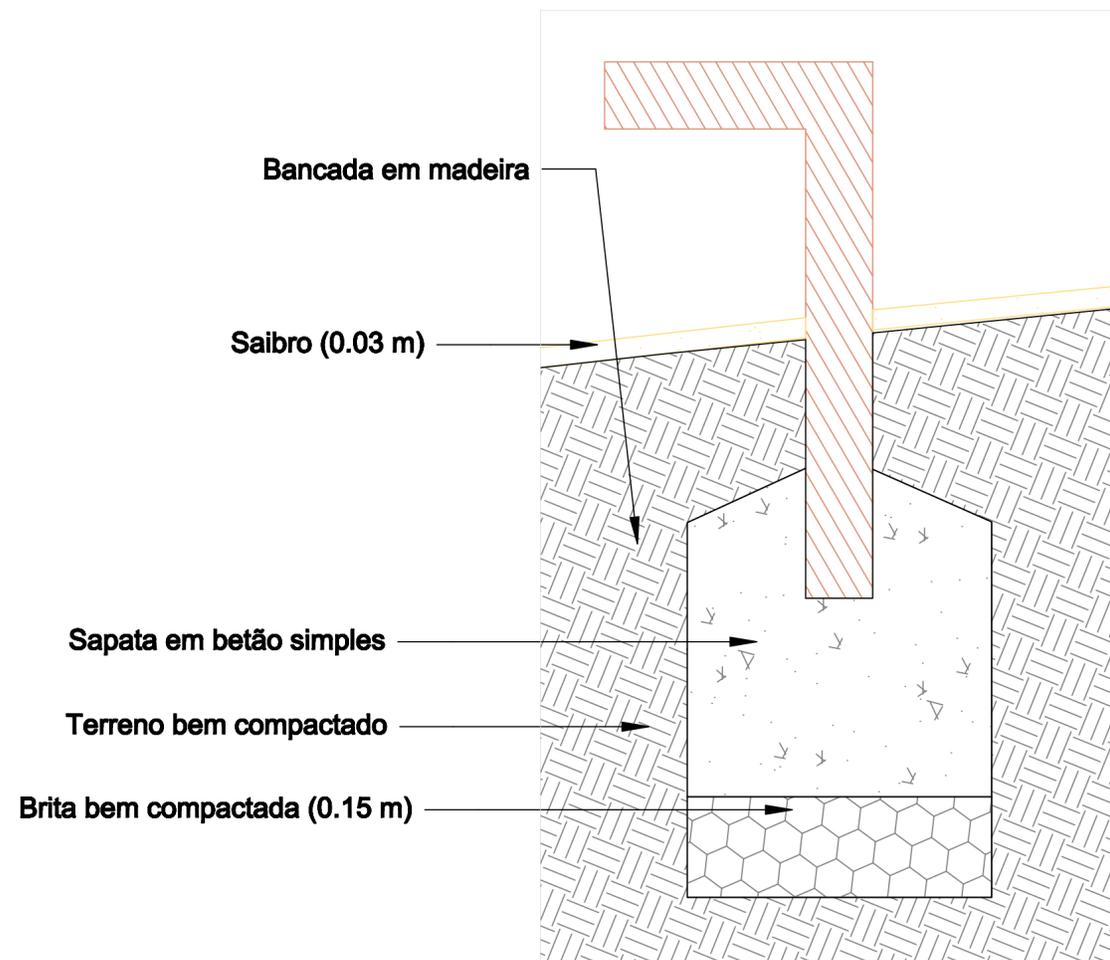
Data:
Set. 2010

Instituto Superior de Agronomia
Dissertação de Mestrado em Arq. Paisagista
Maria Francisca Homem de Melo

10 - Cova de plantação de árvore em saibro



11 - Inserção de bancada de madeira em saibro



12 - Axonometria da bancada de madeira

Contributo para a Salvaguarda, Valorização e Divulgação do Património Cultural
Castelo de Noudar

ESC.
1/10

Pormenores de Construção cont.

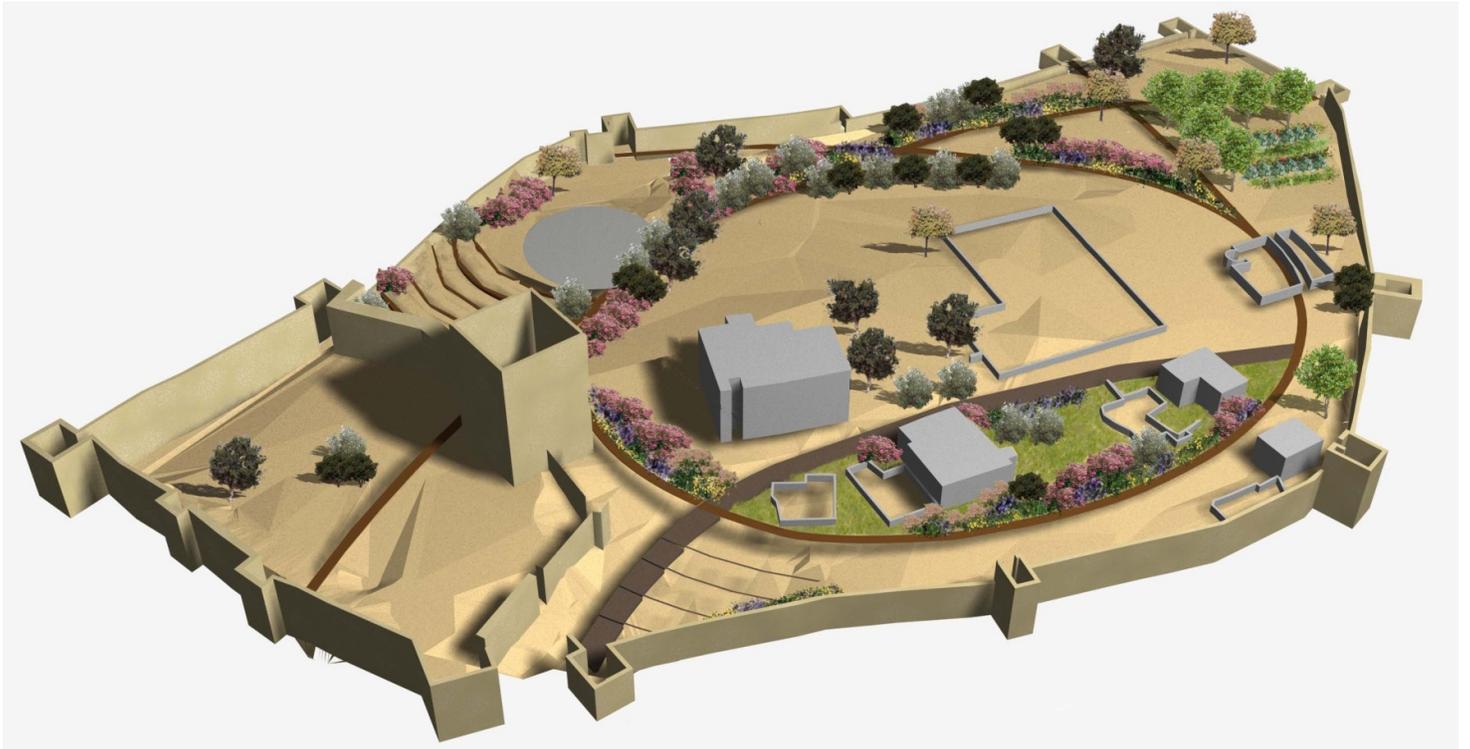
16

Data:
Set. 2010

Instituto Superior de Agronomia
Dissertação de Mestrado em Arq. Paisagista
Maria Francisca Homem de Melo

PERSPECTIVAS

VISTA ESTE



VISTA OESTE



CONCLUSÕES

A valorização dada ao património tem vindo a alterar o modo como a sociedade o vê e pensa. Se outrora este conceito existiu apenas para a arquitectura, hoje em dia ele abrange um extenso leque de legados, não só construídos, mas também naturais. Assim, nascendo os conceitos de Património Cultural e Património Natural, defendidos por inúmeras Leis, Cartas, Convenções e Entidades, inicia-se uma nova Era onde este património toma um lugar destacado.

Com o crescer da sua importância há também um crescer da sua divulgação, influenciando muito o turismo do século XX. Em Portugal, é nos finais desse século que se dá o *boom* do Turismo Cultural, alterando a sua posição no mundo do turismo.

Assim, e com a sua crescente evolução, este tipo de turismo entra na vida das sociedades apresentando-lhes alternativas ao turismo comum, cada vez mais lotado, e contribuindo de forma favorável para a economia do país.

Portugal tem a mais-valia de poder, devido à sua localização geográfica e às excelentes paisagens que possui, oferecer uma combinação de Turismo Cultural – Natural quase singular no mundo, sendo este um dos factores que leva a que o nosso país seja dos destinos turísticos mais procurados no mundo.

Cabe-nos a nós manter esta posição, valorizando o que de melhor e único a nossa história nos legou.

O Castelo de Noudar é assim uma destas maravilhas onde natureza e cultura se cruzam enchendo-nos de histórias do passado e paisagens que até hoje perduram praticamente intactas.

Com o objectivo de o valorizar, e dar a conhecer ao mundo, foi assim proposta uma intervenção de recuperação que contou com diferentes especialidades, arquitectura, arqueologia e paisagismo, preparando o castelo para a utilização pública, transformando umas ruínas isoladas no alto de um monte num ponto forte de atracção cultural, integrado em rotas turísticas regionais.

Com este projecto contribuiu-se para a valorização e salvaguarda do nosso tão rico património, que cada vez mais importância tem no turismo nacional.

Encontramo-nos num “ciclo fechado” do qual devemos tirar proveito: valorizando a recuperação do nosso património e dando-o a conhecer, o turismo o procurará e dará os seus frutos, frutos esses que no seu lugar irão facilitar a expansão dessa salvaguarda e valorização patrimonial do nosso país.

BIBLIOGRAFIA

- Alentejo, A. R. T. (2008). *Turismo do Alentejo*. Obtido em Março de 2010, de http://www.visitalentejo.pt/vPT/Menu_Principal/QuemSomos/Turismo_do_Alentejo/
- Almeida, Á. D. (2008). *Portugal Património*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- ANMP. (2004). *Associação Nacional de Municípios Portugueses*. Obtido em Maio de 2010, de <http://www.anmp.pt/>
- APAC. (1990). Comunicações, Palestras e Conclusões. *Livro do V Congresso "Monumentos Militares Portugueses"*. Algarve.
- APAC. (1992). Comunicações e Palestras. *Livro do VI Congresso "Monumentos Militares Portugueses"*. Barcelos.
- APAC. (2010). *Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos*. Obtido em Outubro de 2009, de <http://www.amigosdoscastelos.org.pt/tabid/66/language/pt-PT/default.aspx>
- APCA. (2007). *Associação Portuguesa das Casas Antigas*. Obtido em Outubro de 2009, de <http://www.amigosdoscastelos.org.pt/tabid/66/language/pt-PT/default.aspx>
- APJSH. (s.d.). *Associação Portuguesa dos Jardins e Sítios Históricos*. Obtido em Outubro de 2009, de <http://www.jardinshistoricos.pt/>
- Caldeira Cabral, F. (1993). *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.
- Canals, A. S. (2005). *El encuentro del turismo com el patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación*. Sevilla: Fundación El Monte.
- Cancela d'Abreu, A., Pinto Correia, T. e Oliveira, R. (2004). *Contributos para Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental, Volume V*. Lisboa: DGOTDU.
- Castel-Branco, C., Rego, F. e Soares, A. (1999). Jardim Botânico da Ajuda. Lisboa: Livros Horizonte.
- Castel-Branco, C., Azambuja, S. e Rego, F. (2001). *Necessidades - Jardim e Cerca*. Lisboa: Livros Horizonte.

Castelos de Portugal. (Fevereiro de 2001). Obtido em Outubro de 2009, de <http://castelosdeportugal.no.sapo.pt/>

Castillos. (s.d.). Obtido em Abril de 2009, de <http://www.castillosnet.org/programs/castillosnet.php?tip=inf&dat=malaga/MA-CAS-015>

Castles of Wales. (2010). Obtido em Maio de 2010, de <http://www.castlewales.com/caernarf.html>

CME. (2007). *Castelo de Evoramonte*. Obtido em Julho de 2010, de <http://castelodevoramonte.com/home.swf>

C. M. M. (s.d.). *Câmara Municipal de Moura*. Obtido em 2010 de Junho, de http://www.cm-moura.pt/p_l_castelo.htm

CMP. (s.d.). *Castelo de Palmela- Portugal*. Palmela: Folheto Informativo.

CMP. (1990). *Programa de Recuperação e Animação do Castelo de Palmela*. Palmela.

Coelho, A. (1999). *O Castelo de Noudar- Fortaleza Medieval*. Águeda: Camara Municipal de Barrancos.

Concelho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses. (2004). Obtido em Maio de 2010, de Relatório e Projecto de Resoluções Referentes ao Tema “Turismo e Poder Local”: <http://www.anmp.pt/anmp/age/cong/14/rel05.pdf>

d'Armas, D. (1997). *Livro das Fortalezas. Fac-simile do Ms. da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (2ª ed.). Lisboa: Inapa.

EDIA. (2006). *Parque de Natureza de Noudar*. Obtido em Abril de 2010, de <http://www.parquenoudar.com/pt/modules/smartsection/item.php?itemid=223>

EDIA. (s.d.). Obtido em Outubro de 2009, de <http://www.edia.pt>

Fernandes, I. C. (2004). *O Castelo de Palmela :do islâmico ao cristão*. Lisboa: Edições Colibri.

Fortuna, C. (1999). *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*. Oeiras: Celta Editora.

Gil, J. (1984). *As mais belas vilas e aldeias de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.

Gonçalves, A. R. (2003). *A componente cultural do Turismo Urbano como oferta complementar ao produto “sol e praia”- o caso de Faro e Silves*. Lisboa: Gabinetes de Estudos e Prospectiva Económica e Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo.

Governo de Portugal. (2006). Obtido em Maio de 2010, de Plano Estratégico Nacional do Turismo:

http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17GovernoMinisteriosMEIProgramas_e_DossiersPages20060120_MEI_Prog_PENTurismo.aspx

Guedes, J. C. (1990). *Simpósio da região central da IFLA- turismo e a gestão da paisagem*. Porto: APAP.

ICN. (s.d.). *Plano Sectorial da Rede Natura 2000*. Obtido em Outubro de 2009, de [http://www.icnb.pt/propfinal/_Vol.III-](http://www.icnb.pt/propfinal/_Vol.III-S%C3%ADtios%20da%20Lista%20Nacional%20e%20Zonas%20de%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20Especial/Fichas%20de%20S%C3%ADtios/Sitio%20MOURA_BARRANCOS.pdf)

[S%C3%ADtios%20da%20Lista%20Nacional%20e%20Zonas%20de%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20Especial/Fichas%20de%20S%C3%ADtios/Sitio%20MOURA_BARRANCOS.pdf](http://www.icnb.pt/propfinal/_Vol.III-S%C3%ADtios%20da%20Lista%20Nacional%20e%20Zonas%20de%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20Especial/Fichas%20de%20S%C3%ADtios/Sitio%20MOURA_BARRANCOS.pdf)

ICOMOS. (s.d.). *Carta Internacional do Turismo Cultural*. Obtido em Outubro de 2009, de www.icomos.org.

ICOMOS. (s.d.). *Critérios e Actividades*. Obtido em Outubro de 2009, de <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/ICOMOSobjectivos.pdf>

IGESPAR. (s.d.). Obtido em Junho de 2010, de <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70171/>

IHRU. Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. (2010). Obtido em Setembro de 2010, de http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_C.aspx

IHRU. Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. (2010). *Portal da Habitação*. Obtido em Setembro de 2010, de <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/>

INE. (2008). *Instituto Nacional de Estatística*. Obtido em Outubro de 2009, de www.ine.pt

- Infante, S. (2001). Autenticidade, continuidade e mudança. *Arquitectura e Vida* , 15, 98.
- J. Perdigão, J. O. (1982). *Carta Geológica de Portugal na Escala 1/50000, Notícia Explicativa da Folha 44-B, Barrancos*. Direcção- Geral de Geologia e Minas- Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- José Carlos Costa, C. A. (s.d.). *Biogeografia de Portugal Continental*. Obtido em Julho de 2010, de https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/714/1/Biogeografia_de_Portugal.pdf
- Lautensach, O. R. (1988). *Geografia de Portugal - O Ritmo Climático e a Paisagem* (Vol. II). Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Lautensach, O. R. (1991). *Geografia de Portugal - A Posição Geográfica e o Território* (2ª ed., Vol. I). Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Lecoq, N. J. (2002). *Unidades de Paisagem da Zona Castro Verde- Mértola- Contributos para uma Gestão Ambiental Eficiente*. (D. p. Ambientais, Ed.) Lisboa: Universidade Nova de Lisboa- Faculdade de Ciências e Tecnologia.
- Leite, M. R., & Moura, A. C. (s.d.). *Introdução Rochas Ornamentais*. Obtido de <http://rop.ineti.pt/rop/images/intro/it2.html>
- Lima, I. P. (2008). *A Salvaguarda da Paisagem no âmbito do Património Cultural- Abordagem ao Jardim Botânico de Coimbra*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Lobo, F. S. (2001). Código genético barranquenho. *Arquitectura e Vida* , 18, 82 e 83.
- Lobo, F. S. (2003). Da força à fraqueza da geografia militar. *Arquitectura e vida* , 44, 106.
- Magalhães, M. R. (2001). *A Arquitectura Paisagista- Morfologia e Complexidade*. Lisboa: Estampa.
- MEI. (2006). Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento. *Plano Estratégico Nacional do Turismo*. Obtido em Maio de 2010, de Ministério da Economia e Inovação: http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MEI/Programas_e_Dossiers/Pages/20060120_MEI_Prog_PENTurismo.aspx

MEI. (2006). Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento. *Turismo de Portugal*. Obtido em Maio de 2010, de Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento: <http://www.turismodeportugal.pt/Português/turismodeportugal/QuemSomos/Pages/LeiOrganica.aspx>

Mouca, J. (2003). *Monumentos militares do concelho de Moura*. Moura: Câmara Municipal de Moura.

Oliveira, M. (1990). *Guia Turístico de Portugal de A a Z*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Pereira, C. (2008). *O Turismo, Factor de degradação versus factor de regeneração: o caso do centro histórico do Funchal*. Lisboa, Dissertação de mestrado, mestrado em regeneração urbana e ambiental: Dissertação de Mestrado em Regeneração Urbana e Ambiental na Faculdade de Arquitectura de Lisboa.

Presidência da República. (2007). Obtido em Outubro de 2009, de <http://www.presidencia.pt/?idc=24&idt=17>

Rego, M. (1994). *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva.

Rego, M., Mateus, R., e Paiva, J. (2006). *Encontro com Barrancos*. Águeda: Edição da Câmara Municipal de Barrancos.

Ribeiro, L. P. (2001). O Carácter Cultural da Paisagem. *Arquitectura e vida* , 12.

Ribeiro, L. P. A. F. (1998). The Cultural Landscape and the Uniqueness of Place: a greenway heritage network for landscape conservation of Lisbon metropolitan area. Doctoral Dissertation. Department of Landscape Architecture and Regional Planning. Amherst. Massachusetts.

Ribeiro Telles, G. (1990). *Simpósio da região central da IFLA- turismo e a gestão da paisagem*. Porto: APAP.

Santiago, R. F. (2009). *Salvaguarda e valorização de património em espaço rural- caso de estudo em Penha Garcia*. Lisboa.

Simcic, V. S. (1988). Conservation Restoration des monuments et des sites/ Preservation Restoration of monuments and sites . *ICOMOS INFORMATION* , nº 2- 1988, 52.

Simões, M. D. (2007). *Barrancos na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha - Memórias e Testemunhos, 1936*. Lisboa: Câmara Municipal de Barrancos.

UNESCO. (1972). *Convenção para a Protecção do Património Cultural e Natural Mundial, artigos 1 e 2*. Obtido em Outubro de 2009, de www.unesco.pt/.../cultura/.../3_Convencao_Protecao_Patrimonio.doc

UNESCO. (s.d.). *Categorias e Critérios de Selecção*. Obtido em Outubro de 2009, de www.unesco.pt/pdfs/docs/categorias+criterios.doc

UNESCO. (s.d.). *Comissão Nacional da UNESCO*. Obtido em Maio de 2010, de <http://www.unesco.pt/cgi-bin/cnu/cnu.html>

Vale, N. G. (2003). *Elvas: Paisagem cultural*. Lisboa.

Variáveis de Análise Biofísica. (s.d.). Obtido em Julho de 2010, de (http://docentes.esa.ipcb.pt/Inova/Aula_OT_4.pdf)

Vasconcelos, J. L. (2000). *Filologia Barranquenha- apontamentos para o seu estudo*. Águeda: reimpressão fac-similada de 1955.

Viagens e Imagens. (s.d.). Obtido em Maio de 2010, de http://www.viagensimagens.com/cast_caernarfon.htm

WAG. (s.d.). *Cadw*. Obtido em Maio de 2010, de Welsh Assembly Government: <http://www.cadw.wales.gov.uk/default.asp?id=6&PlaceID=19>

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Convenção que constitui a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Celebrada em Londres em 16 de Novembro de 1945 e modificada pela Conferência Geral nas suas 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 12ª sessões.

Carta de Veneza ou Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, criada no 2º Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, em 1964.

Convenção de Paris, Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural, 1972.

Carta de Burra, Carta para a Conservação dos Sítios e Bens Patrimoniais de valor cultural, ICOMOS, Austrália 1999.

Proposta de Lei nº. 39/VIII, D.R. II série – A nº. 59, 15 de Julho de 2000, Artigo 2. A citada Proposta de Lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

Portugal. Lei nº. 107/2001 de 8 de Setembro de 2001. Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. Diário da República, Lisboa, I Série – A, nº. 209, Título I, Artigo 2º, nº. 1, p.5808.

Diário da República, 1ª série – Nº. 208 – 27 de Outubro de 2006, Lei Orgânica do Ministério da Cultura, Capítulo I, Missão e atribuições, Artigo 1º.

Diário da República, 1ª série – Nº. 208 – 27 de Outubro de 2006, Lei Orgânica do Ministério da Cultura, Capítulo I, Missão e atribuições, Artigo 21º.

Diário da República, 1ª série – Nº, 63 – 29 de Março de 2007, Decreto Regulamentar nº. 34/2007, de 29 de Março, Artigo 1º e Artigo 2º.

Diário da República, 1ª série – Nº. 63 – 29 de Março de 2007, Decreto-Lei nº. 96/2007, de 29 de Março, Artigo 1º, Natureza.

Diário da República, 1ª série – Nº. 104 – 30 de Maio de 2007, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Decreto-Lei nº. 223/2007 de 30 de Maio.

ANEXOS

ANEXO I

Cartas de Portugal Continental

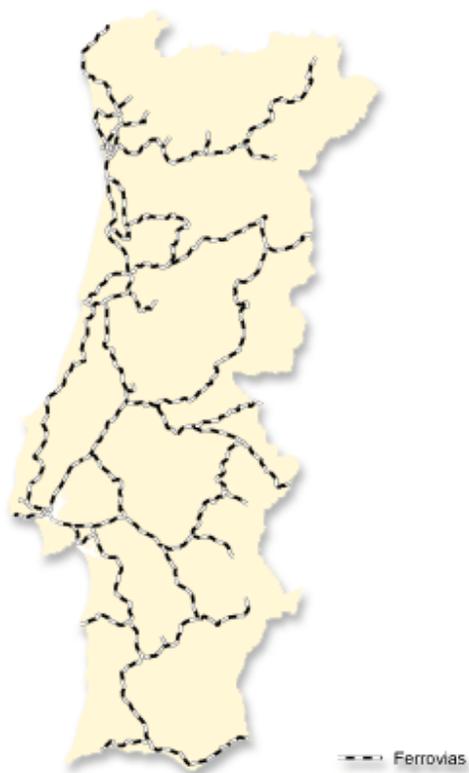


FIGURA 21 - CARTA DA REDE FERROVIÁRIA NACIONAL
(FONTE: [HTTP://WWW.IAMBIENTE.PT/ATLASESTINDEX.JSP?ZONA=CONTINENTE&GRUPO=&TEMA=C_FERROVIAS](http://www.iamambiente.pt/atlasestindex.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_ferrovias))

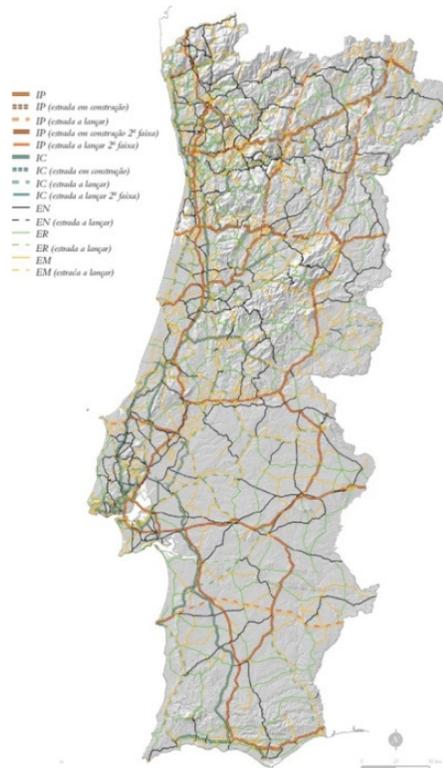


FIGURA 22 - CARTA DO PLANO RODVIÁRIO NACIONAL
(FONTE: [HTTP://WWW.IGEO.PT/ATLASCAP2CAP2E_P125_1_IMAGE.HTML](http://www.igeo.pt/atlas/cap2/cap2e_p125_1_image.html))

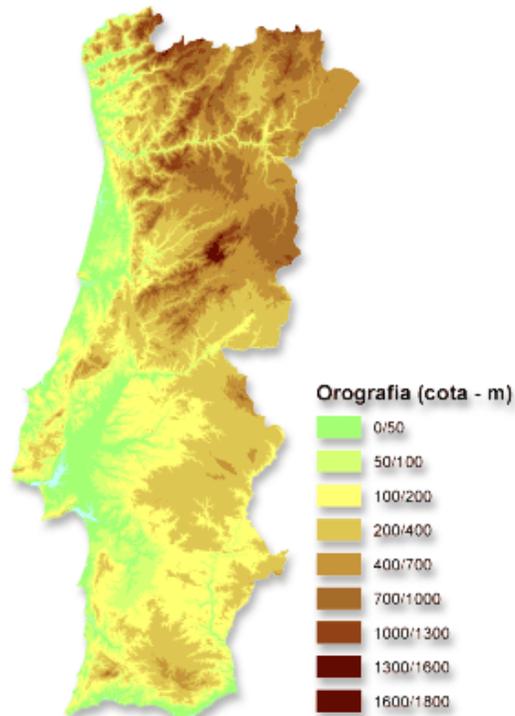


FIGURA 23 - CARTA HIPSOMÉTRICA DE PORTUGAL CONTINENTAL
(FONTE: [HTTP://WWW.IAMBIENTE.PT/ATLASESTINDEX.JSPZONA=CONTINENTE&GRUPO=&TEMA=C_HIPSO](http://www.iambiente.pt/atlas/estindex.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_hipso))

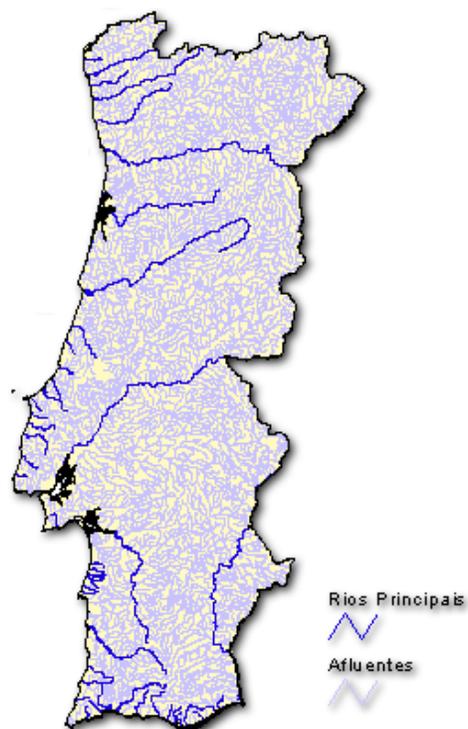


FIGURA 24 - CARTA DA REDE HIDROGRÁFICA DE PORTUGAL CONTINENTAL
(FONTE: [HTTP://WWW.IAMBIENTE.PT/ATLASESTINDEX.JSP?ZONA=CONTINENTE&GRUPO=&TEMA=C_REDEHIDRO](http://www.iambiente.pt/atlasestindex.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_redehidro))

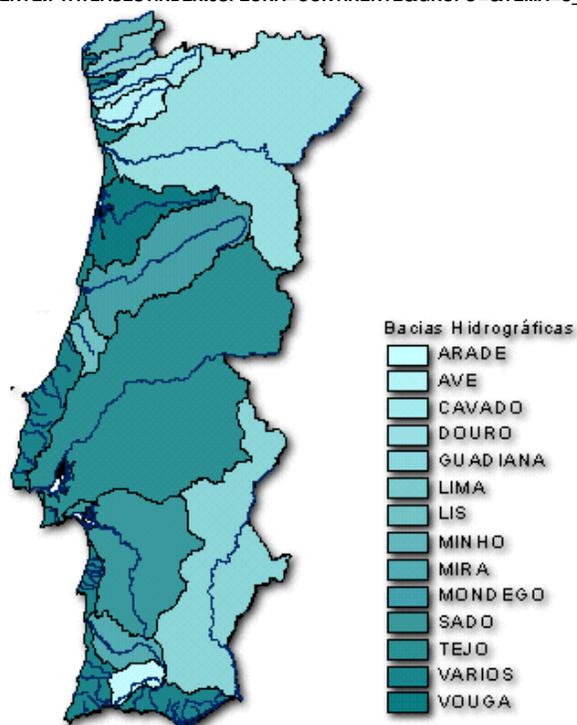


FIGURA 25 - CARTA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS PRINCIPAIS RIOS DE PORTUGAL CONTINENTAL
(FONTE: [HTTP://WWW.IAMBIENTE.PT/ATLASESTINDEX.JSP?ZONA=CONTINENTE&GRUPO=&TEMA=C_BHIDRO](http://www.iambiente.pt/atlasestindex.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_bhidro))

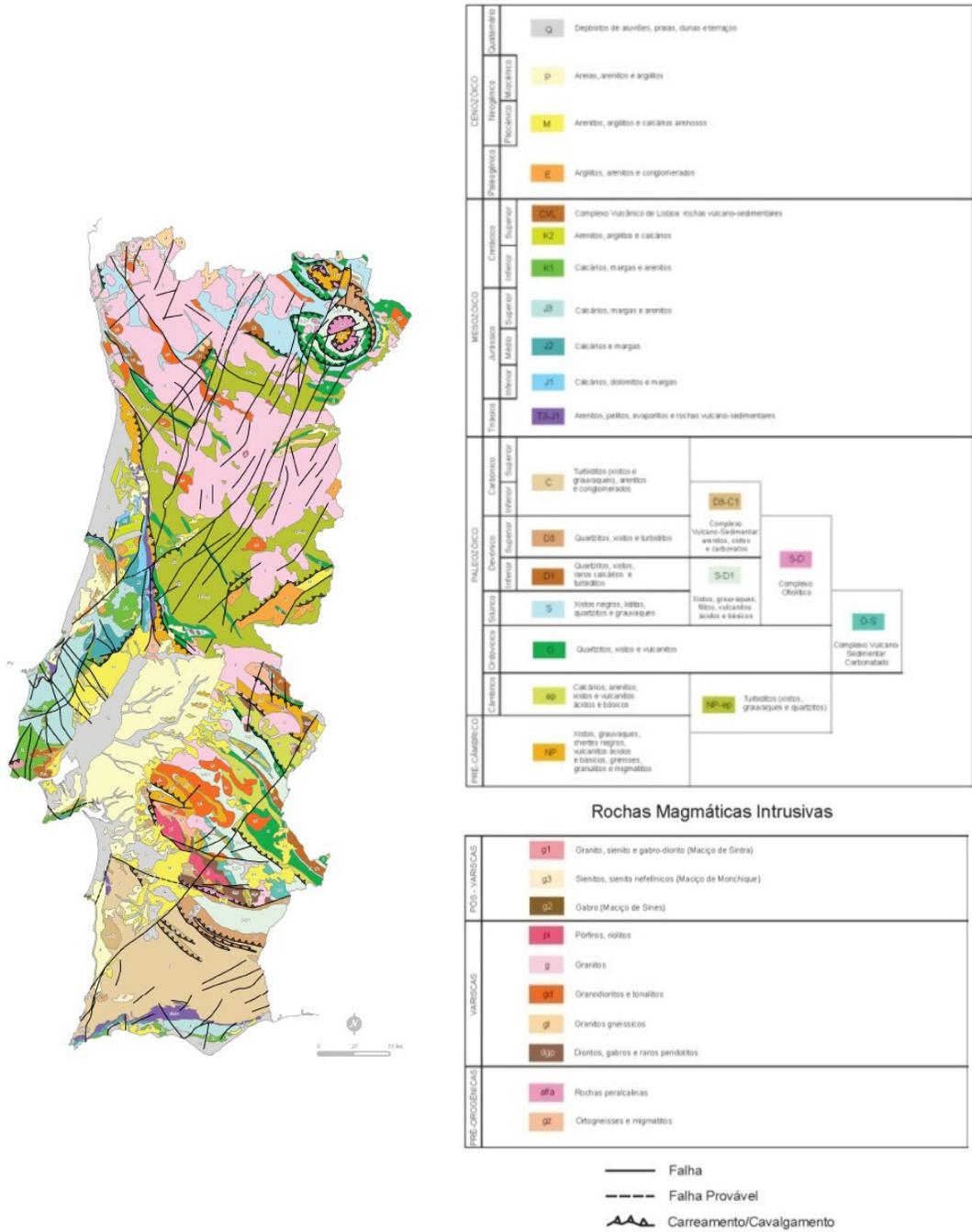


Figura 26 - Carta Geológica de Portugal Continental
 (Fonte: http://www.igeo.pt/atlas/cap1Cap1c_p39_image.html)

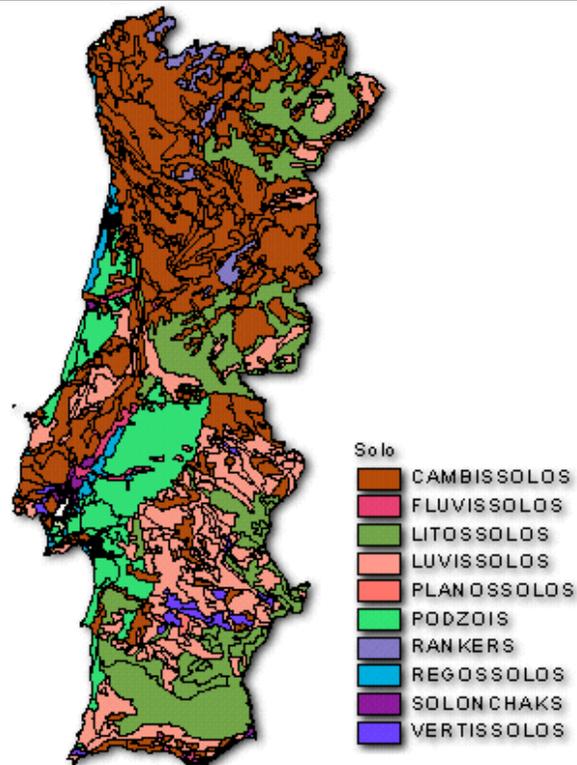


FIGURA 28 - CARTA DE SOLOS DE PORTUGAL CONTINENTAL
 (FONTE: [HTTP://WWW.IAMBIENTE.PT/ATLASESTINDEX.JSP?ZONA=CONTINENTE&GRUPO=&TEMA=C_TIPOSOLO](http://www.iambiente.pt/atlasestindex.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_tiposolo))

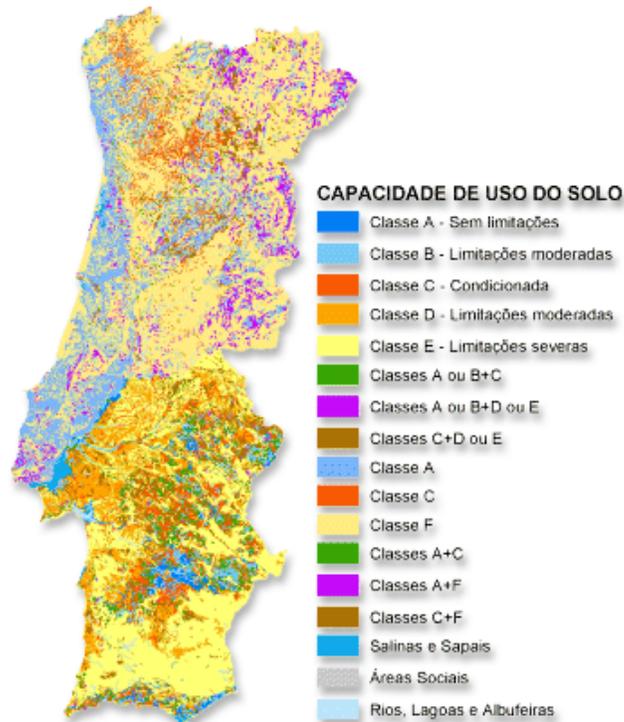


FIGURA 29 - CARTA DE CAPACIDADE DO USO DO SOLO DE PORTUGAL CONTINENTAL
 (FONTE: [HTTP://WWW.IAMBIENTE.PT/ATLASESTINDEX.JSP?ZONA=CONTINENTE&GRUPO=&TEMA=C_CUSO](http://www.iambiente.pt/atlasestindex.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_cuso))

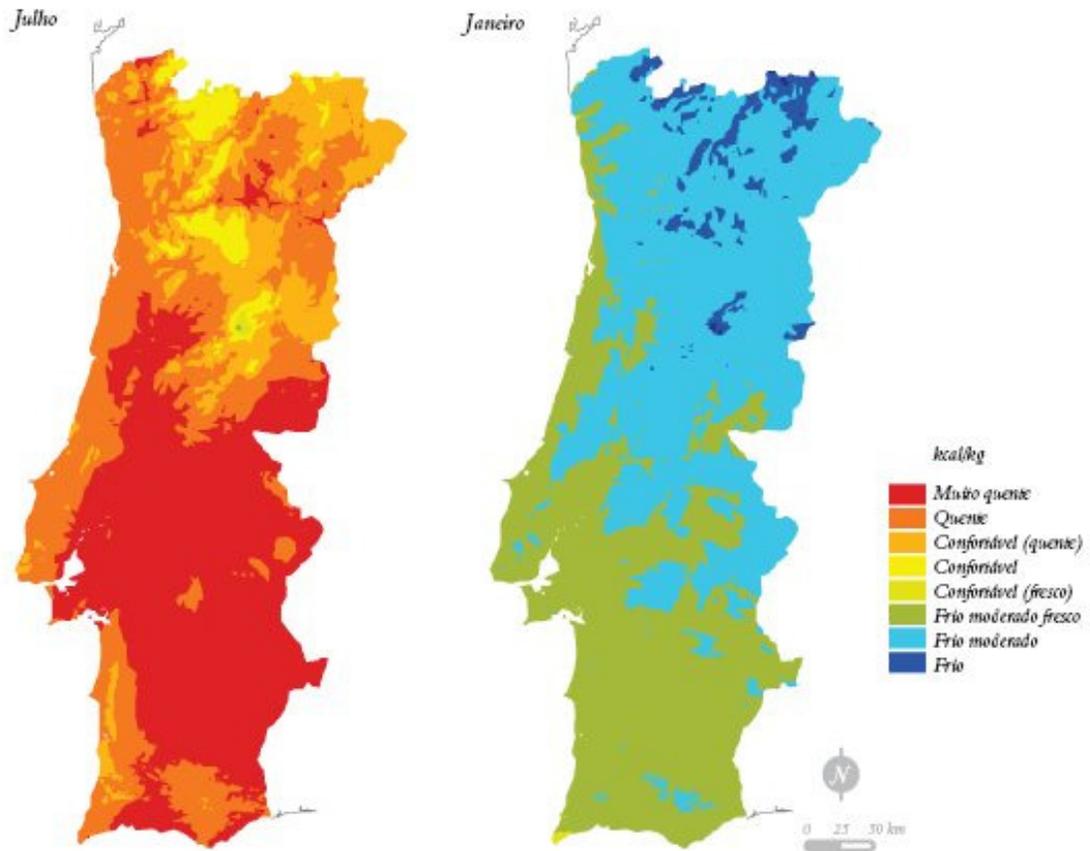


FIGURA 30 - CARTA DE ÍNDICE DE CONFORTO BIOLIMÁTICO NOS MESES DE JULHO E JANEIRO EM PORTUGAL CONTINENTAL
(FONTE: [HTTP://WWW.IGEO.PT/ATLAS/CAP1/CAP1D_2.HTML](http://www.igeo.pt/atlas/cap1/cap1d_2.html))

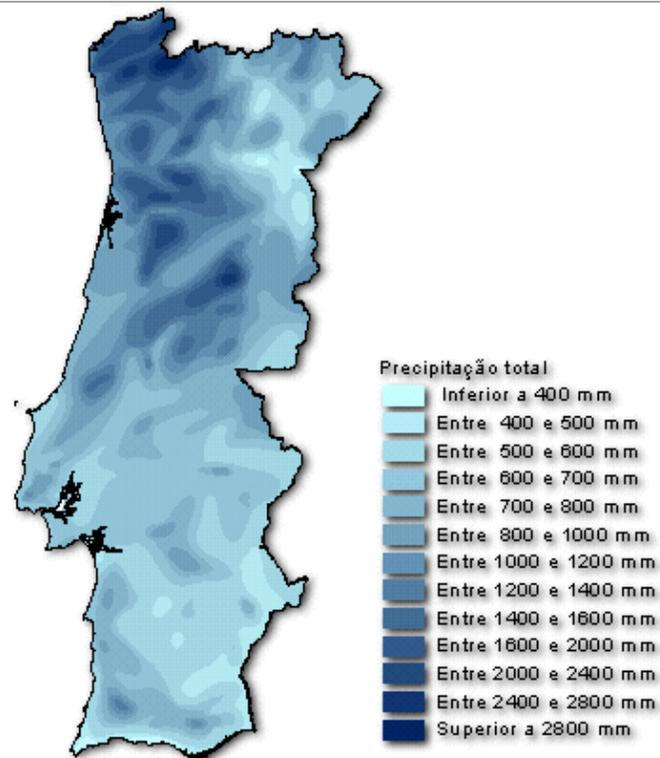


FIGURA 31 - CARTA DE PRECIPITAÇÃO TOTAL EM PORTUGAL CONTINENTAL
(FONTE: [HTTP://WWW.IAMBIENTE.PT/ATLASESTINDEX.JSP?ZONA=CONTINENTE&GRUPO=&TEMA=C_PRECPTOTAL](http://www.iambiente.pt/atlasestindex.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_precptotal))

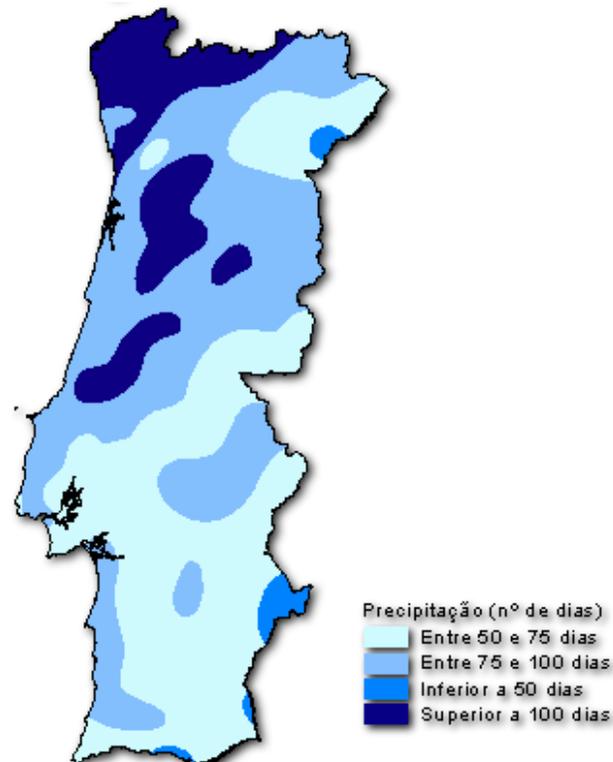


FIGURA 32 - CARTA DE PRECIPITAÇÃO POR Nº DE DIAS EM PORTUGAL CONTINENTAL
(FONTE: [HTTP://WWW.IAMBIENTE.PT/ATLASESTINDEX.JSP?ZONA=CONTINENTE&GRUPO=&TEMA=C_PRECIPITACAO](http://www.iambiente.pt/atlasestindex.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_precipitacao))

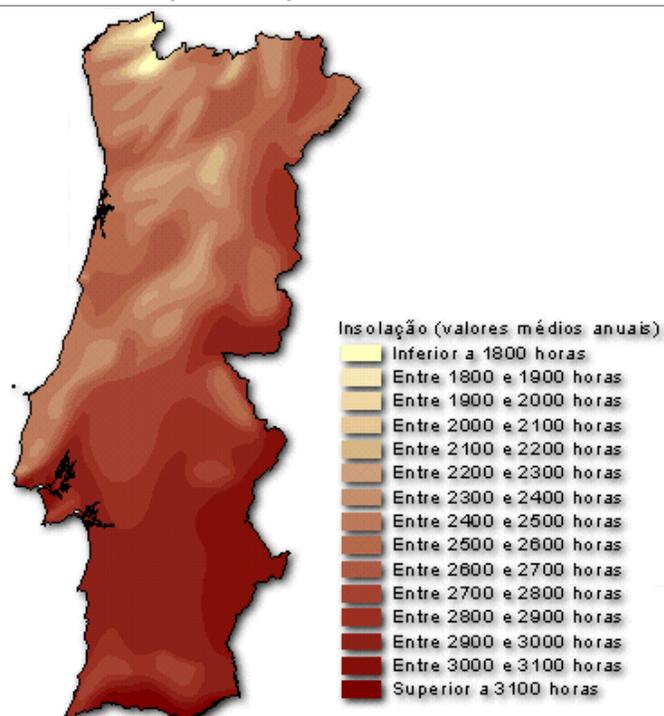


FIGURA 33 - CARTA DE INSOLAÇÃO MÉDIA ANUAL DE PORTUGAL CONTINENTAL
(FONTE: [HTTP://WWW.IAMBIENTE.PT/ATLASESTINDEX.JSP?ZONA=CONTINENTE&GRUPO=&TEMA=C_INSOLACAO](http://www.iamambiente.pt/atlasestindex.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_insolacao))

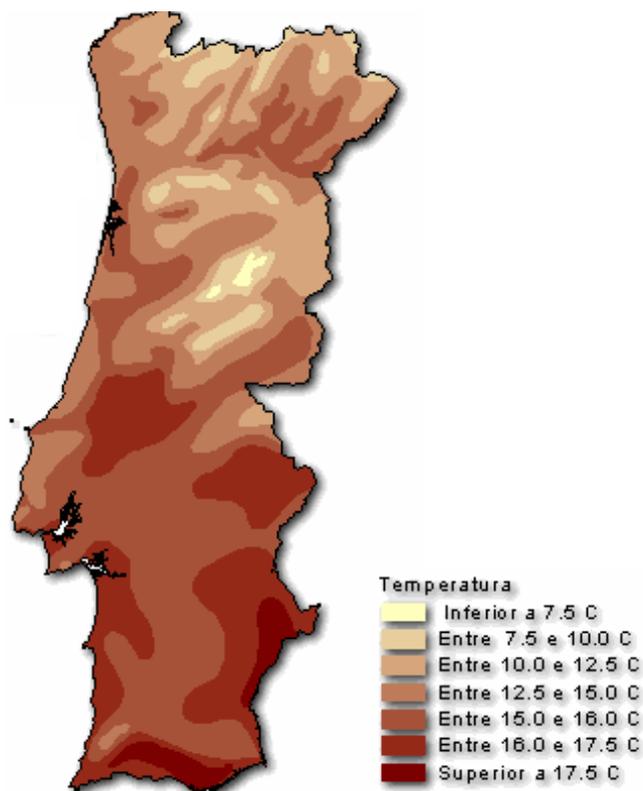


FIGURA 34 - CARTA DA TEMPERATURA MÉDIA DO AR ANUAL EM PORTUGAL CONTINENTAL
(FONTE: [HTTP://WWW.IAMBIENTE.PT/ATLASESTINDEX.JSP?ZONA=CONTINENTE&GRUPO=&TEMA=C_TEMPERATURA](http://www.iamambiente.pt/atlasestindex.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_temperatura))

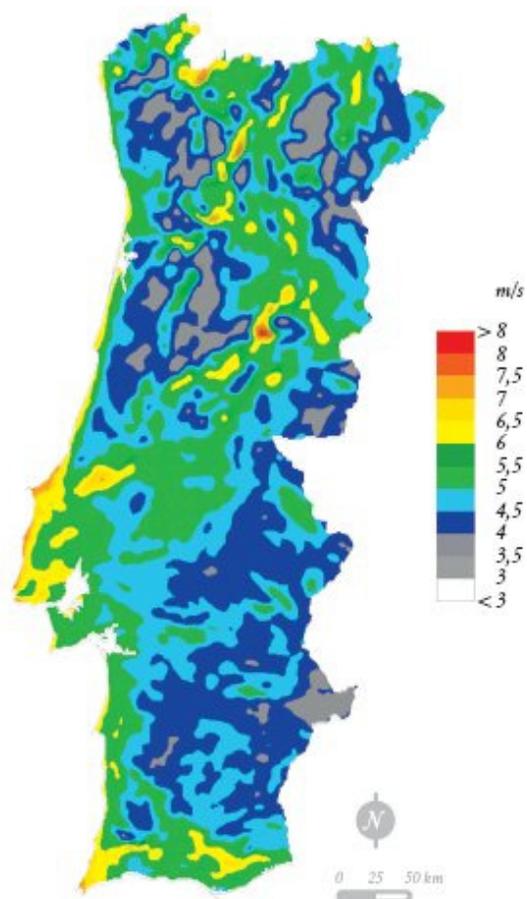


FIGURA 35 - CARTA DA INTENSIDADE DO VENTO EM PORTUGAL CONTINENTAL
(FONTE: [HTTP://WWW.IGEO.PT/ATLASCAP1CAP1D_2.HTML](http://www.igeo.pt/atlas/cap1/cap1d_2.html))

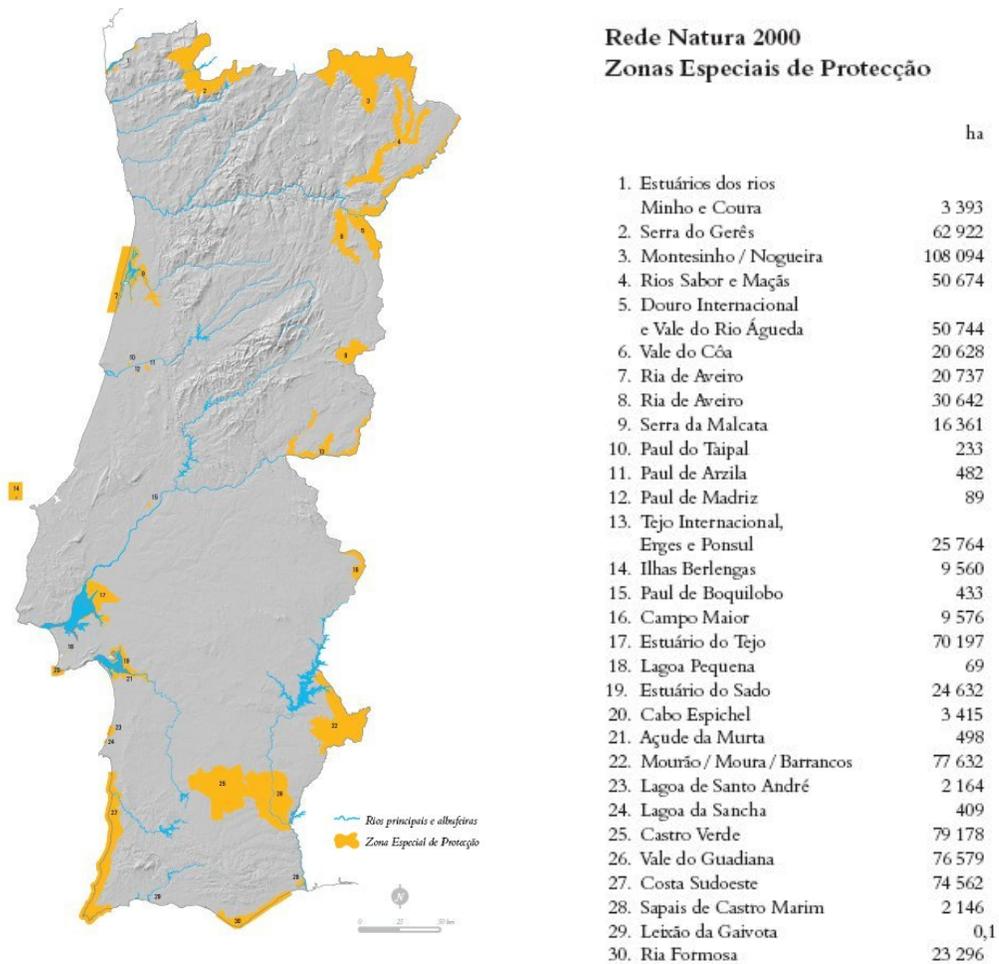
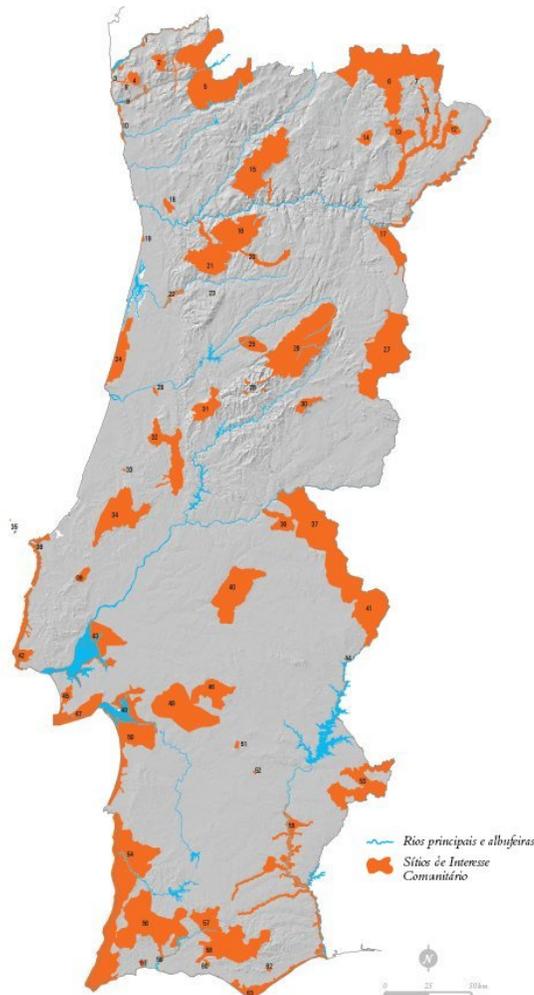


FIGURA 36 - CARTA DAS ZONAS ESPECIAIS DE PROTECÇÃO DA REDE NATURA 2000 EM PORTUGAL CONTINENTAL (FONTE: [HTTP://WWW.IGEO.PT/ATLASCAP1CAP1E_P75_IMAGE.HTML](http://www.igeo.pt/atlas/cap1/cap1e_p75_image.html))

Rede Natura 2000
Sítios de Interesse Comunitário



	ha
1. Rio Minho	4 554
2. Corno do Bico	5 139
3. Litoral Norte	740
4. Serra d'Arga	4 426
5. Peneda-Gerês	88 845
6. Montesinho / Nogueira	107 719
7. Samil	91
8. Serra d'Arga	68
9. Rio Lima	5 361
10. Litoral Norte	2 056
11. Rios Sabor e Maçãs	33 482
12. Minas de Sto Adrião	3 495
13. Morais	12 878
14. Romeu	4 768
15. Alvito / Marto	58 788
16. Valongo	2 552
17. Douro Internacional	36 186
18. Montemuro	38 762
19. Barrinha de Esmoriz	396
20. Rio Paiva	14 562
21. Serra da Freita e Arada	28 658
22. Rio Vouga	2 769
23. Cambarinho	23
24. Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas	498
25. Carregal do Sal	9 553
26. Serra da Estrela	88 291
27. Malcata	79 079
28. Complexo do Açor	1 363
29. Paul de Arzila	666
30. Gardunha	5 891
31. Serra da Lousã	15 158
32. Sicó / Alvaizere	31 678
33. Azabugo / Leiria	136
34. Serra d'Aire e Candeeiros	44 226
35. Arquipélago da Berlenga	96
36. Nisa / Laje da Prata	12 658
37. S. Mamede	116 114
38. Peniche / Santa Cruz	8 285
39. Serra de Montejunto	3 830
40. Cabeção	48 606
41. Caia	31 115
42. Sintra / Cascais	16 632
43. Estuário do Tejo	44 608
44. Guadiana / Juromenha	2 498
45. Forno Ferro / Lagoa de Albufeira	4 318
46. Monfurado	23 878
47. Arrábida / Espichel	20 661
48. Estuário do Sado	30 967
49. Cabrela	56 554
50. Comporta / Galé	32 050
51. Alvito/ Cuba	786
52. Alvito/ Cuba	137
53. Moura / Barrancos	43 309
54. Costa Sudoeste	118 266
55. Guadiana	38 463
56. Monchique	76 008
57. Caldeirão	47 286
58. Barrocal	20 864
59. Arade / Odelouca	2 111
60. Ribeira de Quarteira	582
61. Ria de Alvor	1 454
62. Cerro da Cabeça	574
63. Ria Formosa / Castro Marim	17 519

FIGURA 37 - CARTA DE SÍTIOS DE INTERESSE COMUNITÁRIO DA REDE NATURA 2000 DE PORTUGAL CONTINENTAL
(FONTE: [HTTP://WWW.IGEO.PT/ATLASCAP1CAP1E_P76_IMAGE.HTML](http://www.igeo.pt/atlas/cap1/cap1e_p76_image.html))

ANEXO II

Comprovativo de Propriedade do Castelo de Noudar para a Família Fialho Garcia

(Fonte: http://www.Monumentos.Pt/Monumentos/Forms/002_C2.aspx?Coha=2_C1)

À J. Monumentos Noudar em 24/2/61
Ofício 10445 de 20/7/61
Registado sob o n.º 21265 fls. 2132
D. P. F. Fazenda Pública

Assunto Sup. que o antigo
Castelo de Noudar em
Barrancos é propriedade
de de Maria dos Irmãos
Blanco Fialho Garcia.

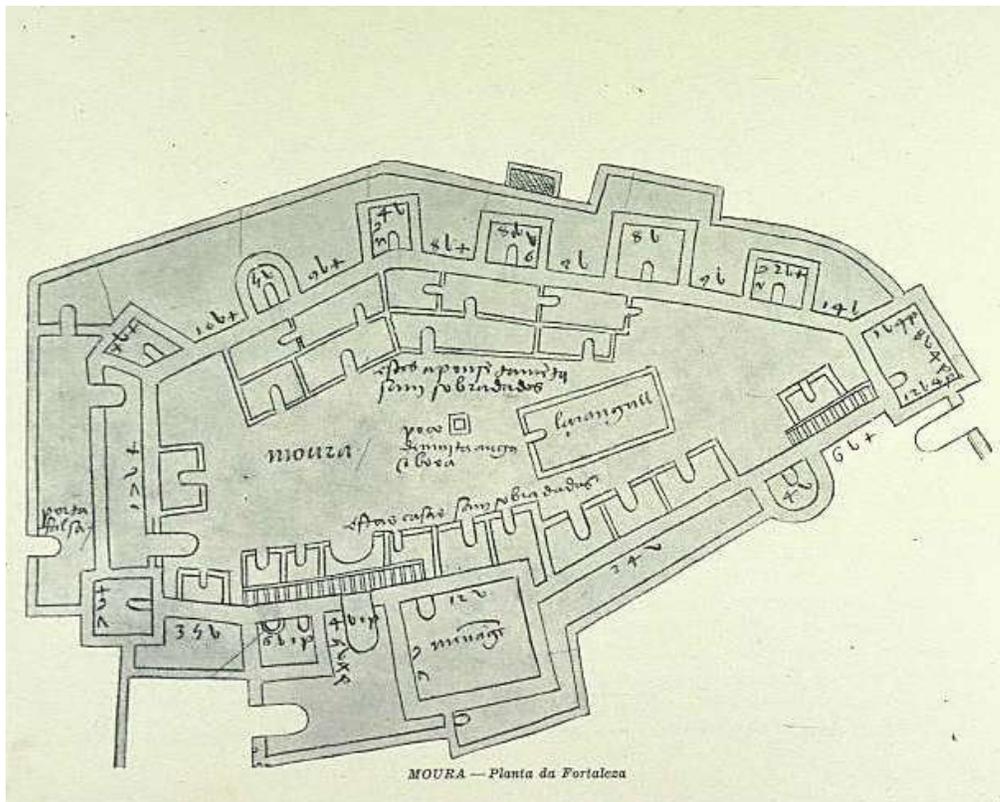
44
45

Documentos juntos

Mod. D n.º 9

Planta do Castelo de Moura de Duarte d'Armas

(Fonte: d'Armas, 1997)



ANEXO IV

CADERNO DE ENCARGOS

1. DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS

1.1. GENERALIDADES

Fazem parte integrante do presente Caderno de Encargos/Condições Técnicas todos os fornecimentos, trabalhos e seu modo de execução, descritos no articulado de medições e peças desenhadas, que o empreiteiro se obriga a cumprir na íntegra.

O empreiteiro deverá inteirar-se no local da obra e junto da fiscalização do volume e natureza dos trabalhos a executar, porquanto não serão atendidas quaisquer reclamações baseadas no desconhecimento da falta de previsão dos mesmos.

Dever-se-á ainda contar com a execução dos trabalhos e fornecimentos, que embora não explicitamente descritos neste caderno de encargos, sejam necessários ao bom acabamento da obra.

Os trabalhos que constituem a presente empreitada deverão ser executados com toda a solidez e perfeição e de acordo com as melhores regras da arte de construir. Entre diversos processos de construção, que porventura possam ser aplicados, deve ser sempre escolhido aquele que conduz a maior garantia de duração e acabamento.

Os materiais para os quais existam já especificações oficiais, deverão satisfazer taxativamente ao que nelas é fixado.

O empreiteiro, quando autorizado pela fiscalização, poderá empregar materiais diferentes dos inicialmente previstos, se a solidez, estabilidade, duração, conservação e aspecto da obra não forem prejudicados e não houver aumento de preço da empreitada.

O empreiteiro obriga-se a apresentar previamente à aprovação da fiscalização amostras dos materiais a empregar acompanhados de certificados de origem, ou da análise ou ensaios feitos em laboratórios oficiais, sempre que a fiscalização o julgue necessário, os quais depois de aprovados servirão de padrão.

A fiscalização reserva-se o direito de, durante e após a execução dos trabalhos, e sempre que o entender, levar a efeito ensaios de controlo para verificar se a construção está de acordo com o estipulado neste caderno de encargos, bem como de tomar novas amostras e mandar proceder às análises, ensaios e provas em laboratórios oficiais à sua escolha.

Os encargos daí resultantes são por conta do empreiteiro. O disposto nesta condição não diminui a responsabilidade que cabe ao empreiteiro na execução da obra.

Constituem encargos do empreiteiro a instalação das canalizações para a condução da água para a obra, a sua ligação à conduta da rede de abastecimento público e bem assim como o pagamento da água em todos os trabalhos da empreitada a eles ligados.

2. NATUREZA E QUALIDADE DOS MATERIAIS

2.1. MATERIAIS PARA ATERRO

Os materiais utilizados nos aterros serão solos ou outros materiais existentes em aterros derivados de escavações arqueológicas, bem como de pequenas escavações que se realizarão na obra, dos empréstimos que se definam no projecto de construção, ou dos empréstimos escolhidos pelo adjudicatário com prévio conhecimento da fiscalização, e que obedecem aos seguintes pressupostos:

- os solos ou materiais a utilizar serão isentos de ramos, folhas, troncos, raízes, ervas, lixos ou quaisquer detritos orgânicos;
- a dimensão máxima dos seus elementos é, em regra, inferior a 2/3 de espessura da camada uma vez compactada;
- o equivalente de areia dos solos de empréstimo será superior a 12 ou 20, conforme se aplique nas camadas inferiores ou nos últimos 30 cm de terraplanagem;
- o teor de humidade dos solos aplicados nos aterros será tal que sempre permita atingir o grau de compactação desejado.

2.2. PAVIMENTO DO TIPO “TERRAWAY” COM SEIXO ROLADO

A superfície do “terraway” é obtida pelo agregar de gravilhas com a mistura do ligante “terraway”.

O ligante terraway é composto por dois componentes (resina e endurecedor).

O pavimento com sistema terraway e seixo rolado tem 30 % de permeabilidade.

2.3. GUIA DE PAVIMENTO EM AÇO INOX

Guia de pavimento em aço inox com 10 cm de altura.

2.4. PASSADIÇO DE MADEIRA

Passadiço de madeira do tipo “Carmo”, dimensões 521 m x 2 m.

2.5. DECK DE MADEIRA

Deck de madeira do tipo “Carmo”, dimensões 8 m x 1.80 m.

2.6. PAPELEIRAS

Papeleira tipo ‘Uribitarte’ da VISS design, com 0.74m de altura e 0.36m de diâmetro.

2.7. BANCOS DE MADEIRA

Bancos de madeira tipo 'Axis' da LARUS, com 1.80m de largura.

2.8. CONJUNTOS DE BANCOS COM MESA

Módulos de mesa e quatro bancos tipo 'Axis' da LARUS.

2.9. TERRA VEGETAL

A terra vegetal, sobre a qual se irá proceder às sementeiras e plantações, será a proveniente do armazenamento em obra de terra em pargas ou, caso, não seja suficiente ou não exista, deve provir da camada superficial de terrenos de mata ou da camada arável de terrenos agrícolas.

A terra a fornecer será de textura franca e será proveniente da camada superficial de terrenos com elevada capacidade agrícola. A camada a colocar sobre o terreno deverá possuir uma espessura de 0,30 a 0,60m. A terra será isenta de pedras e materiais estranhos provenientes de incorporação de lixos.

2.10. FERTILIZANTES E CORRECTIVOS

Adubo orgânico - de preparação industrial, doseando pelo menos 40% de matéria orgânica, ou composto preparado no local.

Adubo químico azotado - doseando pelo menos 20% de azoto.

Adubo químico ternário - doseando pelo menos 10-10-10 de NPK.

Estrume - deverá ser bem curtido e proveniente das camas de gado cavalariço.

2.11. MATERIAL VEGETAL

As dimensões do material vegetal a fornecer no momento da entrega, serão as referentes aos parâmetros dendrométricos, constantes das Especificações Técnicas, do presente Caderno de Encargos e verificadas pela Fiscalização.

Todas as plantas a utilizar deverão ser exemplares novos, bem conformados, ramificados desde o colo e possuir desenvolvimento compatível com a espécie a que pertencem e de acordo com as dimensões abaixo indicadas.

As plantas de folha caduca, a fornecer em raiz nua, deverão ter o sistema radicular bem desenvolvido e com cabelame abundante. As plantas de folha persistente deverão ser fornecidas em torrão, suficientemente consistente para não se desfazer facilmente. As dimensões mínimas do torrão deverão ser 1.20 m e 0.5 m para o diâmetro e a altura, respectivamente.

As espécies arbóreas propostas devem ter uma altura de fuste de 1,5 a 2 m.

Em relação aos arbustos propostos estes deverão ter uma altura compreendida entre 0,60 e 1 m.

No que respeita às herbáceas, deverão ser fornecidas em tufos e bem enraizadas, ou em estacas bem atempadas, de acordo com as características da espécie a que pertencem.

2.12. SEMENTES

As sementes pertencerão às espécies indicadas nos respectivos planos de sementeiras e terão obrigatoriamente o grau de pureza e o poder germinativo exigido por lei, quanto às espécies incluídas na lei. Para as restantes sementes serão provenientes da colheita, cuja data não tenha decorrido mais de 10 meses. Se a fiscalização o exigir serão fornecidas em separado.

O empreiteiro obriga-se a entregar à fiscalização uma amostra do lote de sementes a empregar com a indicação das espécies que o constituem.

2.13. SAIBRO

Será utilizado saibro calibrado proveniente de saibreiras da região, de coloração ocre (a confirmar em obra), silicioso, isento de matéria orgânica ou outros materiais estranhos, sem argilas em excesso, mas em quantidade conveniente para uma boa compactação, devendo apresentar o poder ligante e a composição mais adequada à natureza do trabalho a que se destina (sujeito a aprovação do projectista).

O saibro a utilizar em sub-base do pavimento deverá ser tal que o agregado final, passando no peneiro N.10 (ASTM), deve ser constituído por areia natural ou partida e partículas minerais finas passando no peneiro N200.

A fracção do material que passa no peneiro N.200 não deve exceder 20% do material ensaiado.

Devem ser apresentadas, à equipa projectista, amostras de saibro com vários tons de forma a se escolher a cor padrão, devendo as amostras apresentadas respeitar sempre as condições acima dispostas.

A superfície de desgaste será constituída por uma camada de saibro com 0,03 m, permitindo circulação pedonal, conforme indicado nas peças desenhadas (plano de pavimentos e pormenores construtivos).

A mistura de saibro a utilizar será constituída por uma dosagem 5:5:1 ou 5:5:2. A dosagem será constituída por: areão, saibro argiloso de coloração ocre e cimento.

2.14. TUTORAGEM

Os tutores serão estacas de madeira de pinho ou de eucalipto, limpa e tratada em autoclave, e com diâmetro superior ao do tronco e altura mínima de 2/3 do exemplar a plantar.

Deverão apresentar uma extremidade aguçada para cravagem no solo.

As ligações para tutores serão em cabo de fibra natural sendo o contacto sempre protegido por peça de borracha de dimensão adequada. No caso de ligações por tensão, estas serão feitas através de cabos em fibra natural ou preferencialmente em tiras de borracha, torcidas e envolvendo o tronco e os tutores.

2.15. MATERIAIS NÃO ESPECIFICADOS

Todos os materiais não especificados e de emprego na obra deverão satisfazer as condições técnicas de resistência e segurança impostas pelos regulamentos que lhes dizem respeito, ou terem características que satisfaçam as boas normas de construção.

Poderão ser submetidos a ensaios especiais para sua verificação, tendo em conta o local de emprego, fim a que se destinam e a natureza do trabalho que se lhes vai exigir, reservando-se a fiscalização o direito a indicar para cada caso as condições a que devem satisfazer.

3. MODO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

3.1. TRABALHOS PREPARATÓRIOS

3.1.1. IMPLANTAÇÃO

Antes de iniciar qualquer trabalho, o empreiteiro procederá a custas suas, à implantação e demarcação definitiva das obras a executar.

Esta implantação deverá ser executada com o maior rigor e de acordo com as normas existentes. Para além da marcação através de estacas cotadas das cotas de projecto para modelação de terreno e do traçado das diversas componentes da empreitada proceder-se-á à delimitação e sinalização das áreas e elementos a salvaguardar - vegetação, inertes, solo - bem como à demarcação das áreas acessórias necessárias ao desenvolvimento da obra - estaleiro, depósitos, vazadouros, caminhos.

As implantações serão verificadas pela fiscalização que as aprovará no caso de se encontrarem conforme o projecto e o plano de obra.

3.1.2. ESTALEIRO, DEPÓSITOS, VAZADOURO

Deverá o empreiteiro, após o esclarecimento de dúvidas relativas a materiais e métodos construtivos, proceder à apresentação prévia de um plano de trabalhos para a execução da obra que contemplará de forma pormenorizada, um projecto de estaleiro e instalações provisórias em conformidade com o tipo de empreitada e as normas em vigor, bem como um plano detalhado e devidamente justificado para a localização de áreas a afectar a depósitos e vazadouros temporários.

Do mesmo modo, será apresentado um plano de circulações de máquinas e pessoas que deverá respeitar as salvaguardas exigidas nas medidas cautelares.

Estes planos serão sujeitos à apreciação da fiscalização que os aprovará caso apresentem conformidade com os objectivos definidos em projecto e nestas Condições Técnicas.

3.2. AMOSTRAS DE MATERIAIS E ELEMENTOS CONSTRUTIVOS

O empreiteiro deverá apresentar previamente à aprovação da fiscalização amostras de todos os materiais de construção - inertes e vegetais - acompanhados dos certificados de origem, ou da análise ou ensaios feitos em laboratórios oficiais e dos elementos construtivos a empregar na obra, os quais depois de aprovados servirão de padrão.

As amostras de elementos construtivos consistem na execução de ensaios com cerca de 1 m² de área (ou de outras dimensões que se adequem aos fins em vista) de porções de obra representativas de cada tipo de trabalhos a efectuar. Estas amostras deverão ser executadas à escala real e nunca em local definitivo, deste modo, poderão ser avaliados os métodos construtivos e os materiais a empregar na obra e acordar a forma definitiva de execução.

Do mesmo modo, deverá o empreiteiro fazer apresentações de amostras de todas as espécies vegetais que irá colocar em obra fazendo-se a avaliação da sua adequabilidade.

3.3. MOVIMENTOS DE TERRAS

3.3.1. ESCAVAÇÕES

As escavações a efectuar serão levadas a cabo após a implantação no terreno das cotas de projecto.

Os materiais escavados serão seleccionados de forma a poderem ser utilizados nos aterros.

O material seleccionado será transportado directamente, sempre que for praticável, do local de escavação para o local da sua utilização.

Quando se encontrarem afloramentos de rocha de argila ou de outros materiais impróprios para servir de base a um aterro, serão estes removidos para vazadouro.

As escavações resultantes destas remoções serão cheias com material apropriado proveniente das zonas de escavação ou de locais de empréstimo e serão devidamente compactadas.

3.3.2. ATERROS

As áreas sobre as quais se tenham de construir aterros serão previamente desmatadas e desenraizadas, escavadas quando necessário e compactadas.

Os materiais utilizados nos aterros estarão isentos de matéria orgânica, vegetação ou outros materiais impróprios. As terras, pedras ou outros materiais cujo emprego seja permitido nos aterros serão espalhados em camadas sucessivas de cerca de 0.20 m de espessura.

A incorporação de pedras nas camadas de aterro será efectuada para que os seus vazios sejam preenchidos por elementos mais finos, de maneira a constituir-se uma massa homogénea, densa e compacta.

Se as terras não possuírem a humidade necessária, quando espalhadas em camadas, serão regadas antes da compactação.

3.3.3. TRANSPORTE DE TERRAS

Os volumes de terras impróprias, de entulho e de lixo, serão removidos para vazadouro. As terras resultantes de escavação própria para aterros, mas não utilizados nos aterros previstos para a modelação desta fase, serão transportadas para uma área do lote a definir em obra.

Os trabalhos de movimentos de terra serão contabilizados no projecto de arquitectura, estando incluídos neste caderno de encargos os trabalhos de abertura de covas e covachos de plantação e caixas de pavimentos.

As covas das árvores e as caixas dos pavimentos encontram-se medidas ao m³.

3.4. LANCIS

O assentamento dos lancis será conforme pormenor de construção.

Os lancis foram contabilizados em ml podendo os comprimentos serem variados e altura é conforme pormenor de construção.

3.5. PAVIMENTOS

3.5.1. CAIXA DE BASE DE PAVIMENTOS

Em todos os pavimentos, a caixa de base, aberta à profundidade indicada em projecto, deverá ser compactada fortemente, por rolagem e batimento após humedecimento, até que uma marca de pegada não exceda em profundidade 1 mm.

Os materiais de enchimento deverão cumprir o estabelecido em projecto quanto a espessura de aplicação e granulometria média, devendo cada camada ser solidamente compactada.

Quando a dimensão da camada exceder os 10 cm a compactação será feita por duas vezes, em camadas de espessura igual a metade da espessura final.

3.5.2. SANEAMENTO DO LEITO DO PAVIMENTO

Sempre que, depois de estabelecido o leito de pavimento, se observe que este não se apresenta convenientemente estabilizado devido à existência de manchas de maus solos que possam comprometer a conservação do pavimento, deverão os mesmos ser removidos na extensão e profundidade necessárias e substituídos por solos suficientemente compactados, não permitindo o armazenamento de águas, de forma a ser dada continuidade à capacidade de suporte dos terrenos de fundação.

3.5.3. SUB-BASE E BASE DE PAVIMENTOS

Deve utilizar-se no espalhamento do material motoniveladora ou outro equipamento similar de modo a que a superfície da camada se mantenha aproximadamente com a forma definitiva. O espalhamento deve ser feito regularmente e de modo a que toda a camada seja perfeitamente homogénea. Se durante o espalhamento se formarem rodeiras, vincos ou qualquer outro tipo de marca inconveniente que não possa facilmente ser eliminado por cilindramento, deve proceder-se à escarificação e homogeneização da mistura e regularização da superfície.

Sempre que a dimensão da sub-base ou base exceder os 10 cm e não for superior a 20 cm a compactação será feita por duas vezes em camadas de espessura igual a metade da espessura final. Sempre que a dimensão da sub-base ou base exceder os 20 cm, a compactação será feita em camadas de espessura não superior a 15 cm, devendo as camadas diminuir de espessura na direcção da superfície.

Se na operação de compactação o material não tiver a humidade necessária terá que se proceder a uma distribuição uniforme de água empregando-se carros tanques de pressão cujo jacto deverá, se possível, cobrir a largura total da área tratada. A distribuição de água organizar-se-á de modo a que se faça de forma rápida e contínua.

A superfície da camada deve ficar lisa, uniforme, isenta de fendas, ondulações ou material solto não podendo, em qualquer ponto apresentar diferenças superiores a 2,5 cm em relação aos perfis longitudinal e transversal estabelecidos.

No caso de se obterem espessuras inferiores à fixada, não será permitida a construção de camadas delgadas a fim de se obter a espessura projectada. Em princípio, proceder-se-á à escarificação da camada. No entanto, se a fiscalização julgar conveniente, poderá aceitar que a compensação da espessura seja realizada pelo aumento da espessura da camada seguinte.

3.5.4. PAVIMENTO EM GRAVILHA COM AGREGANTE SISTEMA “TERRAWAY”

O sistema Terraway, realiza solos permeáveis através da colocação em obra duma argamassa sintética obtida através da mistura do ligante “TERRAWAY” com minerais calibrados (agregados).

Prescrições relativas à camada de suporte:

Definição do suporte:

- São admitidas como suportes as camadas de base drenantes compostas por minerais triturados (britas, agregados) de granulometria do tipo 8/12 sem exceder 10/20 m.
- A espessura do suporte é compreendida entre 8 a 12 cm para os pavimentos pedonais.

Estado superfície:

- O suporte terá um acabamento perfeitamente plano, permitindo a colocação da argamassa sintética drenante sobre uma espessura bem regulada.

Condições de propriedade e humidade:

- O suporte não comporta nenhum rasto de hidrocarbonetos ou de sujidade que poderão ocasionar uma má polimerização da argamassa sintética.

Condições de resistência:

- O suporte deverá ser perfeitamente compactado antes da colocação no local da argamassa sintética.

Preparação do suporte:

No caso onde o suporte não tem condições de ser plano, de propriedades, de humidade ou/e de resistência requerida, as seguintes operações têm que ser efectuadas:

- eliminação de sujidades; melhoramento da compactação com a ajuda de uma placa vibratória; colocação em conformidade com o suporte plano.

Colocação em Obra da argamassa sintética “TERRAWAY”:

Condições de colocação em obra:

- No momento da aplicação em obra, a temperatura ambiente deve ser superior a 10 °C.
- Não utilizar o produto em período Invernal devido à descida da temperatura à noite.
- Se existir risco de chuva, realizar o trabalho numa altura mais favorável.

Minerais a utilizar:

- Praticamente todos os minerais podem ser associados ao ligante sintético “TERRAWAY” desde que sejam gravilhas trituradas, provenientes de pedreiras ou que sejam de origem aluvionar.

Minerais a não utilizar:

- Gravilhas de origem marinha: o sal afecta gravemente a polimerização.
- As pozolanas: têm uma resistência muito fraca.
- Os grés (pós-de-pedra): pavimento perigoso em caso de queda.

Granulometria dos minerais:

- As granulometrias utilizáveis são as que estão compreendidas entre 2 e 12 cm aproximadamente.

Estado dos minerais:

- Quer os minerais sejam provenientes de pedreiras e triturados, quer sejam de natureza aluvionar, têm que estar em perfeitas condições, em perfeito estado de propriedades, no momento da mistura com o ligante “TERRAWAY”. Se uma lavagem se impõe, ela deverá ser feita alguns dias antes para dispormos delas perfeitamente escorridas.
- No caso de minerais com baixa granulometria (2/4 mm) estes têm que estar secos no momento da utilização. Para granulometrias superiores, uma humidade residual não prejudica o procedimento.

PREPARAÇÃO DA ARGAMASSA SINTÉTICA

- O bidão de plástico do sistema “TERRAWAY” (parte da resina) é despejado no bidão metálico (parte de endurecedor). Os dois compostos são de seguida muito bem misturados com a ajuda de um misturador eléctrico de pintura durante aproximadamente 1 minuto.

Os 5 kg de ligante assim obtido são vertidos sobre 100 (no caso de baixa granulometria do tipo 2/4 mm ou 4/6 mm) a 120 litros (nos outros casos) de gravilhas previamente colocadas na betoneira, cuja curva tenha uma capacidade de 180 litros, para assegurar uma boa mistura do ligante do sistema “TERRAWAY” aos minerais.

No momento da argamassa sintética ser utilizada, a betoneira é despejada de uma só vez, num ou dois carrinhos de mão. Nunca o conteúdo da betoneira deve ser despejado em partes, o que provoca alterações de tonalidade da argamassa sintética.

A uma temperatura de 20 °C, a argamassa continua utilizável sem prejuízo numa duração de 30 minutos.

ESPESSURAS DO PAVIMENTO PERMEÁVEL

Para os pavimentos para utilização automóvel a espessura é de 3 cm.

Realização do pavimento permeável

A argamassa sintética obtida é colocada sobre a camada de suporte. É colocada ao nível com a ajuda de uma régua de pedreiro, depois fortemente comprimido de forma uniforme com a ajuda de uma pequena talocha para assegurar a perfeita coesão dos minerais entre eles.

Uma talocha grande colocada delicadamente sobre o pavimento permeável, uma hora aproximadamente depois da realização, permite solidificar algumas gravilhas de superfície mal integradas no pavimento permeável.

TRATAMENTO DA SUPERFÍCIE CONTRA O ESCORREGAMENTO

Imediatamente após o pavimento estar realizado e antes da polimerização do ligante “TERRAWAY”, os grãos de quartzo enviados com o sistema “TERRAWAY” são espalhados sobre o pavimento para realizar um cravejamento tornando-o anti-derrapante.

ASPECTOS PARTICULARES

Juntas de dilatação

As juntas de dilatação são previstas para superfícies de 100m² ou sobre superfícies superiores a 10 metros lineares. São realizadas por inclusão de réguas ligadas aquando da realização do pavimento.

Duração do endurecimento

A temperatura ambiente tem um papel determinante sobre a polimerização do pavimento. É por este motivo que a realização dos trabalhos é preferível com uma temperatura de 20 °C.

Uma reticulação alcançando 80% é considerada como terminada e satisfatória. Assim, ao fim de 48 horas o pavimento permeável está operacional a uma temperatura de 20 °C, o que só acontece ao fim de 7 dias a 10 °C.

Limpeza dos utensílios

O material utilizado na realização de um pavimento permeável, é limpo antes da polimerização com álcool destilado.

Fabrico e controlos

O sistema “TERRAWAY” é sujeito a numerosos controlos.

Cada lote é analisado e claramente identificado por um número colocado em cada embalagem.

3.6. PAPELEIRA DE MADEIRA TIPO 'URIBITARTE' DA VISS DESIGN

A papelreira será colocada directamente no solo, sem base de fixação.

3.7. BANCOS DE BETÃO E CONJUNTOS DE BANCOS COM MESA

Serão colocados segundo instruções do fabricante.

3.8. PASSADIÇO E DECK EM MADEIRA

Será colocada directamente sobre o terreno.

3.9. ZONAS VERDES – PREPARAÇÃO DO TERRENO

3.9.1. MODELAÇÃO

Antes de se iniciarem os trabalhos de preparação propriamente dita do terreno, deverá este ser colocado às cotas definitivas do projecto ou, na falta destas, fazer a concordância da superfície do terreno com as obras de cota fixa do projecto, tais como lancis, pavimentos, muretes, lajes, soleiras de portas, etc.

Todas as superfícies planas devem ser modeladas de modo a ficarem com uma inclinação mínima de 1.5% para permitir o escoamento superficial das águas da chuva.

Deve o adjudicatário remover toda a terra sobrança ou colocar a terra própria necessária, de modo a serem respeitadas as cotas de modelação expressas no projecto ou indicadas no decorrer dos trabalhos.

3.9.2. MOBILIZAÇÃO

Terá lugar uma escarificação, até 0.15 m de profundidade, para destorroamento e melhor preparação do terreno, nas áreas definidas em projecto de plantação e sementeira, para as operações seguintes:

3.9.2.1. DESPEDREGA OU RETIRADA DE RESTOS DE OBRA (ENTULHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL)

Sempre que esta operação se torne necessária, ela atingirá os 0.15 m superficiais e consistirá numa recava manual com escolha e retirada de todas as pedras e materiais estranhos ao trabalho, com dimensões superiores a 0.05 m.

3.9.2.2. ESPALHAMENTO DE TERRA VEGETAL

Nas zonas não regadas construídas em aterro ou escavação e na totalidade das zonas regadas prevê-se a necessidade de criar uma camada superior de terra vegetal com 0.20 m de espessura, pelo que a superfície do terreno deverá ficar, após os trabalhos de

movimentação de terras, 0.20 m abaixo das cotas definitivas do projecto. Nestas zonas, antes do espalhamento da terra vegetal, toda a superfície será mobilizada. A terra vegetal será espalhada manual ou mecanicamente em camada uniforme, cuja espessura será cerca de 20% superior à espessura final da camada (0.20 m) para efeito de compactação.

Para evitar transições bruscas entre as camadas de terra viva e o terreno subjacente, é da maior vantagem fazer a mistura destas camadas, por meio de cava manual, sempre que a qualidade do terreno de base não seja muito baixa.

3.9.2.3. REGULARIZAÇÃO PRÉVIA

Esta operação consiste na regularização do terreno às cotas definitivas antes do espalhamento de fertilizantes e correctivos, para evitar grandes deslocções de terra depois da aplicação destes. Pode ser feita manual ou mecanicamente mas sempre com o cuidado necessário para atingir o objectivo pretendido.

3.10. ZONAS VERDES – PLANTAÇÕES E SEMENTEIRAS

3.10.1. GERAL

Os trabalhos de plantação, deverão iniciar-se-á após os trabalhos de infra estruturas directamente relacionados com as plantações a efectuar, ainda que estes não se encontrem concluídos no início das plantações. Os trabalhos de plantação devem ser efectuados em condições atmosféricas favoráveis, sem excesso de calor ou de frio. De seguida deverão decorrer os trabalhos de sementeira.

O material recém plantado será regado manualmente ou a partir de sistema provisório de acordo com as circunstâncias práticas da obra.

As plantações não deverão ser executadas sem que o solo tenha sido modelado a cotas próximas das finais, e se apresente com teor de humidade adequado.

A piquetagem deverá ser feita a partir dos planos de plantação. Os trabalhos de abertura de covacho só poderão ser iniciados após aprovação da piquetagem pela fiscalização.

As covas de plantação de árvores e arbustos terão as dimensões de 1x1x0.60 m, de acordo com desenhos de projecto, e serão preenchidas com terra vegetal;

Os covachos de plantação de herbáceas terão as dimensões do torrão do material vegetal a plantar.

3.10.2. FERTILIZAÇÃO

Árvores e Arbustos - A fertilização das covas das árvores e arbustos far-se-á à razão de 0.1 m³ de estrume cavalari bem curtido ou 2 Kg de composto orgânico “Campo Verde” por cada cova, acrescido de 0.2 Kg de adubo composto, em qualquer das modalidades

anteriores. Os fertilizantes deverão ser espalhados sobre a terra das covas e depois serão bem misturados com esta, aquando do enchimento das mesmas. O enchimento das covas deverá ter lugar com a terra não encharcada ou muito húmida e far-se-á calcamento, a pé, à medida que se proceder ao seu enchimento.

A fertilização foi contabilizada no trabalho de plantação.

Herbáceas e Prado - A fertilização do terreno de prados e herbáceas será feita nas zonas regadas, à razão de 0.02 m³ de estrume cavalari bem curtido ou 10 Kg de “Ferthumus” por m², acrescido de 0.1 Kg de adubo composto em qualquer das modalidades anteriores. Os fertilizantes serão espalhados uniformemente à superfície do terreno e incorporados neste por meio de fresagem ou cava.

3.10.3. PLANTAÇÕES E SEMEITEIRAS

As plantações só deverão ser feitas depois do terreno se encontrar regularizado e às cotas definitivas do projecto.

ÁRVORES

Depois das covas cheias com terra fertilizada e devidamente compactadas, abrem-se pequenas covas de plantação, à medida do torrão ou do sistema radicular no caso da plantação em raiz nua. Seguir-se-á a plantação propriamente dita, havendo o cuidado de deixar a parte superior do torrão, no caso das plantas envasadas, ou o colo das plantas, quando estas são de raiz nua, à superfície do terreno, para evitar problemas de asfixia radicular.

Após a plantação deverá abrir-se uma pequena caldeira para a primeira rega, que deverá fazer-se de imediato à plantação, para melhor compactação e aderência da terra à raiz da planta.

Depois da primeira rega, e sempre que o desenvolvimento da planta o justifique, deverão ser aplicados tutores, em tripeça, tendo o, cuidado de proteger o sítio da ligação com papel, serapilheira ou qualquer outro material apropriado, para evitar ferimentos.

ARBUSTOS

Depois da plantação das árvores deverá fazer-se a marcação e abertura das covas de plantação para os arbustos.

As covas de plantação deverão ser proporcionais à dimensão do torrão ou do sistema radicular da planta, seguindo-se todos os cuidados indicados para a plantação das árvores, no que respeita à profundidade de plantação, primeira rega e tutoragem.

HERBÁCEAS

A plantação de herbáceas vivazes será efectuada em canteiros delimitados conforme o Plano de Plantação de Herbáceas.

Deverá proceder-se à regularização definitiva do terreno, feita a ancinho, para retirar os torrões e pequenas pedras que porventura ainda existam. No caso do terreno se apresentar muito compactado, deverá ter lugar uma mobilização superficial antes da ancinhagem.

Depois da correcta marcação das manchas de plantação, terá lugar a plantação onde a disposição das plantas seguirá as indicações do projecto e o parecer da fiscalização.

No que respeita à profundidade da plantação, deverão ser tomados os cuidados e exigências de cada espécie.

Terminada a plantação seguir-se-á a primeira rega, com água bem pulverizada e bem distribuída. Quando o terreno se apresentar seco e sobretudo em tempo quente, deverá fazer-se uma rega antes da plantação e esperar o tempo suficiente para que o terreno esteja com boa sazão.

A plantação de herbáceas foi contabilizada à unidade.

SEMENTEIRAS DE PRADO

Preparação do terreno

Abertura de caixa com 0.30 m de profundidade e mobilização posterior de fundo de caixa a uma profundidade de 0.25 m.

Enchimento de caixa com 0.25 m de profundidade com terra vegetal e areia (40% de Terra vegetal, 60 % de areia).

Adubação

Adubação com adubo tipo “Blaukorn” de acordo com referido na “Natureza e Qualidade dos Materiais “ à razão de 90 g/m². A distribuição e incorporação deverão ser feitas de acordo com o tipo de local a adubar.

Prado

Distribuição manual, a lança, ou com recurso a distribuidor manual centrífugo e incorporação nas primeiros 0.10 m de solo com recurso a fresagem ou ancinhagem.

A mesma zona de protecção a todas as árvores presentes (quer no prado sob coberto de oliveiras quer no relvado), considerada nos trabalhos de preparação de solo deverá ser considerada para a incorporação do adubo.

Para todos os locais a semear deverá ser executada de seguida uma regularização do terreno com recurso a ancinhagem ou passagem com grade de bicos e rolo tipo “Crosskill”. O terreno deverá respeitar a cota final do projecto cabendo ao adjudicatário a execução das correcções necessárias para que tal aconteça.

Sementes

Bellis perennis (10%); Festuca arundinacea (40%); Lolium perenne (20%); Trifolium repens (30%).

Densidade de sementeira: 40 g/m²

Metodologia Geral

Executada com recurso a um distribuidor de semente centrífugo (previamente regulado para o tamanho e quantidade de semente a distribuir) ou, no caso de situações em que a fiscalização o entenda, a lanço.

Enterramento da semente, por ancinhagem, a uma profundidade de 0.01 – 0.02 m.

A operação seguinte deverá ser uma rolagem com rolo manual, de balastro, com 50 Kg de peso máximo.

Se o entender a fiscalização poderá mandar executar as operações de ressementeira que julgue necessárias devendo o adjudicatário executá-las como trabalhos ordinários.

A manutenção das áreas semeadas sem infestantes é também da responsabilidade do adjudicatário devendo este efectuar as mondas que forem necessárias.

A utilização de qualquer produto fitofarmacêutico implicará sempre prévia autorização da fiscalização.

Rega

A responsabilidade da rega dos prados cabe ao adjudicatário e deverá ser efectuada com recurso manual sempre que as condições climatéricas o justifiquem para assegurar a germinação e bom desenvolvimento das plantas mas nunca fenómenos de encharcamento e/ou escorrimentos, com inevitável arrastamento de sementes e/ou de solo.

Não esquecer que as regas de curta duração 2 a 3 vezes ao dia são preferíveis a uma só rega diária com uma dotação maior. Esta recomendação é no entanto mais importante quanto maior é o declive do prado.

A responsabilidade da boa execução das regas bem como da manutenção do correcto equilíbrio hídrico das plantas é do adjudicatário.

3.10.4. PODA DE PLANTAÇÃO

No momento da plantação é preciso intervir quer na parte aérea quer no sistema radicular, para estabelecer um bom equilíbrio entre ambos.

a) Plantas fornecidas em raiz nua

Para evitar uma grande crise de transplantação e uma elevada percentagem de falhas, somente as plantas de folha caduca devem ser plantadas de raiz nua.

A poda da parte aérea consiste na eliminação dos ramos secos, partidos, mal atempados e com inserção defeituosa. Trata-se de uma poda de formação, que deve ser apropriada a cada espécie e ao objectivo que se pretende alcançar.

No sistema radicular a poda consiste em eliminar as raízes de muito pequeno diâmetro (inferior a 2 ou 3 mm), as que se cruzem ou que estejam mal inseridas e avivar o corte das raízes que foram cortadas ou partidas durante o arranque ou transporte.

b) Plantas fornecidas em torrão

A poda da parte aérea das plantas fornecidas nestas condições limitar-se-á a uma simples poda de formação e correcção de ramagem, para minimizar a crise de transplantação.

No que respeita ao sistema radicular é preciso verificar se as raízes estão a crescer enroladas na periferia do torrão, como tantas vezes acontece quando as plantas permanecem muito tempo no mesmo contentor. Nestas circunstâncias deve cortar-se parcialmente essas raízes, para as obrigar a ramificar e retomar o crescimento normal.

3.11. ZONAS VERDES - DIVERSOS

3.11.1. TUTORAGEM

Compreende todos os fornecimentos e trabalhos necessários à boa execução e aplicação de sistemas de tutoragem em complemento a plantações, nomeadamente fornecimento de materiais, execução e montagem e manutenção até ao final do período de garantia.

Considera-se como sistema de tutoragem a montagem de estacas verticais fixadas ao solo, em torno de um exemplar plantado, cuja função é assegurar através de ligações apropriadas a estabilidade biomecânica e a orientação do crescimento da mesma.

Será utilizado o sistema de três tutores, o qual consiste na cravagem de três tutores no fundo da cova de plantação e na sua ligação por tensão compensada à planta, através de meios apropriados de ligação.

3.12. NORMAS GERAIS NÃO ESPECIFICADAS

Na execução dos trabalhos e fornecimentos abrangidos pela empreitada e na prestação dos serviços que nela se incluem, deverão ser observados todos os regulamentos

e normas portuguesas, especificações e documentos de homologação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, aplicáveis e em vigor.

Todos os materiais a empregar na obra e não referidos expressamente nestas Condições Técnicas serão sempre de boa qualidade e terão as características de resistência e segurança exigidas na legislação portuguesa ou comunitária que lhes for aplicável ou, quando esta não existir, as que melhor convenham aos fins em vista, merecendo a aprovação da fiscalização.

Todos os trabalhos não especificados nestas Condições Técnicas deverão ser executados de forma a cumprir o indicado em Projecto e de acordo com o conjunto normativo em vigor.

Em caso de quaisquer dúvidas deverão ser seguidas as instruções do Fabricante do material ou equipamento a empregar.

ANEXO V

ARTICULADO DE MEDIÇÕES E ESTIMATIVA DE CUSTOS

Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1. Estaleiro				
1.1. Montagem e desmontagem dos meios necessários para a execução da obra.	1	vg	500,00 €	500,00 €
2. Movimentos de Terras				
2.1. Aterro mecânico por camadas de terras seleccionadas, resultantes de escavação, para regularização geral do terreno às cotas do projecto, incluindo volume de empolamento (+20%).	187,42	m3	9,00 €	1.686,78 €
2.2. Escavação mecânica em abertura de caixa com 0.20 m de profundidade para receber pavimento em gravilha com agregante tipo "Terraway".	92,37	m3	5,00 €	461,85 €
2.3. Escavação mecânica em abertura de caixa com 0.3 m de profundidade para receber pavimento em xisto a cutelo.	95,05	m3	5,00 €	475,25 €
3. Espaços Verdes				
3.1. Preparação do Terreno				
3.1.1. Preparação do terreno para recepção de terras, incluindo regularização, limpeza e despedrega sumária.	1586,13	m2	1,00 €	1.586,13 €
3.1.2. Mobilização do terreno.	1586,13	m2	1,00 €	1.586,13 €
3.1.3. Fornecimento e colocação de terra vegetal em camada de 0.30 m (+ 20% de empolamento), para zonas de prado e herbáceas.	432,28	m3	25,00 €	10.807,00 €
3.1.4. Fornecimento e colocação de terra vegetal em camada de 0.60 m (+ 20% de empolamento), para zonas de arbustos e árvores.	87,12	m3	25,00 €	2.178,00 €
3.1.5. Fornecimento e distribuição de fertilizantes a 0.1 kg/m2.	158,613	kg	8,00 €	1.268,90 €
3.1.6. Regularização final.	1586,13	m2	1,00 €	1.586,13 €
3.2. Plantações				

3.2.1. Fornecimento e plantação de árvores e arbustos, incluindo abertura manual ou mecânica de covas e todos os materiais e trabalhos necessários.				
3.2.1.1. Árvores				
<i>Quercus suber</i>	7	UNI.	100,00 €	700,00 €
<i>Olea europea var sylvestris</i>	35	UNI.	100,00 €	3.500,00 €
<i>Citrus sinensis</i>	7	UNI.	100,00 €	700,00 €
3.2.1.2. Arbustos				
<i>Arbutus unedo</i>	12	UNI.	15,00 €	180,00 €
<i>Nerium oleander</i>	42	UNI.	15,00 €	630,00 €
<i>Tamarix africana</i>	18	UNI.	15,00 €	270,00 €
3.2.2. Fornecimento e plantação de herbáceas incluindo abertura manual ou mecânica de covas e todos os materiais e trabalhos necessários.				
<i>Lavandula luisieri</i>	288	UNI.	5,00 €	1.440,00 €
<i>Lavandula angustifolia</i>	272	UNI.	5,00 €	1.360,00 €
<i>Santolina rosmarinifolia</i>	276	UNI.	5,00 €	1.380,00 €
<i>Lycopersicon lycopersicum</i>	128	UNI.	3,00 €	384,00 €
<i>Brassica oleracea</i>	160	UNI.	3,00 €	480,00 €
<i>Espinacia oleracea</i>	128	UNI.	3,00 €	384,00 €
3.2.3.Sementeira de prado com mistura definida em caderno de encargos.	722,77	m2	4,00 €	2.891,08 €
4. Pavimentos e Lancis				
4.1. Fornecimento e colocação de lancil de aço inox com 0.10 cm de largura, incluindo todos os materiais e os demais trabalhos.	62,5	mL	8,00 €	500,00 €
4.2.Fornecimento e colocação de passadiço de madeira do tipo CARMO, com 2 m de largura, sobre terreno compactado, incluindo os demais trabalhos e materiais necessários.	521,5	mL	150,00 €	78.225,00 €
4.3. Fornecimento e colocação de deck de madeira tipo CARMO, sobre terreno compactado, incluindo os demais trabalhos e materiais necessários.	15,5	m2	100,00 €	1.550,00 €
4.4. Fornecimento e colocação de saibro numa espessura de 0.05 m, incluindo os demais trabalhos.	8709,4	m2	5,00 €	43.547,00 €

4.5. Fornecimento e colocação de pavimento em gravilha com agregante do tipo "Terraway", com 0.03 m de espessura, sobre camada de 0.8 a 0.12 m de brita sobre terreno regularizado e bem compactado, incluindo os demais trabalhos.	307,9	m2	40,00 €	12.316,00 €
4.6. Fornecimento dos materiais e colocação de Xisto a cutelo, no caminho central, incluindo caixa de 0.10 m de brita e 0.5 m de espessura de traço 1:6, compactação e todos os trabalhos conforme projecto.	305,4	m2	40,00 €	12.216,00 €
4.7. Fornecimento dos materiais e colocação de Xisto a cutelo, nos patamares da entrada, incluindo caixa de 0.10 m de brita e 0.5 m de espessura de traço 1:6, compactação e todos os trabalhos conforme projecto.	54,8	mL	15,00 €	822,00 €
4.8. Fornecimento dos materiais e colocação de xisto a cutelo, na zona de estacionamento, incluindo caixa de 0.10 m de brita e 0.5 m de espessura de traço 1:6, compactação e todos os trabalhos conforme projecto.	4,8	mL	15,00 €	72,00 €
5. Iluminação				
5.1. Fornecimento e instalação de luminárias de encastrar ref. S4640, da SIMES +caixa+lâmpada, incluindo todos os trabalhos de ligação à rede.	14	UNI.	300,00 €	4.200,00 €
5.2. Fornecimento e instalação de projectores do tipo 'nanofocos' ref. S1093, da SIMES, para iluminação dos canteiros de herbáceas, incluindo todos os trabalhos de ligação à rede.	32	UNI.	250,00 €	8.000,00 €
6. Mobiliário				
6.1. Fornecimento, transporte e colocação de bancos de madeira tipo 'Axis' da LARUS, com 1.80m de largura.	12	UNI.	400,00 €	4.800,00 €
6.2. Fornecimento, transporte e colocação de papelreira tipo 'Uribitarte' da VISS design, com 0.74m de altura e 0.36m de diâmetro.	18	UNI.	400,00 €	7.200,00 €
6.3. Fornecimento, transporte e colocação de módulos de mesa e quatro bancos tipo 'Axis' da LARUS.	3	UNI.	1.200,00 €	3.600,00 €

6.4. Fornecimento e colocação de bancadas em madeira com 10 cm de espessura e 50 cm de largura e 40 cm de altura, conforme pormenores, incluindo os demais trabalhos.	5	UNI.	5.000,00 €	25.000,00 €
7. Diversos				
7.1. Fornecimento e colocação de sistema de tutor triplo nas árvores e arbustos.	121	UNI.	35,00 €	4.235,00 €
8. Manutenção durante o período de adaptação				
8.1. Todos os trabalhos necessários à manutenção, em boas condições vegetativas, das árvores, arbustos, herbáceas pelo período de doze meses.	12	mês	1.800,00 €	21.600,00 €
TOTAL				264.318,25 €